

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

JÓRIA MOTTA SCOLFORO

**O ÚLTIMO GRÃO DE AREIA NA AMPULHETA DA VIDA:
PODER, POLÍTICA E FALECIMENTOS NOS PERIÓDICOS “CORREIO DA
VICTORIA”, “JORNAL DA VICTORIA” E “O ESPÍRITO-SANTENSE”**

VITÓRIA

2011

JÓRIA MOTTA SCOLFORO

**O ÚLTIMO GRÃO DE AREIA NA AMPULHETA DA VIDA:
PODER, POLÍTICA E FALECIMENTOS NOS PERIÓDICOS “CORREIO DA
VICTORIA”, “JORNAL DA VICTORIA” E “O ESPÍRITO-SANTENSE”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares

VITÓRIA

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S422u Scolforo, Jória Motta, 1984-
O último grão de areia na ampulheta da vida : poder, política e falecimentos nos periódicos “Correio da Victoria”, “Jornal da Victoria” e “O Espírito-Santense”/ Jória Motta Scolforo. – 2011.
129 f. : il.

Orientador: Geraldo Antonio Soares.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Morte. 2. Imprensa - Espírito Santo (Estado). 3. Poder (Ciências sociais). 4. Celebrações fúnebres. 5. Partidos políticos. 6. Imprensa e política. I. Soares, Geraldo Antonio. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

JÓRIA MOTTA SCOLFORO

O ÚLTIMO GRÃO DE AREIA NA AMPULHETA DA VIDA:
PODER, POLÍTICA E FALECIMENTOS NOS PERIÓDICOS “CORREIO DA VICTORIA”,
“JORNAL DA VICTORIA” E “O ESPÍRITO-SANTENSE”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2011.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro

Prof. Dr. Marco Morel
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Membro

Aos meus sonhos, que me trouxeram até aqui.

Aos meus pais, pela força e insistência.

Aos meus amigos, pela alegria e afeto.

AGRADECIMENTOS

Enfim, caminho mais um pouco. Ainda falta muito, mas já sinto um importante crescimento e espero que ele não se finde nunca. Conhecer me complementa. É a razão pela qual vale a pena batalhar, cansar e às vezes chorar. Compreender melhor o que me cerca e fazer do meu estudo uma forma de transformação, no mínimo de mim mesma, tornam todas as leituras e discussões repletas de inexplicável valor. Agradeço, portanto, em primeiro lugar, ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, pois ele me proporcionou saberes, mudanças, alegrias, bons amigos e a certeza forte de querer continuar. A História conquistou meus sentimentos e nela espero permanecer.

Nesse percurso agradeço imensamente ao meu orientador professor Doutor Geraldo Antonio Soares. Tenho por ele uma admiração profunda e nenhuma palavra será suficiente para demonstrar o meu agradecimento por ele ter aceitado me orientar e ter acompanhado, sempre com muita gentileza, cada novo passo. Agradeço aos professores Doutores Sebastião Pimentel Franco e Adriana Pereira Campos pelas excelentes contribuições na qualificação. Agradeço também a todos os professores que desde as primeiras letras até o mestrado auxiliaram na elaboração das minhas percepções e transmitiram novas possibilidades de pensamentos. Em especial demonstro gratidão à Doutora Marilda Aparecida Ionta da Universidade Federal de Viçosa. Seus ensinamentos e dedicação estão presentes em todo o trabalho. Agradeço ainda à querida e inesquecível Dona Dulcy.

Além do saber, o mestrado me proporcionou importantíssimos amigos. Com afeto especial agradeço aos queridos Carroll e Belchior. Amigos da pós-graduação e do resto da vida. Tenho certeza que estaremos próximos em diversos outros momentos, pois consolidamos uma amizade cheia de afeto e que ultrapassou a sala de aula. Agradeço ainda à Lívia Andrade e Marcelo Siano por dividirmos as angústias e ótimos momentos.

Sou grata também aos amigos de Viçosa, sempre em minha alma, Lara, Edílson, Agatha, Fernanda e João e também as amigas de infância e de existência Juliana, Flávia, Larissa e Geovana. Agradeço especialmente à minha irmã e sombra Daniela, que há anos é minha base e ternura. Sua presença, carinho e amizade são fundamentais e esse trabalho só existe porque eu me encantei pelos jornais pesquisados por ela. Agradeço à Karina por ter me feito seguir com leveza e alegria, sua companhia possibilitou a sensação de que em Vitória, Viçosa ou

qualquer lugar do mundo, é possível aproveitar e ser muito feliz. E obrigada a Miguel, por estar ao meu lado, apoiar-me no cansaço e fazer-me rir nos momentos de preocupação.

Foram fundamentais em todos os instantes, dias e situações, a minha família. Sou grata aos meus irmãos Wystton e Lyvia e à minha cunhada Agnes. E, em especial, ao grande amor da minha vida, meu pequeno e lindo sobrinho e afilhado Martin. Agradeço também a todos os meus tios, tias, primos e primas e, com destaque, à querida tia Lea, pois a sua alegria e animação são contagiantes.

E, por fim, aos meus pais, Aloisio e Cleusa. Sem eles nenhuma linha estaria escrita. Agradeço ao apoio em toda a minha trajetória, à força quando eu senti muito medo, aos 17 anos, de sair de casa e encarar uma nova realidade em Viçosa. Ao carinho demonstrado quando eu voltei e desanimei, pois meu coração não se desligava dos amigos que seguiram suas vidas após a formatura. À convicção que sempre tiveram das minhas vitórias. A eles dedico este trabalho.

O próprio céu. Seria um reino triste... Se houvesse lá saudades.

Jornal O Espírito-Santense

Ninguém morre no país da saudade, como nos sonhos!

Eduardo Lourenço

RESUMO

Esta dissertação pesquisa as notícias, notas, artigos e poesias sobre falecimentos publicadas nos jornais “Correio da Victoria”, “Jornal da Victoria” e o “Espírito-Santense”, que circularam na capital da Província do Espírito Santo, Vitória, na segunda metade do século XIX. O objetivo da análise foi investigar as percepções e representações da morte pela imprensa capixaba, com especial atenção às relações de poder traçadas entre os indivíduos e os status sociais atribuídos a determinados mortos. Além disso, observaram-se as atitudes costumeiras diante dos óbitos; a manifestação dos sentimentos, dentre eles a saudade e a amizade; o envolvimento e participação da comunidade nas solenidades fúnebres; a influência da Igreja Católica e as mudanças provenientes do embate entre os poderes religiosos e seculares. Verificou-se que no período estudado a morte não era interdita e o moribundo não falecia na solidão. A comunidade participava e apoiava a família nos momentos anteriores e após o óbito. Os rituais eram solenes e envolvidos em sons e lágrimas. Os funerais estavam inseridos no cotidiano e mostraram-se importantes espaços de sociabilidade dentre os moradores.

Palavras-chave: Morte. Imprensa Capixaba. Poder. Política. Partidos Políticos. Solenidades Fúnebres.

ABSTRACT

The following dissertation researches news, notes, articles and poetry about deaths published in “Correio da Victoria”, “Jornal da Victoria” and “Espírito-Santense” newspapers, which circulate in the capital of Espírito Santo province, Vitória, on the second half of 19th century. The analysis objective is to explore perceptions and representations of death in capixaba press, with special attention in relations of power between individuals, and social status attributed to some of the deceased. However, some actions before the death are common; unveiled feelings like saudade and friendship; the community participation and involvement in funeral procession; the Catholic Church influence and changes derived from the shock of state’s and church’s power. In the studied period, death was part of everyday life and most of times people didn’t die alone. The community participated and supported the family before and after the death of a relative. Rituals were solemn and formal, and involved particular sounds and tears. Funeral procession were important social events.

Keywords: Death. Capixaba press. Power. Politics. Political Parties. Funeral Procession.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A ESCRITA DA MORTE NOS PERIÓDICOS “CORREIO DA VICTORIA”, “JORNAL DA VICTORIA” E “O ESPÍRITO-SANTENSE”	19
1.1 Os jornais impressos capixabas.....	22
1.1.2 Partidos políticos e os meios de comunicação no Espírito Santo.....	27
1.1.3 Características dos pensamentos liberais e conservadores.....	30
1.2 Os obituários e notícias de falecimentos.....	33
1.3 O falecimento em Vitória e a solidariedade entre vivos e mortos.....	35
2. PERCEPÇÕES DA MORTE EM VITÓRIA: INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS E SECULARES	49
2.1 Devoção à criança morta: os anjinhos capixabas.....	57
2.2 A administração provincial no cotidiano da morte.....	61
3. SENTIMENTOS, LAMENTAÇÕES, TRISTEZA E PODER	72
3.1 A repercussão da morte de Ignácio Rodrigues Bermude.....	75
3.2 A comoção direcionada a Luiz da Silva Alves D’Azambuja Suzano.....	79
3.3 Joaquim José de Almeida Pires, o partido conservador e a subjetividade da escrita da morte.....	82
3.4 O sentido óbito de Francisco Rodrigues Pereira.....	84
3.5 Considerações sobre D’Azambuja, Bermude, Almeida Pires e Francisco Rodrigues Pereira.....	85
3.6 Outros homens públicos exemplares.....	87
3.7 Mulheres dignas de homenagens: as esposas dos “grandes homens”.....	91
3.8 Os falecidos sem história.....	98
3.9 Os amigos e a ausência da morte no terreno da saudade.....	101
3.10 A representação da morte nos periódicos.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

4. FONTES	117
4.1 Correio da Victoria.....	117
4.2 Jornal da Victoria.....	120
4.3 O Espírito-Santense.....	124

INTRODUÇÃO

As primeiras ideias para esta dissertação surgiram quando tive acesso, para a realização de uma pesquisa, a um periódico impresso publicado na década de 1920, no município de Viçosa, Minas Gerais, chamado “Jornal de Viçosa”. As motivações iniciais daquele trabalho foram modificadas após a leitura das notícias de falecimentos presentes no material, pois me interessei pela linguagem poética e metafórica, a forma emocionada como se abordava o óbito e o espaço significativo ocupado pelo mesmo nos jornais.

Por isso dediquei a minha monografia de conclusão de curso ao tema, que se mostrou rico em possibilidades de reflexões, não apenas quanto ao estilo do texto – motivo inicial da curiosidade - mas também sobre as representações da morte e o modo como os sentimentos eram demonstrados. Ao término dos estudos considerei a possibilidade de aprofundá-lo, pois as análises me permitiram compreender melhor as vidas de quem escrevia e lia os periódicos e também auxiliou nas percepções a respeito da sociedade na qual estavam inseridos.

Diante do desafio de iniciar nova pesquisa - no intuito de expandir os trabalhos anteriores e proporcionar um estudo mais apurado - propusemos o seguinte objeto: analisar as notícias, notas, artigos e poesias sobre falecimentos, divulgadas nos jornais “Correio da Victoria”, “Jornal da Victoria” e o “Espírito-Santense”, periódicos que circularam na capital da Província do Espírito Santo, Vitória, na segunda metade do século XIX. Assim, nesta dissertação, busca-se investigar a percepção e representação da finitude humana pela imprensa capixaba, destacando a exaltação de determinadas personalidades por meio da escrita da morte; as atitudes costumeiras diante dos óbitos e a manifestação dos sentimentos.

Isto porque se concorda com Jean Ziegler (1997) quando ele diz que morrer procede tanto da cultura quanto da natureza e a análise da forma como os seres humanos produziram e produzem uma constelação de imagens variadas da morte pode ser reveladora sobre o quanto ela molda, determina, estabelece limites e confere sentido à vida. Sendo esta influência tão forte, pode-se afirmar que nos discursos do fim da vida têm-se indícios para uma melhor compreensão da existência humana.

O critério de seleção dos jornais constituiu-se da importância e destaque alcançado por esses periódicos na sociedade da época. Como base foi utilizado o trabalho de Heráclito Amâncio

Pereira, publicado em 1926, que produziu largo inventário com informações sobre a imprensa na Província. Nesse estudo, o autor reuniu dados sobre 399 publicações, dentre jornais e revistas, dos anos de 1840 a 1926. Da leitura da obra percebe-se que a mídia impressa no Espírito Santo era, no período imperial (1840-1889), restrita a poucas publicações, sofrendo significativa expansão com o decorrer dos anos. Nota-se também a curta duração e os períodos irregulares de circulação de muitos jornais.

Com o auxílio do inventário de Pereira e de trabalhos sobre a imprensa capixaba¹ levantaram-se algumas das características dos periódicos, permitindo a escolha dos mais relevantes. Cada um dos jornais selecionados possui sua própria história, característica e formato, expostos no decorrer da pesquisa. Porém, alguns aspectos são comuns dentre as fontes, principalmente quanto às informações divulgadas. Com isso, os periódicos, de modo geral, apresentam os atos oficiais de Governo, seções noticiosas, editais, poesias, crônicas, artigos e anúncios.

O “Correio da Victoria” foi criado em 1849. No Arquivo Público do Estado do Espírito Santo estão disponibilizados para consulta em microfimes os exemplares dos períodos de janeiro de 1849 a junho de 1851; de janeiro a junho de 1854; de janeiro de 1855 a dezembro de 1857; de janeiro a maio de 1858; de janeiro a dezembro de 1859; de janeiro a dezembro de 1864 e de janeiro de 1869 a dezembro de 1872. O “Espírito-Santense”, por sua vez, foi fundado em 1870. No Arquivo Público estão microfilmadas as edições de setembro de 1870 a junho de 1889. O “Jornal da Victoria” surge em 1864, os periódicos arquivados correspondem a abril de 1864 a dezembro de 1869.

A opção por trabalhar a segunda metade do século XIX deve-se ao espaço ocupado pela morte nos jornais e a linguagem subjetiva e metafórica utilizada para noticiar os falecimentos, o que despertou nosso interesse em refletir sobre que sociedade era aquela na qual os sentimentos eram demonstrados de maneira tão intensa e as implicações na elaboração e leitura desses discursos. Com o passar dos anos essas características centrais se modificaram e reduziram consideravelmente. O primeiro jornal de destaque da Província foi o “Correio da Victoria”, em 1849, não sendo possível antes desta data a investigação proposta.

¹ Na pesquisa foram utilizadas as coletâneas de artigos organizadas por José Martinuzzo em: “Impressões Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo” e “Quase 200: a imprensa na história capixaba”. Também foram usados como referenciais o livro de José Carlos Mattedi: “História da imprensa oficial no Espírito Santo” e o material organizado por Juçara Gorski Brittes e Gabriel Augusto de Mello Bittencourt: “Aspectos históricos da imprensa capixaba”.

Os periódicos capixabas eram poucos e com irregulares períodos de circulação. Além disso, há muitas edições não arquivadas². Escolheu-se estudar os anos de 1857, 1858, 1859, 1864 e 1869 do “Correio da Victoria”³. O “Espírito-Santense” será analisado nos anos de 1870 a 1874. Do “Jornal da Victoria” levantaram-se os exemplares de 1864, 1867 e 1868. O trabalho, portanto, abarca o período histórico de 1857 a 1874. Buscou-se, neste recorte, uma maior uniformidade do período de circulação dos três jornais.

Segundo Marco Morel (2008) o século XIX foi marcado pela expansão do público leitor, das tiragens e números de títulos, adquirindo a imprensa importância crescente. Assim, surgiram cumprindo o papel de novos agentes culturais e políticos, os redatores. De acordo com Morel (2008) muitos deles enveredavam pelo debate político e outros por uma linha mais mercantil e noticiosa. O cunho político afigurava-se o estilo marcante da época. Para o autor, os fatores mencionados comumente pela historiografia para explicar a imprensa: a ênfase no atraso, na censura e no oficialismo; não são suficientes para dar conta da complexidade dos meios de comunicação do oitocentos.

Sem negar estes fatores Morel (2008) diz ser possível acrescentar outro elemento: “[...] o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vácuo cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria” (Morel, 2008, p. 25). Seguindo Morel, o jornalismo pretendia marcar e ordenar a cena política que passava por transformações nas relações de poder, incluindo amplos setores da hierarquia da sociedade em suas dimensões políticas e sociais (Morel, 2008).

Para Ana Luiza Martins (2008), em “Imprensa em tempos de Império”, os meios de comunicação no século XIX encontravam-se significativamente voltados para as causas políticas e, em menor escala, para as manifestações literárias. Para a autora, a política e a imprensa conjugavam-se a serviço dos partidos, atrelados a grupos familiares condicionados a interesses econômicos e afinidades intelectuais (Martins, 2008). Cabe destacar, portanto, dentre as características da imprensa do período imperial, a importância da política nos conteúdos veiculados. Este aspecto é relevante, pois nesse trabalho objetiva-se refletir as

² As análises foram feitas por meio dos periódicos disponibilizados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

³ Os intervalos nas datas correspondem aos anos nos quais não há exemplares arquivados.

interconexões entre cultura e política com atenção especial às relações de poder entre os indivíduos e os status sociais atribuídos a determinados mortos.

A análise dos textos da morte foi o ponto de partida da pesquisa, sempre trazendo a cena os atores sociais que elaboravam esses materiais. Inspirados em Simona Cerutti (1998) buscou-se mostrar quem eram essas pessoas que escreviam nos jornais e quais mortos eram noticiados com destaque; e também quais são aqueles cujas mortes não são informadas. Sendo assim, seguindo Cerutti, nos esforçamos na recomposição do percurso social dos atores no intuito de identificarmos as motivações para as suas escolhas, ressaltando os processos e interações nas quais estão inseridos.

Francisco Ortega (2000) chama a atenção para as implicações políticas da temática do luto. Para o autor, os discursos⁴ relacionados à morte, principalmente os proferidos para homenagear algum amigo, em sua regularidade exaltam as qualidades do morto e relatam a tristeza provocada pelos falecimentos, representando a possibilidade de uma amizade para além do óbito. No discurso do epitáfio é o amigo do morto quem porta a sua existência e memória, o falecido só existe pela lembrança, o luto o reduz, ele é interiorizado e transformado em um segundo eu. Nas palavras de Ortega:

Um discurso da lembrança se constitui, assim, no seio da amizade, que lhe atribui sua figura característica: uma retórica da memória e do luto político capaz de apreender o amigo somente como instrumento de uma projeção narcisista do mesmo, de um fortalecimento do eu, de uma egologia e de uma incorporação do outro na violência do mesmo (Ortega, 2000, p. 70).

Para o autor esses discursos acabam por ter um caráter político e as lembranças dos mortos podem ser invocadas com intuítos determinados. Segundo Ortega (2000) os discursos têm a função de fortalecer a identidade da comunidade exorcizando qualquer tipo de conflito. De acordo com o autor:

Os mortos podem ser identificados, segundo a necessidade, como heróis, vítimas, mártires, ou como portadores de honra, glória, fama, fidelidade e, finalmente, como

⁴ Segundo Milton José Pinto (1999) os discursos são práticas sociais determinadas pelo contexto sócio histórico, mas que também são partes constitutivas desse contexto. Para Orlandi (1996) os discursos não têm por função constituir a representação de uma realidade, mas assegurar a permanência de determinada representação, com isso, tem-se na gênese de todo discurso o projeto totalizante de um sujeito. Pode-se dizer que os discursos afetam o leitor e o conduzem a uma compreensão de si próprio e do mundo.

protetores da pátria, da humanidade, da justiça, da verdade ou do proletariado. Eles nos oferecem uma multiplicidade de possibilidades de identificação e, ao mesmo tempo, um juramento de compromisso com esses ideais. Os sobreviventes dispõem de uma grande variedade de ofertas identificatórias, criando-se uma identidade comum entre mortos e vivos (Ortega, 2000, p. 74).

E pelo discurso da amizade incorporar a retórica do epitáfio, do luto e da memória, ele possui um caráter peculiarmente político. Sobre o tema escreve:

A identificação da estrutura do epitáfio leva à tona não apenas a violência narcisista de supressão da alteridade, redução do outro ao mesmo, mas também serve para estabelecer uma ligação com a corrente da historiografia política, que tem realizado importantes análises sobre a oração fúnebre, a memória coletiva, o monumentalismo político (Ortega, 2000, p. 72).

O presente trabalho se insere na abordagem de Ortega na medida em que busca apreender o cunho político da escrita da amizade presente nas notícias de morte. Nelas ressaltava-se a lealdade de quem morreu e seus inúmeros atributos. Exaltar um amigo pode ser compreendido, nesta perspectiva, como uma forma de homenagem a si mesmo, pois o amigo compartilha e participa junto ao falecido das boas realizações e grandes feitos em vida.

Ao se pensar a morte na imprensa considerou-se a representação como conceito-chave, na medida em que se trata de importante elemento para compreensão do modo pelo qual as pessoas agem no mundo, obedecendo a vontades e objetivos. Assim, veem-se as representações como território das relações de poder. Para isso, utilizou-se o referencial teórico proveniente da obra do historiador Roger Chartier. Ele apresenta as representações como uma articulação de três modalidades do mundo social:

[...] o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, e, por fim, significar simbolicamente um estatuto e posição e as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (Chartier, 1988, p. 24).

Por meio das representações, formadas pela articulação dessas modalidades, torna-se possível

elaborar visões de mundo, surgidas pela apreensão do real. Entende-se por visão de mundo, seguindo Chartier, como o conjunto de aspirações, sentimentos e ideias que reúne os membros de um grupo e os opõem a outro (Chartier, 1988). Na investigação da morte, inspirados em Chartier, destacaram-se os interesses dos grupos políticos com a preocupação de verificar:

[...] o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezadas a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os outros indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1988, p. 17).

Na reflexão dos discursos sobre a morte e de suas implicações utilizou-se também o suporte teórico de Eni Orlandi. Assim como Chartier, Orlandi (2000) ressalta a parcialidade dos discursos. Para a autora: “[...] não há neutralidade nem no uso mais cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente; estamos comprometidos com o sentido e o político” (Orlandi, 2000, p. 9). Segundo Orlandi (2000), o discurso é o efeito de sentido entre locutores e possui a sua regularidade. Compreendê-lo supõe analisá-lo em sua relação com a história e a sociedade. Isto, pois como afirma: “[...] as palavras refletem discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua” (Orlandi, 2000, p. 67).

Seguindo Peter Burke (2005) buscou-se ter cuidado nas análises para evitar a tentação de tratar os textos de certo período como espelhos, reflexos não problemáticos do seu tempo. Burke (2005) destaca a necessidade da crítica da fonte, de modo a compreender os motivos para a existência de determinados textos e os seus objetivos. Além disso, não se devem considerar as opiniões pessoais dos redatores como se fossem de toda a sociedade capixaba.

Não é intenção do estudo, portanto, mostrar os discursos sobre a morte como reflexos das atitudes de todos os moradores da cidade de Vitória, mesmo porque há variações quanto à religião, à crença, às formas individuais de emoção, dentre outros aspectos que diferenciam o modo de cada pessoa sentir e pensar a sua própria vida e óbito. Pode-se, contudo, por meio da pesquisa, conhecer melhor as atitudes costumeiras em relação aos falecimentos e os intuitos dos jornais ao noticiarem a finitude e homenagearem determinados mortos.

Para a exposição do trabalho dividiu-se a dissertação em capítulos. O Capítulo 01, denominado ‘A Escrita da Morte nos Periódicos “Correio da Victoria”, “Jornal da Victoria” e “O Espirito-Santense”’, inicia a reflexão abordando a inserção da morte nos jornais. Nesta parte mostraram-se as referências que nortearam as análises e instigaram a pensar os motivos pelos quais são elaboradas representações quanto à destinação após o falecimento e também a peculiaridade humana de ter noção da própria perenidade. Estudaram-se ainda a imprensa capixaba e a sua relação com a política, os ritos funerários da época, a organização dos enterros e o envolvimento e participação da sociedade local nas solenidades fúnebres.

No capítulo 02, “Percepções da morte em Vitória: influências religiosas e seculares”, ressaltaram-se a forte religiosidade dos moradores de Vitória e a influência da Igreja Católica nas notícias de falecimentos. Estudaram-se a ocorrência das epidemias e a transferência dos enterros das igrejas para os cemitérios, que proporcionaram transformações nas atitudes perante a morte e embates entre o poderes religiosos e seculares. Por fim, no capítulo 03, “Sentimentos, Lamentações, Tristeza e Poder”, pesquisaram-se a repercussão dos falecimentos e os aspectos norteadores das homenagens póstumas presentes nos periódicos. Buscou-se aprofundar as análises sobre os discursos da morte como espaços de produção e reprodução de poder, exemplificando as notícias de maior comoção e emotividade.

CAPÍTULO 01

A ESCRITA DA MORTE NOS PERIÓDICOS “CORREIO DA VICTORIA”, “JORNAL DA VICTORIA” E “O ESPIRITO-SANTENSE”

Ao manusearmos os periódicos da segunda metade do século XIX é possível refletir quanto a alguns aspectos. Embora o enfoque da pesquisa não seja uma análise comparativa com jornais impressos contemporâneos é inevitável a percepção das profundas diferenças na abordagem da finitude da vida. Se atualmente os meios de comunicação, de modo geral, informam sobre a morte e suas circunstâncias, com linguagem direta e pouco espaço para a imaginação e a exposição dos sentimentos, nos materiais analisados os textos demonstram o forte sofrimento provocado. As emoções são expressadas por meio de discursos poéticos e metafóricos.

No livro “O nascimento do Purgatório” o historiador Jacques Le Goff (1999) faz o seguinte questionamento: “Por que não deixar os mortos vagar ou dormir?” (Le Goff, 1999, p. 15). Essa mesma pergunta também perpassa a análise quanto à escrita da morte na imprensa capixaba. Assim, considera-se necessário pensar por que os seres humanos construíram uma série de sensibilidades relacionadas ao além-túmulo. Para isso, conta-se com o auxílio de estudos de destaque sobre o tema, que contribuiram no aprofundamento das ideias e possibilitaram um melhor entendimento do objeto.

Na realização da pesquisa bibliográfica percebe-se, principalmente na França, a emergência dos estudos sobre a finitude da vida, com destaque às décadas de 1960 e 1970, por meio dos trabalhos, dentre outros, de Michel Vovelle, Phillippe Ariès e Michel de Certeau. Estas pesquisas abordaram as atitudes e comportamentos dos homens e mulheres diante da morte, bem como as mudanças ocorridas no decorrer dos séculos. Para Jacques Chiffleau (1996) inserir-se nesta área de análise pode proporcionar resultados muito interessantes na compreensão de diferentes aspectos da vida. Segundo o autor compensa pensar sobre a morte, pois:

[...] em torno dela se revelam as tensões, as rupturas, as evoluções que agitam todos os sistemas de crenças e, pela descontinuidade, que introduz sem cessar na história humana, ela nos convida a analisar cada vez mais sutilmente os processos fundamentais de reprodução social (Chiffleau, 1996, p. 118).

De acordo com Vovelle (1991) as pesquisas empreendidas pelos historiadores franceses buscaram analisar as sensibilidades diante da morte, a teia de gestos e as formas simbólicas que a acompanham. Constitui a história da finitude humana, conforme suas palavras: “[...] uma série de artimanhas, de mascaramentos, de evitações, mas também de criações do imaginário coletivo em relação a uma passagem obrigatória em toda existência humana” (Vovelle, 1991, p. 59). Nesse contexto, cabe ao historiador decifrar as significações de um discurso muito complexo, pois é carregado de pensamentos encobertos. Sobre os estudos dos falecimentos afirma o autor:

A história da morte, porém, guarda, dentro dessa rede complexa, um valor exemplar e específico, pois a morte representa um invariante ideal e essencial – a experiência humana. É um invariante relativo, todavia, visto que as relações dos homens com a morte se alteraram, como também a maneira como ela os atinge, embora a conclusão permaneça a mesma, é a morte... Eis porque, ao fim de toda aventura humana, a morte continua um revelador sensível (Vovelle, 1991, p. 129).

Na abordagem considera-se a morte algo natural e também social, pois o modo de senti-la, representá-la e agir diante dela varia conforme a época, a cultura, a experiência, a religião, dentre outros fatores. Vê-se a consciência da finitude como uma das características definidoras do ser humano e as dúvidas e angústias geradas pela certeza do falecimento desafiam os sistemas de explicação e compreensão da realidade. Michel de Certeau, em “A Escrita da História”, chama a atenção para a forma do ser humano agir perante a morte. Em suas palavras:

No Ocidente, o grupo (ou indivíduo) se robustece com aquilo que exclui (é a criação de um lugar próprio) e encontra sua segurança na confissão que extrai de um dominado (assim se constitui o saber de/sobre o outro, ou ciência humana). É que ele sabe efêmera toda vitória sobre a morte; fatalmente a desgraçada retorna e ceifa. A morte assombra o Ocidente. Por este motivo o discurso das ciências humanas é patológico: discurso do pathos – infelicidade e ação apaixonada – numa confrontação com esta morte que a nossa sociedade deixa de poder pensar como um modo de participação na vida (Certeau, 1982, p. 17).

Certeau (1982) ressalta que a morte e a história estão intimamente interligadas. Segundo diz: “O discurso do passado tem como estatuto ser o discurso do morto” (Certeau, 1982, p. 56). As ideias de Certeau reforçam a importância da reflexão sobre a morte e as formas de percebê-la e representá-la, uma vez que, de alguma forma, morte e história se conjugam, sendo a história

para ele: “[...] um trabalho da morte e trabalho contra a morte” (Certeau, 1982, p. 17).

Segue-se Jean Ziegler (1996) quando afirma que a certeza da vida ter um fim - convicção esta não passível de alteração por nenhuma variação estatística - determina de modo definitivo os atos da nossa existência. Para ele é pela consciência da morte que os homens e mulheres se distinguem mais nitidamente dos outros seres vivos e a recusa da mesma pela crença na sobrevivência em outro lugar é talvez tão antiga quanto o próprio ser humano. Assim discorre:

Sobre a morte, sistemas lógicos abrangentes foram construídos, demonstrando uma extraordinária acuidade e qualidade de reflexão. Trata-se de inestimáveis saberes de conjugar o tudo e o nada, a angústia e o alívio, a tristeza e a alegria, a falta e a substituição, o inteligível e o incompreensível, o aqui e o além, a vida e a morte (Ziegler, 1996, p. 35).

É importante destacar que o óbito analisado é o óbito do outro. Como afirma Nibert Elias: “Não se pode ignorar o fato de que não é a própria morte que desperta temor e terror, mas a imagem antecipada da morte” (Elias, 2001, p. 53). Jean Ziegler (1996) ressalta esse aspecto ao afirmar: “[...] minha consciência não viverá jamais a experiência de sua morte, mas viverá a vida inteira com uma figura empírica da morte, aquela que determinada sociedade formula a partir do desaparecimento gradual de seus membros” (Ziegler, 1996, p. 129). Oswaldo Giacoia Júnior (2005) destaca os humanos como únicos seres vivos cientes por antecipação da própria morte e, portanto, envolvidos na angústia de tentar compreender o sentido da vida, pois se vive não apenas com a dimensão do presente, mas com as noções do passado e do futuro. Esse sentido torna-se complexo de apreender exatamente porque a única certeza é a de se estar destinado ao falecimento. Para ele os diferentes sistemas de religião e metafísica são formas de encontrar respostas ao questionamento quanto aos motivos pelos quais se vive, pois o horizonte nebula-se diante da inevitável perenidade.

Sendo assim, o presente estudo se desenvolve considerando a viabilidade da manutenção de certa vida após o falecimento, alimentada pela lembrança. São essas lembranças o foco da análise e as palavras direcionadas aos vivos sobre quem foram os mortos o objeto dessa investigação. O trabalho tem por fonte os textos e as demonstrações dos sentimentos, da saudade e da dor neles presentes, buscando sempre nessa leitura apreender informações sobre a imprensa da época, os leitores, os redatores e a sociedade, enfim, em que as palavras a

respeito dos mortos podem ajudar na melhor compreensão dos vivos.

1.1 OS JORNAIS IMPRESSOS CAPIXABAS

As fontes utilizadas para a reflexão sobre a morte na imprensa capixaba consistem em três jornais de Vitória, capital da Província do Espírito Santo. Para essa abordagem considera-se importante verificar quem eram os donos e redatores dos periódicos, destacando algumas das principais características das publicações. Dessa forma, concorda-se com a historiadora Marialva Barbosa ressaltando a necessidade de: “[...] perceber os significados plurais dos textos que circulavam na sociedade e como os leitores se relacionavam com esses textos” (Barbosa, 2005, p. 104). Segundo Barbosa (2005) a utilização de jornais pressupõe analisar as estratégias empregadas para buscar um público mais amplo (valores e apelos evocados no discurso) e a forma pela qual as informações eram transmitidas. Conforme discorre:

Pensar historicamente as mídias é construir uma pesquisa em torno da questão discursiva, da produção de subjetividades, dos liames culturais e das relações de poder da sociedade. Por outro lado, as relações mídia e história se fazem também pela busca dos vestígios, dos sinais, dos emblemas memoráveis que se inscrevem na própria prática discursiva (Barbosa, 2005, p. 105).

Morel (2003), em “Palavra, imagem e poder”, destaca a relevância da imprensa como fonte documental - na enunciação de discursos e expressões de protagonistas - e agente histórico que intervém nos fatos. Assim, segue-se Morel, quando o mesmo entende a imprensa como uma força ativa e não apenas mero registro de acontecimentos. Em “História da Imprensa no Brasil” Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca abordam a relação entre a história e o surgimento da mídia impressa no século XIX. Nas palavras das autoras:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo de reconstrução do passado (Martins e Luca, 2008, p. 8).

No oitocentos há no Brasil uma imprensa ainda incipiente. Os papéis impressos surgiram no país muito depois do que na Europa e até mesmo após outras partes da América. A imprensa

se inicia de forma sistemática a partir de 1808, com a chegada da corte portuguesa e a instalação da tipografia da Impressão Régia. Antes dessa data circulavam apenas jornais produzidos na Europa. O primeiro periódico brasileiro foi “A Gazeta do Rio de Janeiro”, que tinha a função de divulgar as informações oficiais provenientes do Poder Imperial. A partir de 1808 o Brasil pode enfim adentrar em um universo conhecido desde o século XVI no Velho Mundo e na América Espanhola. Tratava-se de uma novidade para a colônia, que por mais de 300 anos fora privada de um contato mais amplo com a palavra impressa (Meirelles, 2008). Morel (2008) expõe algumas das características dos meios de comunicação do período:

Nessa primeira geração da imprensa brasileira não havia incompatibilidade entre o local, o nacional e o internacional, nem entre as dimensões opinativas e informativas: o cotidiano e questões locais misturavam-se com discussões dos rumos que o Estado e a nação deveriam tomar, ao lado de notícias nacionais, internacionais e interprovinciais (Morel, 2008, p. 36).

Sobre a imprensa capixaba Mattedi (2010) informa que antes do aparecimento do primeiro jornal, em 1840, circulavam pelas ruas de Vitória apenas pasquins manuscritos. Segundo o autor, com o advento do Império, os raros pasquins continuavam no Espírito Santo enquanto uma série de jornais e revistas já aparecia em províncias como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Assim diz:

Só quando a circulação de informação tornou-se uma necessidade oficial, no caso, tornar públicas as decisões do Executivo, é que nasceu a imprensa capixaba. A edição da Lei Provincial nº06, de março de 1835, viabilizou “O Estafeta” (publicado nos últimos meses de 1840) e o “Correio da Victória” (1849), que divulgavam as ordens e os atos governamentais (Mattedi, 2010, p. 24).

Essa necessidade mostra-se presente quando, em 1835, o Presidente da Província, Joaquim José de Oliveira encaminha um ofício ao Império reclamando a falta de uma tipografia na qual pudessem ser impressos os atos oficiais da Assembleia. A tipografia surgiu apenas em 1840 por iniciativa do alferes Ayres Vieira de Albuquerque Tovar e nela foi publicado o primeiro jornal capixaba, “O Estafeta”. O mesmo não passou da edição inaugural. A imprensa se inicia efetivamente na Província após a publicação do “Correio da Victoria”.

O primeiro número do “Correio da Victoria” circulou no dia 17 de janeiro de 1849. Era um jornal de pequeno formato no qual eram publicados os atos oficiais do Governo. O periódico

era de propriedade e redação de Pedro Antonio de Azevedo e rodado na tipografia “Capitaniense”. O jornal mantinha correspondente no Rio de Janeiro e a tiragem foi bissemanal até 13 de janeiro de 1872, quando começou a circular três vezes por semana. O impresso incluía sempre em sua primeira página, abaixo da data e edição, a frase: “Monarquia, Constituição e Liberdade”. Sobre o “Correio da Victoria” o historiador Gabriel Bittencourt (1998) relata um episódio:

No entanto, mesmo comprometido com o governo, não impediu, no ano de sua fundação, a publicação de um artigo em que eram atacados atos da Assembléia Legislativa. O que lhe valeu uma tentativa de apreensão da edição por determinação governamental. Razão pela qual declarou seu editor não mais aceitar matérias “contendo ofensas ou que pudessem gerar polêmicas a partir da”. Mesmo assim em 1850 deixou o Governo de cumprir o contrato não fixando na Lei Orçamentária importância suficiente para o pagamento do subsídio (Bittencourt, 1998, p. 71).

Apesar dessa situação, o responsável pelo jornal assinou, posteriormente, um novo contrato com o Governo. O periódico recebeu, inclusive, indenização devido ao rompimento e novos contratos foram sendo firmados até o ano de 1873. Mattedi (2005) destaca a importância do “Correio da Victoria” ao afirmar:

Esse periódico teve influência na sociedade local na segunda metade do século XIX. Mantinha correspondente na Corte e publicava textos literários e históricos. Uma de suas bandeiras era a luta por uma navegação regular para a Província, uma vez que o território capixaba estava ilhado por falta de estradas. Primava-se, ainda, pela construção de um farol na barra, que se concretizou com a inauguração do Santa Luzia, em 1870 (Mattedi, 2005, p. 15).

Embora não sejam seções⁵ totalmente fixas havia no “Correio da Victoria” a “Parte Oficial”, que trazia os atos oficiais do Governo; a seção “Chronica Nacional”, com notícias da Província, do país e também do exterior, a “Parte Commercial”, na qual se publicavam as transações mercantis ocorridas no comércio da cidade; a seção “Folhetins”, com contos; a seção “Declarações”, em que havia anúncios dos dias de partida dos correios e audiências e a coluna “Variedades”, abrangendo temas diversificados, tais quais crônicas e biografias.

O outro periódico selecionado, o “Jornal da Victoria”, começou a circular no dia 02 de abril

⁵ Denominamos “seções” os espaços que se repetem nas diversas edições dos jornais nos quais os assuntos abordados estão dentro de uma temática determinada e reunidos sob um título em comum.

de 1864. Possuía perfil político e era impresso na tipografia denominada “Liberal”. O seu redator-chefe era o engenheiro militar e deputado Manoel Feliciano Muniz Freire, pai de José de Mello Carvalho Muniz Freire, que foi governador no período de 1892 a 1896 e, eleito novamente em 1900, permaneceu no poder até 1904. Foi ainda vereador, deputado provincial e senador por dois mandatos. Além de Manoel Feliciano Muniz Freire atuavam no jornal o bacharel José Corrêa de Jesus e o Engenheiro Deocleciano de Mello e Cunha, que exerceu os cargos de ouvidor da Comarca e deputado da Província. O diretor era Delecarliense Drumond de Alencar Araripe.

O “Jornal da Victoria” era propriedade de uma associação composta por membros do partido liberal e todos os seus redatores e colaboradores estavam envolvidos na política partidária. O mesmo é considerado um dos grandes protagonistas da imprensa política capixaba (Barro, 2010). O jornal deixou de circular em 1869. No periódico também eram publicados os atos oficiais do Governo, inseridos na seção “Parte Oficial”. Em “Noticiários” há as notícias relacionadas ao Espírito Santo. O espaço “O Exterior” traz informações sobre outras províncias brasileiras. Na “Parte Policial” é noticiado quem foi preso ou posto em liberdade. Têm-se ainda as seções “Variedades”, “Edital” e “Annuncios”.

O “O Espírito-Santense”, por sua vez, iniciou a publicação no dia 08 de setembro de 1870. A última edição foi distribuída em 14 de junho de 1889. Circulava três vezes por semana, com tiragem média de 500 exemplares. O proprietário e redator era José Marcellino Pereira de Vasconcellos. Ele nasceu em Vitória em 1821 e foi funcionário público, advogado e deputado provincial. A partir de 1872 o jornal passou a ser de Manoel Coutinho Ribeiro Mascarenhas. Em 1873 o capitão Pedro de San’tanna Lopes assume o periódico. De 10 de março de 1874 a 1889 “O Espírito-Santense” foi transferido à Basilio Carvalho Daemon⁶. Ele trabalhou como revisor em diversos jornais do Rio de Janeiro e exerceu as profissões de dentista, comerciante, topógrafo, advogado, professor, político, procurador fiscal e promotor público. Era membro do partido conservador, exerceu a presidência da Câmara e elegeu-se deputado. O próprio Daemon, em seu livro “Província do Espírito Santo: sua descoberta, historia chronologica, synopsis e estatística”, afirma ter comprado a tipografia e absorvido o contrato com o Governo para a publicação dos atos oficiais. Segundo ele o jornal era político, literário e

⁶ Nesta dissertação tem-se como um dos materiais de referência para a identificação dos mortos presentes na escrita dos jornais a obra de Daemon: “Província do Espírito Santo: sua descoberta, historia chronologica, synopsis e estatística”.

noticioso e defendia a política conservadora (Daemon, 2003).

Também é possível destacar em “O Espírito-Santense” algumas seções. Há no periódico a parte “Exterior”, que traz notícias de outros países, principalmente da Europa. Tem-se a “Secção Noticiosa”, com questões gerais sobre viagens, nomeações, vendas de terras, abertura de estradas, nomes de ruas, dentre outros temas. Existem ainda as seções “Eccos do Passado”, “Transcrições”, “Poesias” e “Litteratura”, abrangendo poesias e crônicas, e os espaços “Publicação Pedida” e “Annuncios”, no qual são oferecidos diferentes itens, dentre eles livros e remédios.

Os assuntos mais comentados nos três jornais eram relacionados à política, à religião, ao cotidiano da cidade e à literatura. Havia nos periódicos, de modo geral, notas de visitas consideradas ilustres à cidade, casamentos, viagens, nomeações para cargos públicos, aniversários, artigos, poesias, crônicas, coluna de humor, dia de partida dos correios, biografias, transações comerciais, editais, aviso de dias festivos e anúncios publicitários de farmácias, papelarias e gráficas. Para Fabíola Martins Bastos (2009) os jornais capixabas se destacavam nas conversas de seus leitores devido a seu aspecto peculiar: eles tratavam basicamente de assuntos do cotidiano e publicavam informações muitas vezes de cunho privado, tais quais brigas e fofocas.

Os jornais no Espírito Santo, de acordo com Bastos (2009), circulavam pela cidade e seus leitores por três formas: o comércio ambulante, a venda nas tipografias e assinatura. Seguindo as informações da autora os jornais “Correio da Victoria” e “Jornal da Victoria” eram distribuídos para pouco mais de 80 assinantes, constando número superior a 100 apenas em quatro ocasiões. Dentre eles, Bastos (2009) ressalta a impressão de que os negociantes da praça capixaba correspondiam a um contingente significativo de assinantes. Segundo afirma:

A distribuição dos exemplares realizava-se por um entregador, que deixava a tipografia bem cedo, logo nos primeiros raios de sol, e percorria os caminhos desnivelados da cidade. Os entregadores chegavam muito rápido a algumas das casas dos assinantes, de outros, porém, demoravam um pouco mais, devido à distância entre as freguesias e às condições de passagens da terra (Bastos, 2009, p. 51).

Sobre a alfabetização, aspecto relevante, pois nessa pesquisa utilizam-se jornais, tem-se que,

segundo o “Recenseamento do Brasil de 1872”, na totalidade da população livre da ilha de Vitória, composta por 4.371 pessoas, as alfabetizadas eram apenas 644. Com isso, o público leitor era a reduzida população letrada. Porém, não se podem desconsiderar as formas diversificadas de acesso à informação, como a leitura em voz alta ou os comentários relacionados às notícias dos jornais transmitidos de indivíduo para indivíduo. Não se avalia, portanto, que apenas quem sabia ler tinha acesso aos periódicos, pois existem outras formas de disseminação das informações. Para a autora: “[...] A sobrevivência dos jornais publicados na cidade de Vitória deveu-se, em parte, ao famoso ‘disse me disse’ das notícias e anúncios publicados nas folhas, próprio dos ambientes de negócio, como lojas de secos e molhados, armazéns e botequins” (Bastos, 2009, p. 44).

Por acreditar-se que os jornais impressos trazem conteúdo significativo e revelador da sociedade da época, suas particularidades e conflitos, analisam-se três periódicos relevantes da cidade de Vitória. Nesse sentido, entendem-se os jornais, seguindo Silva (2007), como um meio precioso para o historiador analisar a vida cotidiana. Freyre (1964) também assim considera ao afirmar que os jornais permitem adentrar em traços íntimos do passado, trazendo à luz itens curiosos e de interesse.

1.1.2 Partidos políticos e os meios de comunicação

Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2008) destacam que na imprensa, na política e nas instituições, os personagens são comumente os mesmos, englobando a ainda incipiente mídia impressa do oitocentos, não sendo possível abordar a história da imprensa sem relacioná-la às questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Conforme argumentam, as intervenções políticas de peso são decididas nos locais de elaboração de periódicos, interferindo seus redatores e colaboradores nas práticas de governo, na dinâmica do país e na formação social. Marco Morel (2003) ressalta a relação estreita entre imprensa e política ao afirmar:

Havia, é certo, órgãos mais bem-comportados, que se pretendiam apenas noticiosos, geralmente no campo econômico ou literário. Mas a imprensa como instrumento político, de convencimento, revelando as paixões e conflitos preponderava – fosse conservadora ou contestadora, exaltada ou moderada. O estilo panfletário, pasquineiro, dava a tônica, independentemente da coloração política (Morel, 2003, p. 49).

Dentre as características dos jornais da época estão: a produção artesanal feita por um homem só, a impressão em tipografias de conteúdo mais doutrinário do que factual e a linguagem veemente, até mesmo agressiva e ofensiva (Morel, 2003). O autor ressalta quem eram, comumente, os redatores dos periódicos:

Da entranha da República das Letras (isto é, do conjunto de letrados e escritores) emergiu um tipo de ator histórico cujo perfil coletivo tinha traços peculiares. A imprensa de opinião entre meados do século XVIII e começo do XIX fez entrar em cena essa figura de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o redator panfletário (Morel, 2008, p. 35).

Esse ator histórico envolvido na imprensa era visto geralmente, segundo o autor, como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. Eles eram escritores de cunho patriótico e possuíam muitas possibilidades de atuação em uma época repleta de transformações (Morel, 2008, p. 35). Em suas palavras:

A maioria dos homens de letras dessa geração, independente do posicionamento político, escrevia no chamado estilo panfletário, que expressou uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates políticos mundiais e da imprensa brasileira em particular, só vindo a desaparecer na segunda metade do século XX. O estilo panfletário [...] alcançava eficácia por várias características retóricas interligadas, como: capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, em situações específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida (Morel, 2008, p. 37).

Para Morel (2008) esses novos agentes culturais e políticos - os redatores - tinham nome e rosto na sociedade que buscava se firmar como nação, em uma época na qual se davam os primeiros passos para a formação de uma nacionalidade brasileira. Essa primeira geração utilizava do estilo panfletário, apesar de possuírem variadas e antagônicas opiniões. Percebe-se nos periódicos do Espírito Santo o estilo panfletário citado pelo autor. Os materiais capixabas eram redigidos por bacharéis, com formação política e participação nas atividades partidárias da Província. Dentre os aspectos que se sobressaíam na imprensa local destacam-se a produção artesanal, o conteúdo idealista (escravistas ou abolicionistas, monarquistas ou republicanos) e a influência da literatura na escrita (Mattedi, 2010). Segundo Mattedi:

Era a época do tribunismo, das grandes e pequenas causas. Entretanto a maioria teve vida efêmera, sendo muitos apenas pasquins apócrifos. Mas, o foco principal dos periódicos, até o início do século XX, era a propaganda política, o que dava as publicações um caráter panfletário. Usados como ferramentas partidárias, os jornais serviam ao denunciamento e a troca de ofensas fazia dos impressos verdadeiros jornais-trincheiras (Mattedi, 2010, p. 25).

Com isso, os principais partidos tinham os seus jornais, nos quais, seguindo o autor, se davam as guerras de opiniões, sem preocupações com a imparcialidade ou a neutralidade. As notícias eram repletas de adjetivos e os textos apresentavam um cunho opinativo. A respeito dos conteúdos dos periódicos do Espírito Santo discorre:

Nessa época, os jornais capixabas divulgavam tudo, “até” notícia. Traziam longos artigos, notas sociais, frivolidades do cotidiano, e enalteciam princípios morais. Alguns publicavam folhetins novelescos e colunas literárias. Os anúncios já se faziam presentes: divulgavam um comércio incipiente, além de remédios milagrosos, escravos fujões ou animais roubados (Mattedi, 2010, p. 25).

Quanto à ascensão e disputas dos partidos atuantes na Província, questão relevante para a compreensão da influência política nos periódicos, Karulliny Silverol Siqueira (2009) afirma que em meio à década de 1830 o Espírito Santo começava a vislumbrar o advento de grupos políticos. Os mesmos, favorecidos por uma sociabilidade local, eram formados por nomes considerados de prestígio na sociedade. Essas pessoas viriam a ser, posteriormente, os primeiros deputados da Assembleia Provincial. A autora discorre que a disputa acirrada entre os dois principais grupos, os liberais e os conservadores, nasceu do conflito entre duas Irmandades, a do Convento de São Francisco e a da Igreja do Rosário, em 1832, quanto à posse de uma imagem de São Benedito. Em suas palavras:

[...] em meio às discussões sabe-se que os irmãos do Rosário apelidaram de ‘Rusguentos’ e ‘Caramurus’ os irmãos do Convento, fazendo menção ao ‘Partido’ existente na Corte. Posteriormente os participantes adeptos ao Convento de São Francisco rebateram as acusações, já que entenderam que o motivo do nome caramuru estivesse ligado às características do peixe deste mesmo nome, chamaram então seus inimigos e opositores de peroás, um peixe desvalorizado para os capixabas, sendo este apelido associado aos liberais, já que o grupo era um contraponto aos caramurus, ou seja, aos conservadores da província (Siqueira, 2009, p. 5).

Foi da trajetória de “peroás” e “caramurus”, no começo do século, que surge com maior definição os “liberais” e “conservadores”. A Assembleia Legislativa passou a se destacar como local valioso para abrigar o debate político e possibilitou o surgimento de um espaço para onde convergiam as demandas da população e as disputas políticas. Renato Pacheco (1984) expõe que nessa época a Assembleia Legislativa da Província era formada por abastados homens “de terno e gravata ou de batina” (Pacheco, 1985, p. 8), principalmente os fazendeiros e comerciantes e, no final do século XIX, os bacharéis.

A primeira eleição de deputados provinciais ocorreu no Espírito Santo em 1834 e a instalação da Assembleia Legislativa efetivou-se em 01 de fevereiro de 1835. O quadro inicial de deputados era composto por cinco padres e dez civis. Aspecto este que chama a atenção para a proximidade entre a religião e a política. Os padres estavam envolvidos nos assuntos partidários da Província e exerciam cargos públicos e políticos. Percebe-se, no período histórico abarcado por esta dissertação, que o embate entre os dois partidos políticos componentes da Assembleia era grande. Foram registrados, inclusive, episódios violentos envolvendo acusações e mortes. Assim informa Siqueira:

Convém salientar que, a partir das modificações ocorridas no âmbito parlamentar local, começam então a se tornarem nítidas as divisões e o envolvimento de personagens inseridas na composição destas facções políticas, tem-se também no debate político a inserção de uma série de denúncias e acusações direcionadas aos partidos da província [...] (Siqueira, 2009, p. 7).

As eleições e agitações da época tiveram como seus maiores interlocutores a Assembleia Provincial e uma imprensa política efervescente. Dentre esta imprensa, podem-se inserir os três periódicos utilizados na pesquisa. De acordo com o perfil dos jornais e o modo como os mesmos se consideravam, tem-se que o “Espírito-Santense” seguia a linha do partido conservador e o “Jornal da Victoria” era aliado ao partido liberal. O “Correio da Victoria” não se declarava abertamente próximo a um ou outro partido. Porém, a política e seus embates eram assuntos recorrentes no periódico.

1.1.3 Características dos pensamentos liberais e conservadores

Em linhas gerais Antônio Carlos Peixoto (2001) aborda alguns dos elementos que

caracterizam o liberalismo e o conservadorismo, mostrando as ideias e fatos que influenciaram, no decorrer dos tempos, para a elaboração dos ideais destes grupos. Para ele, em primeiro lugar, a ordem liberal está centrada na ação humana e a ação individual é determinante na construção do mundo. Porém, isso só é possível, se existir a liberdade. O indivíduo deve ser capaz de definir os seus interesses e refletir a melhor forma de atingi-los. E, se sozinho ele não puder alcançá-los, deve estar apto para estabelecer relações com outras pessoas em prol de objetivos comuns.

Lúcia Maria Bastos Neves (2001) afirma que na ótica da cultura política do liberalismo, a palavra liberdade tornou-se a essência da vida humana. Ela surgiu como definidora de uma nova concepção política e seus defensores a utilizavam muito comumente. No Brasil, conforme expõe, a expressão “liberdade política” aparece em relação aos direitos que a população devia usufruir sob a sua antiga metrópole, provocando o aumento do quantitativo dos questionadores do despotismo da Corte de Lisboa e das atitudes consideradas intransigentes de alguns membros da mesma. Porém, é preciso ponderar, seguindo Guimarães (2001) a especificidade do discurso liberal brasileiro, ou seja: “[...] no caso brasileiro a doutrina liberal foi ao mesmo tempo ‘revolucionária’ – no que se refere à emancipação política e à destruição de instituições político-administrativas tradicionais – e ‘conservadora’ – quando se tratava de manter a ordem interna vigente (Guimarães, 2001, p. 104)”.

Para Neves (2001) o debate político, no início do século XIX no Brasil, foi estimulado pelas publicações impressas, nas quais se faziam chegar notícias e informações a uma plateia mais ampla. Segundo a autora os folhetos e panfletos políticos procuravam expor em linguagem acessível os temas fundamentais do liberalismo e transformaram-se em uma das principais fontes para a identificação das palavras, valores e representações pelas quais se exprimiram essa cultura política. Conforme expõe: “[...] A oposição entre despotismo, enquanto símbolo do passado que se pretendia ‘regenerar’, e o liberalismo-constitucionalismo, enquanto imagem do futuro que se pretendia construir, traduziu fundamentalmente o ideário político dessa época” (Neves, 2001, p. 79).

Segundo Peixoto (2001) analisar o pensamento conservador, por sua vez, não é uma tarefa fácil, pois ele atraiu uma série de posições contrárias, muitas vezes sem uma real reflexão dos seus pressupostos. Para ele, em um primeiro momento, não se deve considerar o conservadorismo como: “[...] uma tentativa obscurantista de defesa dos privilégios das classes

possuidoras contra os miseráveis” (Peixoto, 2001, p. 25). De acordo com o autor:

O seu ponto de partida é dado por uma visão relativamente pessimista do ser humano: a condição do indivíduo em sociedade é naturalmente conflitiva e caracterizada por tensões. A ação política pode, se bem conduzida, mitigar ou reduzir estas tensões, mas nunca eliminá-las inteiramente. A política tem, por isso mesmo, um escopo e um alcance cuja abrangência é limitada. A inevitabilidade das tensões delimita o espaço que a política pode ter na resolução dessas tensões. Não há, portanto, uma solução política de alcance global que assegure o bem-estar do indivíduo e da sociedade como um todo; toda e qualquer tentativa dessa natureza tenderá inevitavelmente ao fracasso (Peixoto, 2001, p. 25).

Peixoto (2001) argumenta que a recusa do global, identificado com a utopia, caracteriza o pensamento conservador. A sociedade, neste sentido, é compreendida como um conjunto de práticas coletivas e têm os seus males e problemas. Porém não é possível uma reforma total da sociedade, porque não é ela a responsável pelos males individuais, os mesmos são decorrentes da condição humana.

Siqueira (2009) identifica na escrita da imprensa capixaba as disputas políticas entre liberais e conservadores no século XIX, principalmente em sua segunda metade. De acordo com a autora a marginalização política do grupo dos liberais e a volta a liderança dos conservadores, situação vigente na década de 1860, despertou a imprensa política na Província. O clima no âmbito parlamentar, anterior à década de 1860, não mostrava grandes divergências entre os dois partidos, que se alternavam no poder. Isto não quer dizer a inexistência de antagonismos, mas sim que as duas agremiações mantinham-se com representantes no legislativo e atuavam na política capixaba. Situação esta modificada em 1868 devido à ação do Governo Central, na qual a Câmara foi dissolvida pelo Imperador e demitido o Gabinete da Liga Progressista. Para Mariana de Almeida Pícoli (2009) a própria predominância de um, ou de outro jornal, na divulgação dos atos oficiais do Governo, refletia o jogo político em vigor naquele período.

É interessante observar que o “Jornal da Victoria”, importante veículo do partido liberal, encerra a sua circulação em 1869, década de perda de espaço e poder do grupo político na Província. Segundo Pícoli (2009) o periódico, no referido ano, intensificou o discurso em prol da emancipação e das reformas propostas pelo Centro Liberal do Rio de Janeiro. Para a autora o jornal não se demonstrava republicano e nem abolicionista, mas apontava a escravidão

como um entrave à construção de uma nação civilizada. Constatou-se nas páginas do “Jornal da Victoria” o esforço de demonstrar a ineficiência do partido conservador e a ilegitimidade do poder moderador. Pode-se supor que as pressões exercidas pelo partido opositor para coibir as manifestações das informações publicadas pelo periódico tenham favorecido o fim da impressão do jornal, pois a partir de 1870 o domínio da cena política capixaba pertenceria aos conservadores. Sobre o caráter partidário e político das publicações do Espírito-Santo ressalta Sônia Maria da Costa Barreto:

Os periódicos surgidos nesse contexto representavam os partidos Conservador e Liberal que defendiam ou atacavam as iniciativas daqueles envolvidos na política local. A vida política gerava a necessidade de cada corrente ter o seu veículo de expressão. Os jornais de Vitória ainda se dividiam entre o absolutismo do Primeiro Império e o liberalismo da Regência (Barreto, 2010, p. 47).

Com isso, delinearão-se algumas das características da imprensa capixaba do oitocentos. Observou-se que a mesma circulava em um período de efervescência e disputas políticas. A análise mostra-se importante na compreensão sobre quem eram os mortos dignos de homenagem, pois a maioria eram figuras de representatividade na política local e estavam envolvidos nas questões partidárias. Utilizando-se da imprensa busca-se na dissertação refletir como a escrita da morte, aparentemente banal e corriqueira, exaltava determinadas personalidades, sendo espaço de produção e reprodução do poder.

1.2 OS OBITUÁRIOS E NOTÍCIAS DE FALECIMENTOS

No estudo explanatório dos jornais chamou a atenção o espaço significativo dedicado à morte e a linguagem utilizada para falar sobre ela. Verificou-se haver textos mais completos, que ocupavam uma página inteira e eram escritos em linguagem subjetiva. Essas matérias traziam um pouco da história de vida de quem morreu, a tristeza dos familiares diante da fatalidade e os bons trabalhos feitos. Têm-se ainda notas informando sobre a morte, convite dos familiares para a presença nos enterros e agradecimentos pelo apoio nos ritos funerários. Há também poesias que abordam questões relacionadas à finitude da vida, outras dedicadas a mortos específicos e contos da literatura nacional e mundial sobre temas afins ao término da existência. Os jornais trazem discussões quanto aos locais dos enterramentos e o medo provocado pelas epidemias

Para pensar as representações da morte no “Correio da Victoria”, “Jornal da Victoria” e “O Espírito-Santense” entendem-se importantes as análises da forma e em quais locais os assuntos relacionados à finitude humana estão inseridos nos materiais. No “Jornal da Victoria”, por exemplo, as notícias de falecimentos não se encontram em seções definidas. Algumas delas estão em “Noticiários”, junto com informações de temas cotidianos da Província e do país, outras se encontram em “Anuncios” e no espaço “Publicações a Pedido”. Há aquelas que aparecem em quadros inseridos no periódico, em locais diversos, não se observando nenhum tipo de padrão em sua inclusão. Nessas, comumente, há uma palavra antecedendo o texto, marcando o tema sobre o qual trata como: “passamento”, “suicídio” e “assassinato”. Existem ainda as que se diferenciam dos demais assuntos dos jornais por apresentarem imagens remetendo ao falecimento, tais quais cruces, caveiras e anjos. Têm-se também, na seção “Variedades”, matérias especiais sobre os cemitérios e os enterros precipitados, ou seja, aqueles ocorridos sem uma apurada constatação.

Na seção “Litteratura” o jornal enfoca a morte em poesias e contos, como o texto “Alma Penada”, assinado por J.G. Dos Santos e publicado originalmente no jornal “Correio do Recife”. As matérias mais completas e emotivas estão em “Noticiário” ou “Publicação a Pedido”. O primeiro é escrito pelo redator do jornal e a sua ocorrência se dá principalmente pela influência e importância do morto na sociedade local. A seção “Publicação a Pedido”, por sua vez, é escrita por algum amigo da família ou membro da mesma, conforme mostra a matéria do “Jornal da Victoria”, do dia 01 de julho de 1868, cuja nota de falecimento é assinada da seguinte forma: “Um da Família”.

No “Correio da Victoria” a forma de apresentação das notícias de morte é muito similar à do “Jornal da Victoria”. Nele também se vê quadros inseridos no jornal informando sobre a morte com dados como o local da missa de 7º dia e o agradecimento da família pelo apoio no luto. Há ainda as seções “Publicação a Pedido” e “Necrologia”, nas quais se publicam os textos maiores e mais emotivos. Esses materiais estão comumente assinados e suas publicações eram solicitadas pelos amigos ou pessoas da família.

No jornal há textos além dos da família e dos amigos, sem assinatura, em uma linguagem emotiva e metafórica. Cogitamos serem essas matérias de autoria dos redatores do jornal. Esse tipo de notícia, no “Correio da Victoria”, traz o título “Communicado”. No periódico há pequenas notas, com geralmente duas ou três linhas, dentro da seção “Notícias Diversas”,

apenas comunicando o falecimento, sem nenhuma outra informação. O jornal possui ainda a seção “Variedades” reproduzindo textos de outras publicações do Brasil e do mundo sobre mortos considerados dignos de homenagem.

Observou-se, por fim, o espaço da morte em “O Espírito-Santense” cuja inserção é parecida com a dos outros dois jornais. O periódico possui a seção “Publicação Pedida” em que são escritos textos longos com linguagem subjetiva. Em muitas das edições dos jornais tem-se a coluna denominada “Obituários”, que traz a relação dos mortos na Província no decorrer da semana. Na lista constam o nome do falecido, idade, estado civil, profissão e filiação. “O Espírito-Santense” possui significativo espaço para a literatura. Nas seções “Transcrições”, “Variedades”, “Poesia” e “Litteratura” há contos e poesias de diversos autores que enfocam o óbito. No referido jornal, assim como nos outros, há quadros informando sobre os falecimentos e pequenas notas no noticiário.

Apesar das diferenças apreendidas nos jornais quanto aos posicionamentos políticos e partidos apoiados percebe-se na análise a similaridade do espaço da morte, principalmente quanto ao modo de abordagem, a linguagem utilizada e os critérios definidores dos mortos dignos de homenagens. Para os falecidos considerados “ilustres” nota-se nos três periódicos a utilização de uma linguagem poética e metafórica, expressando a forte sentimentalidade e repercussão provocadas. Observou-se, portanto, que os jornais se diferenciavam em diversos aspectos, porém se igualavam na temática da morte. Independente de serem liberais ou conservadores, eles se preocupavam em exaltar as pessoas consideradas de prestígio e atuantes na política.

Por meio de uma prática cotidiana - as notícias de morte - os redatores e colaboradores expressavam a sua visão de mundo, produzindo e reproduzindo as ideias da época quanto a quem merecia ou não respeito e consideração. E para que possamos compreender melhor as implicações desses discursos e a maneira como se encontram nos materiais, será tecido um panorama sobre os modos de agir da população local diante da morte. Com isso, torna-se possível uma percepção mais aprofundada quanto à importância e impacto dessas notícias no cotidiano dos moradores da cidade e a conseqüente relevância dos textos na vida de quem residia na capital.

1.3 O FALECIMENTO EM VITÓRIA E A SOLIDARIEDADE ENTRE VIVOS E MORTOS

A presente dissertação abrange um local e época específicos inseridos no desenrolar da história capixaba. Escolheu-se trabalhar com os jornais redigidos e impressos na cidade de Vitória, por se tratar da capital e, conforme informa Bastos (2009), ser ela e seu entorno os locais de maior concentração da paisagem humana da Província⁷. A antiga Vila de Vitória foi elevada à categoria de cidade por uma lei publicada em 17 de março de 1823. O município abrangia as freguesias de São José de Queimado, São João de Cariacica, São João de Carapina e Santa Leopoldina.

De acordo com Bastos (2009) a presença de pequenas elevações de terreno deve ter colaborado para que a população se estabelecesse em determinados locais à beira-mar e em estreitados na barra da ilha. Para a autora: “[...] reconhece-se que a ocupação inicial da antiga Vila Nova de Vitória centralizou-se na Ilha de Vitória, região avistada logo à entrada da Baía de mesmo nome, circundada por morros e atravessada por braços de mar” (Bastos, 2009, p. 33). Sobre a cidade Bastos (2009) fornece uma série de informações. A ilha de Vitória, localizada na baía de mesmo nome, tinha diversos portos e cais. O Porto dos Padres era o mais famoso. Próximo ao cais do Padre estava a Rua do Comércio, importante local de negociações da cidade. As terras ao leste da ilha eram compostas de forma significativa por mangues e brejos. A comunicação com o continente se dava, conforme afirma, pela estrada de Maruípe, considerada pela administração provincial a mais importante via da cidade (Bastos, 2009).

Para pensar as características do Espírito Santo, Província na qual se localiza o município, tem-se na obra “A História do Espírito Santo”, de José Teixeira de Oliveira, um relevante referencial. O autor afirma que as fontes utilizadas para traçar um panorama sobre a vida capixaba do período oitocentista são provenientes dos relatórios apresentados pelos presidentes à Assembleia Legislativa, as correspondências ao governo central e a imprensa.

Oliveira (2008) oferece alguns dados sobre a estrutura da Província. Os correios, em 1861, possuíam 10 agências, distribuídas por diferentes localidades. A iluminação, até 1865, era feita por lampiões a querosene. Em 1879, chegaram os primeiros bicos a gás, festivamente recebidos. A maior parte da população se dedicava à agricultura, principalmente de cana-de-

⁷ No período analisado o Espírito Santo possuía 12 municípios. São eles: Viana, Espírito Santo, Vitória, Santa Cruz, Nova Almeida, Barra de São Mateus, Linhares, Cidade de São Mateus, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Benevente e Guarapari.

açúcar, mandioca, algodão, milho, café, feijão e arroz. O comércio era distribuído pela capital, vilas e povoações. Quase todas as propriedades rurais estavam sediadas nas margens dos rios. Bastos (2009) ressalta que a análise do volume de importações realizadas pelos negociantes locais mostra Vitória centralizando as comercializações, com o predomínio da aquisição de produtos de outras cidades, principalmente Campos e Caravela no Rio de Janeiro e Vila Viçosa na Bahia; os artigos estrangeiros vinham em segundo lugar.

Em seu estudo Oliveira (2008) relata uma Província que passava por dificuldades devido à falta de recursos para a estrutura e manutenção. Ele destaca que a liderança do café na economia abriu novas possibilidades de desenvolvimento. A importância da produção cafeeira foi abordada pela historiadora Nara Saletto. Segundo a autora o Espírito Santo chegou à Independência tendo colonizado apenas estreita e descontínua faixa litorânea, cujos habitantes produziam algum açúcar e mandioca, comercializados pelo Rio de Janeiro. De acordo com Saletto (1996), em meados do século XIX, o café tira a Província da letargia, dando início a um processo de expansão. Em suas palavras: “A cultura do café representou a primeira oportunidade de desenvolvimento que a região conheceu, e, por ser a primeira, não encontrou infra-estrutura ou capital acumulado e nem mesmo população” (Saletto, 1996, p. 24).

Achiamé (1999) observa que Vitória era uma cidade cuja infra-estrutura pouco diferia da herdada no período colonial, não possuindo água encanada ou esgoto. Os chafarizes atendiam, de forma precária, o abastecimento de água. Na iluminação pública empregavam-se óleos de baga e de peixe e, após, o gás e querosene. Vitória é descrita como uma cidade de casarios coloniais e ruas e ladeiras estreitas. Segundo Bastos (2009) os capixabas se movimentavam pelos caminhos de terras e de águas de Vitória durante o dia e após o anoitecer. A precariedade da iluminação não impedia o percurso dos moradores nos diversos lugares das freguesias. Apesar da escassa luminosidade a população ocupava as ruas, as praças e os largos para comemorações e outros eventos. Em suas palavras: “[...] a convivência dos residentes nesses espaços propiciava a trama de suas sociabilidades” (Bastos, 2009, p. 47).

Na compreensão do cotidiano em Vitória utilizam-se ainda os estudos de Geraldo Antonio Soares nos quais há informações sobre a população local e como ela estava organizada. No artigo “Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do Século XIX”, que aborda o relacionamento entre imigrantes europeus e a população de origem africana, o autor nos

fornece um breve quadro da Província⁸ e da cidade de Vitória no final do século XIX. Segundo Soares (2008) da mesma forma que o restante do Império, o Espírito Santo também passava por importantes transformações. Uma delas foi a implantação de colônias de imigrantes, na região próxima a Vitória, com o apoio do governo central. De acordo com as informações do “Recenseamento do Brasil de 1872” no município de Vitória viviam 20.557 pessoas. Destas, 12.470 eram livres e 8.087 escravas. Na ilha de Vitória tinha-se um total de 4.361 indivíduos, dos quais 3.360 eram livres e 1.001 escravos. Sobre a população da Província afirma Soares:

A maior parte dessa população era oriunda de imigração européia mais antiga ou de origem africana, ou ainda, é claro, de ambas. Os imigrantes que chegavam e esta população nativa se relacionavam na cidade, construindo nela seus espaços de sociabilidade. Relacionavam-se com a população livre ou com os escravos. Havia em Vitória muitos escravos alugados. Para ficarmos num só exemplo, o Convento da Penha, localizado na então Vila do Espírito Santo, possuía 42 escravos em outubro de 1872, sendo que a maioria desses escravos se encontravam alugados em Vitória (Soares, 2004, p. 63).

De acordo com Bastos (2009): “Vitória era [...] uma cidade cujas marcas da mistura entre negros e brancos podiam ser vistas em larga medida pelas ruas, tabernas e chafarizes das vizinhanças locais” (Bastos, 2009, p. 41). Por meio do “Recenseamento do Brasil de 1872” podem-se destacar as principais atividades às quais a população se dedicava. Dentre elas têm-se as profissões relacionadas à área jurídica como advogados e procuradores; professores, costureiros, lavradores, empregados públicos, comerciantes, guardas, operários. A atividade com maior ocupação era a de lavrador, abrangendo 9.723 cidadãos.

Na pesquisa bibliográfica encontraram-se poucos materiais que abordassem as características dos funerais e a forma de agir da população local diante dos falecimentos. Em “Logradouros Antigos de Vitória”, o autor Elmo Elton relata passagem que contribui para a reflexão. Segundo Elton (1986), no início do século XX, seu pai, ainda criança, vindo de Porto Cachoeiro, atual cidade de Santa Leopoldina, foi morar na rua do Fogo, em Vitória. No dia da mudança as manifestações pela morte de um morador vizinho encheu-lhe de pavor. Conforme diz:

⁸ De acordo com o “Recenseamento do Brasil de 1872” o Espírito Santo tinha um total 59.478 habitantes livres e 22.859 escravos.

[...] portas e janelas se cobriram de crepe negro, com debruns dourados, ativo cheiro de velas, de flores, de incensos, impregnando a atmosfera, o sino do Convento de São Francisco, nas proximidades, badalando, choros e gestos de mulheres escoando por toda a redondeza. Eram as carpideiras, profissionais, de luto fechado, cabeleiras desgrenhadas, a prantear, histericamente, o defunto, pedindo a Deus em orações desordenadas, seu descanso eterno – um costume que vinha de longa data, da Vitória colonial, e que perdurou, embora com a reprovação de muitos, até os anos da Guerra de 14 (Elton, 1986, p. 24).

Esse trecho nos fornece um indício de que havia um ritual em torno da morte e do morto em Vitória. As cores, os gestos, as lágrimas, os sinos, vinham reforçar uma modificação, alguém não existia mais e isso era sentido e vivido pela comunidade. Para entender um pouco mais sobre a organização dos funerais no município buscou-se nos jornais informações. Apreendeu-se, por exemplo, a importância de falecer em dia com os sacramentos e rodeado dos cuidados da família e dos amigos.

Na regularidade dos textos percebe-se não se evitar o contato com o morto, a comunidade participava dos funerais e considerava-os acontecimentos importantes. Dizia-se nas matérias o quanto o enterro foi concorrido, com a presença da cidade inteira. A questão da solidariedade entre vivos e mortos é algo marcante nos periódicos quando relatam a gratidão dos familiares pelo acompanhamento nos rituais. Observam-se essas características nos textos publicados a pedido da família em quase todas as edições dos jornais. Essas informações vêm em forma de pequenas notas similares em sua estrutura. Nelas citam-se os nomes dos familiares e amigos que estão publicando a mensagem, agradece-se a presença das pessoas nos ritos fúnebres e, em muitas delas, se fala sobre a ajuda recebida no momento da enfermidade. Por fim, convida-se para que mais uma vez os amigos estejam presentes nas celebrações da missa de sétimo dia. Segue exemplo deste tipo de nota fúnebre⁹:

João Alberto do Couto Teixeira, Manoel do Couto Teixeira, José Manoel de Siqueira Couto, o Dr. José Camillo Ferreira Rabello, Manoel José Ferreira Barroso e Gabriel Rodrigues Pereira, agradecem cordialmente a todas as pessoas que acompanharão os restos mortaes de seo presado pae e sogro o Coronel Manoel do Couto Teixeira, e com muita especialidade as que se prestarão no período de seus soffrimentos: de novo rogão o caridoso obsequio de assistirem a uma missa que por alma do mesmo

⁹ Na transcrição das notícias optou-se por manter a escrita original dos materiais, mesmo as palavras cuja grafia não corresponda mais às regras atuais da gramática.

finado mandão celebrar na Capella de N. S. do Monte do Carmo no dia 11 do corrente as 8 horas da manhã, 7º dia de seo passamento, pelo que desde já protestão sua eterna gratidão (O Espírito-Santense, 10 de fevereiro de 1873).

Veem-se essas mesmas características na seguinte nota:

Francisco de Paula Couto e sua filha D. Maria da Victoria de Paula Nobre, pai e irmã da fallecida Cordule Maria de Conceição Nobre, vêm do alto da imprensa agradecer a todas as pessoas que se dignarão a auxilia-los durante o tempo da enfermidade da mesma bem como a aquellas que tão generosamente se prestarão a acompanhar o seo enterro até o cemitério da Irmandade de S. Benedito do Convento Franciscano. Aproveitão a ocasião para convidar a todas essas pessoas e as de sua amizade afim de assistirem à missa de 7º dia que pelo descanso da mesma finada mandão celebrar [...] (O Espírito-Santense, 17 de março de 1873).

Pode-se exemplificar ainda com o texto:

D. Luiza Pinto Ribeiro Soares agradece do íntimo do seu coração a todas aquellas pessoas, que tomarão parte nos sofrimentos de seu finado marido Luiz Soares de Freitas, e assim também aquellas pessoas, que o acompanharão até sua última morada no cemitério do S. Benedito [...]. A todos, pois, assegura que jamais se apagará de sua lembrança, tão grande prova de amizade (O Espírito-Santense, 8 de junho de 1873).

Tem-se também a notícia abaixo:

O capitão Pedro Cláudio Soído e sua mulher pungidos de dor pela prematura morte de Exmª Srª Dª Thereza Maria de Siqueira Couto, espoza do senhor tenente coronel Manuel do Couto Teixeira, seu presado e particular amigo, rogão as pessoas de sua amizade e daquele tenente coronel, o obsequio de assistirem a uma missa, que no dia 22 de abril corrente, trigésimo do de sua morte mandão celebrar na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viana, às 11 horas do dia, pelo seu descanso eterno, e em tempo agradecerão as pessoas que assistirem a esse acto de religião e humanidade (Jornal da Victoria, 31 de março de 1867).

Nos materiais percebe-se a mobilização da comunidade e o compartilhamento da dor, tal qual mostra a nota sobre Justiniano Martins Meirelles:

Fallecimento: Nos jazigos do cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento desta capital sepultou-se ante-hotem o corpo do capitão Justiniano Martins

Meirelles, importante fazendeiro deste município. O enterro, apesar da simplicidade que o falecido recommendara em seu testamento, foi com tudo muito concorrido, prova da estima e consideração de que gozava elle de seus comprovincianos e mais pessoas aqui domiciliadas, e residente. A terra lhe seja leve. Damos os mais sentidos pezames à muito respeitável viúva e à sua exm família (Jornal da Victoria, 7 de outubro de 1868).

Na notícia da morte do Padre Antônio Pinto Homem d'Azevedo se resalta a quantidade de pessoas no enterro: “O clero perdeu no Padre P. Homem um dos seus mais prestimosos e dedicados servidores; e a Sociedade perdeu também um bom cidadão e dedicado amigo. O seu enterro foi assáz concorrido, notando-se muitas pessoas de distincção” (Jornal da Victoria, 28 de setembro de 1867). Na notícia abaixo segue exemplo de agradecimento pela participação da comunidade:

D. Martiliana Maria da Penha, José Goulart de Souza e sua mulher [...] agradecem cordialmente a todas as pessoas que se dignarão acampanhar ao ultimo jazigo os restos mortaes do seu presadissimo e sempre chorado esposo, pai e sogro Manoel Goulart de Souza; e rendem solemne homenagem de reconhecimento a todas aquelas pessoas, que tomarao parte em sua dolorosa afflicção e dedicadamente se prestarao em tão pungentes momentos (Jornal da Victoria, 11 de maio de 1867).

No agradecimento de Manoel de Couto Teixeira ao amigo Nunes Ferreira, responsável pelos preparativos para a missa de 30º dia do falecimento da esposa do primeiro, se percebe a valorização da presença das pessoas da convivência nos rituais: “[...] Da mesma maneira agradeço a todas as mais pessoas, que, a convite do mesmo Sr. Nunes Ferreira, assistirão à mesma missa assegurando a todos em geral, e ao sobredito amigo em particular, que o meu reconhecimento durará a par de minha existência” (Jornal da Victoria, 27 de abril de 1867). Pode-se citar ainda a seguinte nota sobre o falecimento de Mari Urtiz Soido:

O Capitão Pedro Cláudio Soido, D. Carolina Maria Soido [...] rogão aos seus parentes, e mais pessoas de sua amisade que foram sensíveis à dor de que estão possuídos pelo falecimento de sua presada e, e extremosa mãe e sogra, D. Mari Urtiz Soido, que se dignem a assistir à missa que por seu descanso, se há de celebrar no dia 2 de janeiro [...] pelo que lhes ficarão muito agradecidos (Jornal da Victoria, 31 de dezembro de 1864).

Abaixo se tem o trecho presente no “Correio da Victoria”:

Manuel das Neves Xavier, e sua mulher Francisca Maria de Moraes Neves, sabidamente penhorados dos favores que lhe larguearão todas as pessoas, que tiverão a bondade não só de prestarem a seu charo filho Cincinato Candido das Neves Xavier os mais relevantes serviços em seu leito de dores, como o de o acompanharem até o ultimo jazigo, vem por este modo agradecer tamanhos rasgos de caridade christã [...] (Correio da Victoria, 5 de maio de 1858).

Na nota anterior é interessante observar a participação da comunidade não apenas nos ritos funerários, ela se envolvia também no período da enfermidade. Questão essa presente no seguinte trecho:

O capitão José Pedro Rangel, sua sogra e seus filhos, profundamente sentidos pelo passamento de sua sempre lembrada esposa, extremosa filha e carinhosa mãe, D. Theopida Maria do Rosario Rangel [...] agradecem de coração, não só à Veneravel Irmandade, e seu dedicado thesoureiro, como a toda as pessoas, que acompanharão o cadáver a última morada: e com especialidade aos seus amigos que a acompanharão em todos os seus soffrimentos (O Espírito-Santense, 10 de agosto de 1874).

No texto referente à morte do Sr. Eugênio Bricotens se observa essa mobilização: “[...] houve um sentimento geral pelo seu passamento, sentimento vivamente manifestado pela numerosa concorrência de pessoas gradas, que, segundo os jornaes do lugar, acompanharão os seus restos mortaes ao último jazigo” (O Espírito-Santense, 10 de maio de 1871). Na notícia do óbito de Francisco Rodrigues Pereira, por sua vez, lamenta-se o fato dele ter falecido longe da Província e de sua família, conforme se pode verificar: “Se não teve a dita de, no seio de sua família, nos braços de sua carinhosa esposa e de seus numerosos amigos, largar os últimos instantes da vida, teve, porém a de ter por túmulo essa brilhante metrópole, capital do Gigante Americano, a residente Guanabara” (O Espírito-Santense, 31 de julho de 1873). No relato do enterro de D. Maria Pinto da Conceição Rezendo percebe-se a atuação da comunidade:

E para prova do que temos avançado, todos virão que, o que havia de mais grado nesta capital compareceo ao seu funeral, que se tornou pomposo e quiçá o mais concorrido, que até hoje vemos precenciado. E nesse aparato fúnebre, nós devisámos nos semblantes de todos a dor da mais amarga saudade, e triste pranto derramavão (Correio da Victoria, 29 de dezembro de 1869).

No anúncio do falecimento do capitão José Ribeiro da Silva Laranja destaca-se o quanto o enterro foi concorrido. Assim mostra o periódico: “No dia 8 do corrente mez, pelas 9 horas da

manhã, um numeroso concurso de pessoas das mais gradas dessa cidade, acompanhava silencioso o corpo do finado [...] sendo sepultado com todas as honras devidas na Veneravel ordem terceira da penitência” (O Espírito-Santense, 19 de maio de 1874). Na nota sobre a morte do alferes Luciano José de Andrade tem-se outro exemplo de falecimento ocorrido sob os cuidados da família:

Estando já completo seu destino, rodeado de filhos, parentes e amigos, a mensageira da morte descarregou sobre elle o golpe fatal e socorrido do pão dos anjos exalhou o último suspiro às nove horas e meia da noite do dia 26 do corrente entre as lágrimas dos caros penhores de sua amisade” (Correio da Victoria, 29 de agosto de 1858).

No trecho apreende-se ainda a importância dos sacramentos, pois é informada a comunhão do moribundo em seus últimos momentos. A expressão “pão dos anjos” é citada em diversas outras notícias para mostrar a morte inserida nos preceitos da religião. Bastos (2005), ao estudar as sociabilidades informais que se desenrolavam nos espaços abertos e diversificados da cidade de Vitória, tais quais lojas, praças, ruas e chafarizes, no período de 1850 a 1872, afirma que na capital:

[...] as engrenagens do dia-a-dia parecem ter sido regidas, quem sabe, pela produção e reprodução sociais dos indivíduos por meio do estabelecimento de suas sociabilidades, incluindo-se aí os conflitos, os laços de amizade, os casamentos, o trato de negócios, a participação em formas institucionalizadas de sociabilidade, entre outras manifestações de interação urbana (Bastos, 2009, p. 20).

Segundo Bastos (2009) em Vitória não se reconhecia a necessidade de manter portas e janelas fechadas e a vizinhança tinha acesso as situações ocorridas dentro dos lares, desprovendo a relação familiar de intimidade. De acordo com a autora: “[...] Os problemas vivenciados no lar resolviam-se portas adentro e portas a fora, tratando-se com paridade parentes e vizinhos: todos davam opinião e se faziam ouvir” (Bastos, 2009, p. 20). Observa-se este aspecto identificado por Bastos nas notícias analisadas quando as mesmas destacam a participação da comunidade nos instantes antes e após o óbito, ressaltando-se, constantemente, o apoio no luto e a comoção provocada. De acordo com Reis (1998) morrer, no século XIX, fazia parte do cotidiano, esperavam-se os falecimentos em casa e a comunidade participava, como observado nos três jornais da pesquisa. Em suas palavras:

A morte ideal não devia ser uma morte solitária, privada. Ela se encontrava mais integrada ao cotidiano extradoméstico da vida, desenhando uma fronteira tênue entre

o público e o privado. Quando o fim se aproximava, o doente não se isolava em um quarto hospitalar, mas esperava a morte em casa, na cama em que dormira, presidindo a própria morte diante de pessoas que circulavam incessantemente em torno de seu leito (Reis, 1998, p. 105).

Os velórios, em geral, aconteciam nas salas das residências e eram manifestações emocionantes da vida social. Conforme diz:

[...] Durante a agonia, o moribundo carecia de gente a sua volta, animando-o a partir com segurança e protegido por rezas e outros meios de bem morrer. Concluída a agonia, o ideal era que muita gente cercasse o morto de cuidados, que o velasse e acompanhasse até a sepultura, de preferência no interior de uma igreja. Era uma morte solidária e espetacular (Reis, 1997, p. 12).

Com isso, percebem-se os elementos indicativos para toda a comunidade da ocorrência de uma mudança; alguém não existia mais, o que deveria ser anunciado. A celebração da morte no século XIX, portanto, dispensava o silêncio. Segundo Reis (1997) marcavam os melhores funerais o barulho das rezas, cânticos, sinos, orquestras e também a profusão de cores. As pessoas acompanhavam a pé o amigo, o parente, o irmão espiritual ou se juntavam à caminhada por algum desconhecido, por motivo de solidariedade e ainda para se beneficiar na própria salvação. Para Ziegler (1996) a morte, no passado, era um fator de comoção social nunca negligenciável e se mostrava nos detalhes e comportamentos. Para Ziegler:

[...] fechavam-se as janelas, acendiam-se velas, aspergia-se água benta pela casa, vizinhos, amigos e parentes compareciam, sinos repicavam, cartazes eram afixados noticiando o falecimento, serviços religiosos eram oficiados, condolências eram apresentadas à família do morto e um cortejo o conduzia ao cemitério (Ziegler, 1996, p. 186).

Tinha-se toda uma socialização da dor, partilhada com os membros da comunidade. A morte não era silenciosa, ela estava inserida no dia-a-dia, nas conversas e nas manifestações culturais. Ariès¹⁰ (1982) discorre sobre o tema ao dizer que os seres humanos de outrora

¹⁰ As duas obras de Philippe Ariès, “A História da Morte no Ocidente” (1977) e “As Atitudes do Homem diante da Morte” (1990) são estudos importantes para compreender as significativas mudanças nas atitudes dos homens e mulheres desde a Idade Média até a contemporaneidade. O autor utiliza inúmeras fontes de pesquisa, que vão desde textos literários a inscrições em túmulos, para mostrar os simbolismos, as significações e as transformações das sensibilidades no decorrer dos séculos. O historiador realizou um levantamento minucioso de

faziam caso da morte, ela era coisa séria. Para ele a morte era: “[...] um momento forte da vida, grave e terrível, mas não temível a ponto de afastá-la, de fugir-lhe, de fazer como se não existisse ou de falsificar-lhe as aparências” (Ariès, 1982, p. 441). Assim como Ziegler o autor comenta as atitudes da comunidade ao ser atingida pelo desaparecimento de algum membro:

Fechavam-se as venezianas do quarto do agonizante, acendiam-se as velas, punha-se água benta, a casa enchia-se de vizinhos, de parentes, de amigos murmurantes e sérios. O sino dobrava a finados na igreja de onde saía a pequena procissão que levava o Corpus Christi (Ariès, 1982, p. 612).

Na notícia da morte da D. Maria Pinto da Conceição Rezendo, publicada no “Correio da Victoria”, tem-se um exemplo dessas manifestações:

Erão 8 horas da manhã, do dia 18 deste mêz, quando o campanário da igreja da freguezia desta capital annunciava em lugubre som a morte de um ente... Mais tarde fomos fulminados pela lastimosa e deplorável notícia de haver fallecido a Exm^a Sra. D. Maria Pinto da Conceição Rezendo (Correio da Victoria, 29 de dezembro de 1869).

Na mesma notícia o sino é novamente citado: “Mas, como dissemos, o nosso coração não queria acreditar, foi bem depressa traduzida pelo gemer convulsivo dos sinos que derramavão nos ares ondas de tristeza e tudo se cobrio de dor, de pranto e de luto. Era a triste e pungente realidade [...]” (Correio da Victoria, 29 de dezembro de 1869). Na poesia publicada no Correio da Victoria, em homenagem à morte do tenente coronel Joaquim da Silva Caldas, aborda-se também o tocar dos sinos: “Porque ouço soar fúnebres sons. Dos sinos, que de súbito me traía. Sentindo o coração tanto pezado. Quanto elles melancólicos mais soão?!!!” (Correio da Victoria, 02 de dezembro de 1857).

Observou-se em Vitória uma maneira de agir diante da morte. A forte religiosidade da população e os costumes locais faziam do falecimento um momento solene, com seus sons e gestos de apreço. O moribundo não vivenciava seus dias finais sozinho. Ele ficava em casa, rodeado pela família e amigos. As pessoas não se dedicavam apenas aos ritos dos

jazigos, sarcófagos, igrejas, monumentos fúnebres e testamentos. Em seus trabalhos Ariès (1977, 1999) sistematizou as atitudes coletivas diante da morte em quatro tempos longos, denominados por ele de “a morte domada”, “a morte de si mesmo”, “a morte do outro” e “a morte interdita”.

sepultamentos, elas também compareciam nos cuidados na enfermidade e participavam das atividades religiosas posteriores, as missas de 7º e 30º dias. Entendem-se, neste sentido, os rituais da morte em Vitória como espaços de sociabilidade, no qual as famílias abriam suas portas - desde o decorrer da doença - para o envolvimento da população local. O luto era compartilhado, a dor era vivenciada de forma conjunta, não se afastava o moribundo do convívio e - conforme visto nas notas fúnebres - solicitava-se o apoio e comparecimento nas solenidades.

De acordo com o antropólogo José Carlos Rodrigues (1983) os funerais e a mobilização em torno dos seus ritos significam ao mesmo tempo uma crise e a sua solução. Neles acontece a passagem do desespero e da angústia para a esperança e o consolo decorrente da certeza da boa destinação seguida pelo falecido. Dessa forma, as práticas associadas à morte têm a função de retirar o indivíduo de uma realidade e o levar a outra, pressupondo a continuação da vida. Para ele:

O enterro, bem como as outras maneiras de lidar com o corpo morto, é um meio de a comunidade assegurar a seus membros que o indivíduo falecido caminha na direção de seu lugar determinado, devidamente sob controle. Através de tais práticas, o grupo recebe mensagens que evoluem da insegurança ao sentimento de ordem e representam a maneira especial que cada grupo humano tem de resolver um problema fundamental: é necessário que o morto parta (Rodrigues, 1983, p. 45).

E para o morto seguir tranquilo em direção a uma nova existência, e sobretudo para manter a ordem e segurança do grupo, é realizada uma série de gestos rituais. Seguidora do catolicismo, a comunidade de Vitória promovia o velório, a procissão a pé até a igreja, a recomendação solene feita pelo padre e os discursos dos amigos. Após essas manifestações seguia-se para o cemitério, que em sua origem grega significa “lugar onde se dorme”.

A realização de funerais, salvo particularidades culturais de algumas sociedades, serve para favorecer a viagem dos mortos levando-os a viverem em paz em algum outro lugar. Ao abordar a relevância das práticas funerárias Rodrigues (1983) argumenta que a morte do outro é o anúncio e lembrança da própria morte, o que auxilia na compreensão da participação da comunidade nos ritos. Em suas palavras:

A morte do outro é a lembrança da morte de “si”, ameaça da morte do “nós”. Ela mutila uma comunidade, quebra o curso das coisas, questiona as bases morais da

sociedade, ameaça a coesão e a solidariedade de um grupo ferido em sua integridade. A reação da comunidade é um impulso contrário a essas forças desagregadoras. A violência de suas manifestações significa que a comunidade continua a viver (Rodrigues, 1983, p. 35).

O falecimento, portanto, não é apenas a destruição de um corpo biológico, mas a de um ser que se relacionava com os demais. Após o desaparecimento de algum indivíduo as pessoas de sua convivência se recordam da própria perenidade. Torna-se complexo aceitar a morte e todas as suas consequências como um fim, um nada sem possibilidade de modificação. Rodrigues (1983) acredita na amenização das angústias por meio dos ritos, pois eles se baseiam na crença de que a vida e a morte não são condições opostas, uma vez que os falecidos vivem de outra forma. Para Giacóia (2005) a morte é vista:

[...] como transpasse, travessia, ultrapassagem de fronteira, de modo que os cerimoniais fúnebres e as diferentes formas de edificações, inscrições funerárias, toda a ideologia presente nas representações pictóricas e esculturais da morte – ainda que variando de acordo com o enquadramento cultural distinto em que se inscreve a história dos povos -, assumem a mesma função social de partes integrantes de ritos de passagem (Giacóia, 2005, p. 14).

Segundo o autor os ritos conduzem o defunto na ida para outra realidade, promovendo nos vivos um vazio passível de ser preenchido apenas pela memória. Giacóia (2005) argumenta que as cerimônias fúnebres são o “memorial de passagem” para quem adquiriu um novo status social: o estatuto da condição de morto. Concorda-se com Giacóia (2005) quando afirma que a maneira como determinada sociedade age perante seus mortos desempenha importante papel na constituição e manutenção de sua própria identidade coletiva: “[...] na medida em que essa integração da morte e da relação com ela constitui um dos elementos mais relevantes para a formação de uma tradição cultural comum” (Giacóia, 2005, p. 15).

Nos jornais analisados, a descrição dos enterros demonstra o destaque em Vitória da crença cristã a propósito da finitude. Observar a morte em Vitória é revelador para compreender melhor a sociedade da época e suas convicções, medos e esperanças. Por meio da forma de se portar da população local diante dos falecimentos sente-se o valor da presença da família e dos amigos, conhece-se a forte religiosidade local e percebe-se o quanto as cerimônias ao redor do falecido eram espaços de sociabilidade dentre os moradores. Porém, mudanças sutis

começam a se delinear na relação humana com a morte, proporcionadas pela inserção do Estado nos temas antes conduzidos apenas pela igreja.

CAPÍTULO 02

PERCEPÇÕES DA MORTE EM VITÓRIA: INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS E SECULARES

Para a compreensão do cunho religioso das notícias de morte e dos ritos funerários deve-se ressaltar, seguindo Oliveira (2008), a profusão de igrejas e capelas na Província. A religião católica era predominante e todas as vilas e povoados possuíam a sua matriz. No “Recenseamento do Brasil de 1872” verifica-se o quanto era significativa a influência do catolicismo. De todos os moradores residentes no município de Vitória, dentre livres e escravos, apenas dois disseram-se não católicos. É relevante, ressalva-se, considerar que em uma cidade com forte presença religiosa dizer-se não católico provavelmente seria mal visto, fazendo com que muitos cidadãos se afirmassem da referida religião, mesmo não o sendo de fato. Porém, pelos números do censo, é inegável a importância do catolicismo para os residentes na cidade.

Seguindo Oliveira (2008) a Igreja Católica dominava, quase sem concorrentes, o espírito religioso, ocorrendo algumas manifestações pontuais advindas de outras crenças, pois a presença de africanos implicava, provavelmente, na prática de outras crenças religiosas e os índios deviam cultuar seus deuses primitivos. Oliveira (2008) expõe que no foro eclesiástico a capitania estava subordinada ao bispado do Rio de Janeiro e repetidamente queixavam-se governantes e governados da falta de sacerdotes. Dentre os templos, destacava-se o santuário da Penha. Havia ainda três conventos: o de São Francisco e do Carmo, em Vitória e da Penha, em Vila Velha. Achiamé (1999) aborda a presença da Igreja Católica nos momentos significativos da vida. Segundo o autor Vitória possuía uma grande quantidade de festas religiosas e a igreja comandava a existência das pessoas desde o nascimento até a morte. Em suas palavras:

Em tal contexto social pontificava a figura, para nós hoje estranha, do padroado. Essa ligação da Igreja com o Estado resultava em que os padres fossem também servidores públicos. Na pressuposição de que todos os habitantes de Vitória eram católicos (e, oficialmente, de fato o eram), deveriam ser batizados, casados na igreja e terem seus corpos encomendados, ações que correspondiam, respectivamente, aos atuais registros civis de nascimento, casamento e óbito (Achiamé, 1999, p. 10).

Nessa época as irmandades, conforme expõe Achiamé, no Espírito Santo e em outros lugares

do Brasil, representavam uma forma de proteção. Assim afirma:

A sociedade desse tempo era muito estratificada em estamentos de negros [...], de mulatos (então chamados de pardos) e de brancos. Estes estamentos, com pouca comunicação e permeabilidade sociais por definição, encontravam nas irmandades aquela proteção acima referida. Numa época em que não existia a seguridade social, os irmãos ajudavam os doentes, velhos, órfãos e viúvas, além de garantir enterro cristão para seus componentes defuntos e familiares (Achiamé, 1999, p. 12).

Segundo Reis (1991): “As irmandades eram associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais” (Reis, 1991, p. 51). De acordo com o autor elas eram os principais veículos do catolicismo popular e estavam organizadas como um gesto de devoção a santos específicos; os mesmos, em troca da proteção aos devotos, recebiam homenagens (Reis, 1991). O Ocidente Cristão conheceu um grande número de modalidades de irmandades, algumas mais devocionais, outras com fins sociais e também as de caráter misto. No Brasil as confrarias tiveram maior destaque no período colonial, mas mantiveram-se fortalecidas no Império.

Para Bonicinha (2004) as irmandades religiosas foram grupos organizados que intervieram de modo significativo na sociedade capixaba: “Sob o controle delas estavam as obras assistenciais, os sepultamentos, o tratamento de enfermidades, a manutenção dos edifícios (igrejas, hospitais, orfanatos e cemitérios) e a organização de festividades” (Bonicinha, 2004, p. 17). A organização dos funerais era, dentre as funções das irmandades, uma das mais significativas. Nesse momento os confrades velavam seus companheiros e usufruíam das preces em seus instantes derradeiros.

Dentre as irmandades da Província, Bonicinha (2004) destaca como principais: a Confraria da Misericórdia, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, a Arquiepiscopal Irmandade de São Benedito do Rosário, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres. Segundo Piva (2005) no ir e vir das ruas e ladeiras de Vitória persistia a prática europeia das confrarias e ordens terceiras. Conforme informa:

[...] ainda no século XVI eram em número de dez e no século seguinte, em seu apogeu, chegavam ao expressivo número de vinte irmandades existentes na capitania. Atendiam ao desejo da prática da caridade e da manifestação social do

catolicismo por aqueles que dela faziam parte. Em uma época em que, mais do que acreditar na fé católica, era preciso demonstrá-la publicamente, as confrarias exerciam enorme influência sobre a vida social nessas terras espírito-santense (Piva, 2005, p. 67).

A própria paisagem da cidade mostrava a religiosidade dos que ali residiam, pois era entrecortada por torres e símbolos cristãos. Segundo Bastos (2009) a transição do século XVIII para o XIX marcou a proliferação das irmandades no Espírito Santo. Em Vitória o decorrer do oitocentos indicou ainda a diversificação das congregações de acordo com a posição social do indivíduo. Os pobres e escravos se reuniam nas irmandades denominadas de “homens de cor”¹¹: “[...] e nela forjavam laços de parentescos e afinidade, muito úteis na vida quanto na morte” (Bastos, 2009, p. 68).

Conforme discorre Reis (1991) as confrarias, em todos os tempos, zelavam pela boa morte no decorrer dos procedimentos fúnebres e exigiam o acompanhamento dos membros nos funerais dos “irmãos e irmãs” (Reis, 1991). Percebe-se o protagonismo da religião nos ritos da morte na Província. As irmandades se configuravam o apoio necessário para as famílias e amigos, perpassando as hierarquias sociais. Na seguinte nota de falecimento observa-se essa participação:

Agradecimento de Coração. Benedito de Souza Cardial, sua mulher Francisca da Penha e Souza [...], compungidos do mais penetrante pezar, agradecem os Reverendos Senhores Padres Joaquim de Santa Maria M. Duarte [...] por haverem se prestado grátis em seos actos religiosos no enterro de seo querido filho e irmão: e com especialidade aquellas pessoas que se prestarão e tomarão parte nos seos soffrimentos, cantarão magnificant, bem como à Irmandade de São Benedicto da capella do Rosário que em todos os actos prestou-se desinteressada. De cujos obséquios lhes será sumamente grato (Correio da Victoria, 8 de dezembro de 1869).

Essa atuação se percebe no relato a seguir:

D. Rosa de Freitas cordialmente agradece à Irmandade de São Benedicto, erecta na igreja do Rozario, e a todas as pessoas, que lhe fizerão a honra de acompanhar no dia 24 do corrente o cadaver de seu prezado filho, o innocente Alcino aos jazigos do cemitério da mesma Irmandade: por cujo acto protesta-lhes eterno reconhecimento

¹¹ Bonicenha (2004) expõe que as irmandades de negros eram organizações socialmente aceitas e tratava-se de importante instrumento no enfrentamento das situações de injustiça e sofrimento. As ordens, conforme argumenta, não transformavam e nem tentavam terminar com a escravidão, mas procuravam reduzir os seus malefícios, proporcionando, dentre outras coisas, funerais com certa dignidade.

(Correio da Victoria, 27 de setembro de 1867).

No anúncio do “Jornal da Victoria” observa-se o trabalho das irmandades:

Ordem 3ª de N.S. Do Monte Do Carmo. A meza administrativa da venerável ordem terceira de N.S. do Carmo, tendo de mandar celebrar uma missa com memento no dia 2 do próximo vindouro mez, pelas 8 horas da manhã, na sua capella em suffragio às almas dos seus fallecidos irmãos, convida a todos os seus charissimos irmãos, afim de assistirem essa acto de religião e caridade, assim como também convida a todos os parentes e amigos daquelles finados (Jornal da Victoria, 02 de novembro de 1867).

Pode-se exemplificar ainda a seguinte nota do “O Espírito-Santense”:

No dia 28 do corrente mez, às 7 ½ horas da manhã, a Irmandade de S. Benedicto, erecta na Capella de Nossa Senhora do Rozario d’esta Cidade, manda celebrar uma missa pelo descanso eterno da alma de seu prestimoso thesoreiro o fallecido Tenente Coronel Francisco Rodrigues Pereira em signal de gratidão pelos importantes serviços por elle prestados a Irmandade pede aos parentes e amigos do mesmo finado, que por caridade queirão assistir a este acto de nossa santa religião (O Espírito-Santense, 22 de julho de 1873).

Segue outra matéria desse tipo:

A mesa definitoria da V. O. 3ª de N. S. do Monte Carmelo, tendo de, no dia 02 de novembro futuro, às 8 horas da manhã, mandar suffragar as almas de seus irmãos fallecidos, com missa de libera-mé, convida a todos os seus irmãos terceiros, e aos parentes e amigos d’aquelles irmãos, para assistirem a esse acto da nossa Religião. O seu cemitério estará franqueado a todas as pessoas desde as 06 horas da tarde, até as 9 da noite (O Espírito-Santense, 30 de outubro de 1871).

Segundo Bastos (2009) o quantitativo de igrejas evidencia a proximidade existente entre a população e a crença católica. Deseja-se apontar com estas informações o caráter religioso que predominava no cotidiano da cidade, influenciando a vida e da morte. Esse impacto pode ser percebido nas notícias dos periódicos analisados, que valorizavam a fé cristã, a oração e o consolo decorrente da certeza da ascensão ao céu dos mortos. Na notícia de D. Maria Pinto da Conceição Rezendo afirma-se:

[...] a elle hoje resta, fiado na verdade da religião que professamos, na justiça de um Deus infinito, curvar-se aos seus altos e insondáveis decretos, e certo de que no outro mundo é infallível o premio e o castigo as boas e más obras que neste se praticam, resignar-se e com paciência sofrer esse transe por que vem de passar, aguardando um dia de perto avistar a alma daquela, cuja saudosa lembrança jamais o abandonará durante sua peregrinação na terra (Correio da Victoria, 22 de dezembro de 1869).

Neste trecho percebem-se alguns aspectos norteadores da doutrina católica, como a possibilidade do paraíso para quem realizou boas obras e a consolação decorrente da certeza da proximidade com Deus. Na matéria sobre o tenente coronel Joaquim da Silva Caldas a religião também é marcante: “[...] resta-nos pedir ao Todo Poderoso que na recompensa d’ellas lhe assegure na manção celeste um eterno, e glorioso descanso” (Correio da Victoria, 05 de dezembro de 1857).

Em grande parte das notas e matérias, tanto as escritas pelos redatores quanto as solicitadas pela família, há alguma referência à religião. Seja no convite para a participação nas missas de 7º ou 30º dia, nos pedidos de orações pelas almas, nos textos nos quais se destaca a confiança da subida dos mortos ao céu, no consolo divino diante da dor, dentre outros. Diante da inevitabilidade do final da vida, os ensinamentos ministrados pela religião foram sendo assimilados e utilizados nos procedimentos ao redor do morto. O caminho para uma boa morte mostrava-se ser o da confecção de um testamento, a procura pelos sacramentos, os sinais de contrição, a entrega ao poder intercessor da corte celestial e as rezas (Rodrigues, 2005).

Para Reis (1998) não há dúvidas da predominância das regras católicas no Brasil oitocentista, especialmente nas manifestações públicas dos funerais. A morte não era considerada apenas o fim do corpo, havia todo um sentimento direcionado ao falecido em sua ascensão a um novo mundo. Em torno da morte, seguindo Reis: “[...] se realizavam ritos, criavam-se símbolos, movimentavam-se devoções e negócios” (Reis, 1998, p. 96). Sobre o tema discorre:

A morte era tida como uma passagem, motivo por que a idéia de deslocamento espacial e viagem estava sobremaneira presente nos ritos que a cercavam. As cerimônias e a simbologia que envolvia a morte eram produzidas para promover uma boa viagem para o outro mundo [...]. O tratamento dispensado ao morto visava integrá-lo o mais breve possível em seu lugar, para seu próprio bem e a paz dos

vivos. A rigor não havia morte, já que se vivia em profundidade a crença na imortalidade da alma (Reis, 1998, p. 97).

O autor ressalta a preocupação com uma boa morte, que pressupõe falecer tendo recebido todos os sacramentos e em paz com Deus. Acreditava-se na imortalidade da alma e na existência do purgatório, céu e inferno. Para escapar do julgamento das forças divinas recorria-se ao arrependimento e às missas e promessas aos santos. A primeira estratégia de salvação era o ato de organizar cuidadosamente a própria morte. O falecimento repentino era mal visto, pois fazia sofrer a alma de quem partia e a consciência de quem ficava. Segundo Reis (1998) a morte ideal era aquela anunciada, por um sinal, pela doença ou até mesmo por forças do além. A organização dos funerais era direcionada oralmente ou por meio de testamentos. Não se podia falecer devendo promessas aos santos porque eles poderiam interferir no julgamento da alma. A hora da morte era o momento de reparação moral do indivíduo. Com isso, muitas vezes, reconheciam-se filhos, delegavam-se herdeiros e assumiam-se casos extraconjugais.

De acordo com Reis (1998) essas características não podem ser consideradas regras e padrões fixos. É preciso pensar as diversidades, ou seja, as variações regionais, sociais, econômicas, diferenças entre o rural e o urbano, entre outros fatores. Mas, pode-se dizer que essas eram atitudes costumeiras no Brasil católico do século XIX, no qual a cidade de Vitória se insere. Cláudia Rodrigues, em “Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro”, permite vislumbrar os funerais do passado. No trabalho a autora se preocupa em analisar as atitudes diante da morte no final do século XVIII e início do XIX, observando as mudanças nos ritmos, agentes e novas práticas na vivência da morte na cidade do Rio de Janeiro. São debatidos, para isso, o avanço da secularização e do liberalismo frente ao poder eclesiástico na administração das questões relacionadas à finitude.

Por meio da análise empreendida pela autora foi possível refletir sobre aspectos importantes, tais quais a transformação da assistência aos mortos - transferida dos padres para os médicos - e da ostentação dos funerais antigos para a simplicidade dos atuais. Segundo Rodrigues (2005) no passado não se mascarava a dor, a morte era um espetáculo público do qual ninguém se esquivava. Havia o temor de não se estar preparado para o momento final, acarretando na preocupação em garantir a salvação da alma. Nesse contexto possuíam significativa importância os testamentos e os sacramentos da Igreja Católica, medidas a serem cumpridas no intuito de garantir a salvação da alma.

As atitudes do século XIX mostram a morte como um momento para o qual se exigia preparação, abreviando, com isso, o tempo de espera no Purgatório e o consequente sofrimento causado pela expiação dos pecados. Jacques Le Goff (1999), ao falar do Purgatório, chama a atenção para a importância atribuída aos sufrágios na ocasião da morte. A sua proposta, na obra “O Nascimento do Purgatório” é, conforme diz: “[...] seguir a formação desse terceiro lugar desde a antiga fé judaico-cristã, dar a conhecer o seu aparecimento no momento da explosão do Ocidente medieval na segunda metade do século XII e o seu rápido sucesso no decurso do século seguinte” (Le Goff, 1999, p. 15).

Consideram-se relevantes para o trabalho as pesquisas do autor quanto às mudanças significativas na relação dos homens e mulheres com a morte, proporcionadas pela criação da doutrina do Purgatório, características estas presentes nos jornais quando os mesmos solicitam a oração dos amigos e pessoas próximas pelo descanso dos que morreram. De acordo com Le Goff (1999) o hábito de rezar pelos mortos foi adquirido muito cedo pelos cristãos. Segundo o autor no início do século XII a crença comum era a de um Julgamento Final no qual teriam dois grupos de pessoas, os eleitos e os condenados e a sorte individual era definida pela conduta em vida, ou seja, a fé e as obras decidiriam qual região o ser humano habitaria após o falecimento.

Para ele é contra os hereges e os protestantes que a Igreja Católica coloca em funcionamento o Purgatório, caracterizado por um terceiro lugar no qual se concede uma chance para a expiação dos pecados, provendo a purificação necessária para a ascensão de seus moradores ao Céu. O Purgatório mostra-se uma nova esperança diante do além, ele tem o seu papel no instante do trespasse e por meio dele aumenta-se o poder das instituições religiosas e dos seres humanos sobre o morto, pois o falecido passa a depender das preces e orações para sair do Purgatório, se lá estiver, e ser conduzido ao Paraíso. Em suas palavras:

No século XVIII o Purgatório triunfou na teologia e no plano dogmático. A sua existência é certa, tornou-se uma verdade da fé da Igreja. Sob uma forma ou de outra, num sentido muito concreto ou mais ou menos abstrato é um lugar. Oficializou-se a sua formulação. Vem dar sentido pleno a uma prática cristã muito antiga: o sufrágio pelos mortos (Le Goff, 1999, p. 343).

Assim, ele nasce em uma perspectiva de localização, pois é preciso encontrar um lugar para as

almas. As consequências do Purgatório foram uma renovação da importância do período precedente à morte e a mudança nos sentimentos dos cristãos diante dos instantes finais, que passam a ser dramatizados e carregados de temor e esperanças. Isto implica também em um redesenho das relações entre vivos e mortos, transformadas pela necessidade dos moribundos das orações dos vivos. Em muitas das edições dos periódicos observa-se o convite da família para as missas de 7º e 30º dia, a fim de direcionar preces à alma do morto. Conforme se pode observar na nota:

A viúva e filhos do finado João Antonio Aguirra convidam aos seus parentes e amigos para assistirem a uma missa, que por alma de seu presado marido e pai mandam celebrar na igreja matriz desta cidade, às 7 horas do manhã do dia corrente, 7º do seu falecimento (Jornal da Victoria, 27 de outubro de 1868).

Segue outro exemplo:

Domingos Antonio Lorenzo Castelo, tendo recebido a infausta notícia do passamento de D. Benita Lorenzo e Castello, sua querida e muito prezada e nunca olvidada mãe, no dia 3 de agosto (em Hespanha) convida às pessoas de sua amizade para assistirem a uma missa com Liberamé, que por alma da mesma finada se há de celebrar na Igreja da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo, no dia 30 do corrente, às 7 horas da manhã; e por tão caridoso acto de religião; desde já se confessa eternamente grato (Jornal da Victoria, 28 de setembro de 1867).

Consideram-se relevantes essas análises empreendidas sobre o Purgatório, uma vez que nos jornais percebe-se a necessidade de orações aos falecidos. As preces ajudavam o morto em sua ida imediata, ou após a purgação, a um céu no qual estaria em paz. Conforme diz João José Reis:

O Purgatório era, dessa maneira, uma região de passagem na geografia celeste. Para dele escapar mais rapidamente, além do arrependimento na hora da morte, os mortos precisavam da ajuda dos vivos, na forma de missas e promessas a santos. A existência do Purgatório permitia e promovia a relação entre vivos e mortos (Reis, 1998, p. 132).

Segundo Rodrigues (2005) o Purgatório estabeleceu novos laços de solidariedade, pois ao alcançarem o Paraíso os mortos passariam a rezar por aqueles (os vivos) que os teriam arrancado do Purgatório. Segundo a autora essa solidariedade reforçou os laços familiares, corporativos e confraternais. Com isso, compreende-se o quão importantes eram as preces, missas, orações e sufrágios, comumente citados nos jornais, para garantir uma boa partida para a alma de quem morreu, proporcionando uma maior tranquilidade aos falecidos e aos que

ficavam.

2.1 DEVOÇÃO À CRIANÇA MORTA: OS ANJINHOS CAPIXABAS

No Brasil, algumas situações relacionadas aos enterros, dentre elas a presença de inúmeras pessoas - até mesmo desconhecidos - no quarto do moribundo, as procissões a pé da casa do falecido até o cemitério e as manifestações festivas nos velórios de crianças chamaram a atenção dos viajantes estrangeiros, no século XIX, porque eles desconheciam esses costumes (Reis, 1991). Segundo Costa (1989) a criança morta “o anjinho” mereceu devoção especial na cultura familiar dos séculos passados, provocando reações de espanto em quem não estava habituado a essa característica funerária.

Acreditava-se que ao morrerem as crianças iam direto para o céu e viravam anjinhos. As famílias pensavam ter anjos olhando por elas e se sentiam abençoadas, se consolando um pouco mais diante da morte. De acordo com Reis (1997) os recursos simbólicos de positividade da morte menina atravessavam várias camadas da cultura funerária. As crianças mortas eram maquiadas, enfeitadas com coroas de flores e mortalhas coloridas. Esses aspectos fizeram-se notar nos periódicos, pois era feita a relação entre as crianças e os anjos, demonstrando, mais uma vez, a forte religiosidade presente nos rituais da morte capixaba. Nas notícias de falecimentos de crianças pequenas as matérias se referem a elas como “anjinhos” ou “inocentes”. Todas as notas informativas sobre o óbito de crianças vinham acompanhadas da imagem de um anjo, de longas asas, segurando um bebê nos braços, conforme se tem nos exemplos abaixo:



Figura 01 – Nota sobre a morte de uma criança

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Fundo: Jornais microfilmados



Figura 02 – Nota sobre a morte de uma criança

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Fundo: Jornais microfilmados

Segundo Freyre (1996) a crença recorrente era da subida do anjinho ao céu, junto de Nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos. Esse hábito se prolongou pelo século XIX, uns em caixões azuis ou encarnados e os cadáveres pintados a carmim. Outra questão relevante era a

participação de crianças nos enterros. Era comum não se privar os meninos e meninas da presença no leito da morte, velórios e solenidades fúnebres. O falecimento era um momento ao qual a comunidade se dedicava, envolvendo também as crianças. Delas não se ocultava o óbito, os pequenos e pequenas circulavam normalmente nas portas adentro da casa do moribundo e acompanhavam os rituais. Esse fato pode ser percebido no anúncio da morte de uma criança chamada Manoel:

Vicente Pinto Ribeiro, D. Julia Carolina da Penha Ribeiro [...], agradecem do íntimo da alma, a todas as pessoas que acompanharão à sua última morada o cadáver de seu filho, neto e sobrinho, o innocente Manoel, particularizando n'este agradecimento o Sr. Professor Balthazar Antonio dos Reis e seus discípulos, que tão generosamente se prestarão a tornar esse acto mais solenne; a todos protestão eterno reconhecimento (Jornal da Victoria, 09 de março de 1867).

Em um texto publicado na seção “A Pedido” no Jornal “O Espírito-Santense” comenta-se da ida de um anjinho para o Paraíso. A matéria relata o falecimento de um menino chamado Alvaro, aos seis meses de idade. O mesmo era filho de Heliodoro José da Silva, deputado provincial. Quanto à morte da criança diz o periódico: “[...] o Exmº Sr. Heliodoro José da Silva [...] acaba de receber o infaustíssimo golpe da morte de seo innocente filho, que, como a flor cortada ainda quando desabrochava botao pendeu sobre a terra [...]” (O Espírito-Santense, 19 de setembro de 1874).

Após, o material afirma que Alvaro tornou-se um anjo e voou à mansão dos justos, deixando transpassados de dor e saudades os corações paternos. Nas palavras do redator: “Anjo. Sahio do berço ao túmulo e hoje nos céos fruindo uma eternidade de glória, saúda saudozo a seus queridos Paes que penetrados dessa saudade imensa, sempre trarão presentes à sua imaginação paternal a imagem de Alvaro e seu nome querido” (O Espírito-Santense, 19 de setembro de 1874). No trecho o periódico expõe a idéia da função do anjinho de cuidar da família no Paraíso.

As fotografias seguintes, cedidas pela família Reblim¹², mostram os enterros de duas crianças

¹² As fotos foram gentilmente disponibilizadas por Nelci Reblim Jann. A primeira imagem é do enterro do seu irmão Walter Reblim. A segunda trata-se de sua tia Luize Reblim Jann. Não foi possível informar as datas e os locais exatos, pois a família não tem conhecimento destas informações. Sabe-se apenas que os enterros ocorreram no interior do Espírito Santo nos primeiros anos do século XX.

no início do século XX no Espírito Santo e reforçam as questões postas quanto à ocorrência na Província dos anjinhos e a participação das crianças nos enterros. Na primeira fotografia chama a atenção a presença dos meninos e meninas. Se nos séculos XX e XXI é comum a restrição das crianças nos ritos da morte (Rodrigues, 2005), na imagem se observa outra atitude, pois o grupo infantil acompanha solenemente o funeral. Na segunda imagem nota-se o vestuário de anjo e a ornamentação de flores.



Figura 03 – Enterro de Luize Reblim Jann.

Fonte: Acervo particular de Nelci Reblim Jann



Figura 04 – Enterro de Walter Reblim.

Fonte: Acervo particular de Nelci Reblim Jann

Os “anjinhos” são exemplos da forte religiosidade envolvida na morte em Vitória e da aproximação da comunidade nos momentos derradeiros dos seus membros. As crianças também faziam parte desse dia-a-dia, assistindo e atuando nas cerimônias fúnebres.

2.2 A ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL NO COTIDIANO DA MORTE

Na bibliografia consultada e nos textos dos jornais observam-se no período analisado algumas mudanças se delineando em Vitória, modificações estas que seguiam o debate em âmbito nacional quanto aos locais de enterramento e aos cuidados impostos pela propagação das epidemias. No livro “A Irmandade e a Santa Casa de Misericórdia”, de Affonso Schwab e Mário Aristides Freire, têm-se importantes informações sobre os cuidados direcionados aos doentes e aos mortos na cidade. Trata-se de um trabalho feito em comemoração ao 400º aniversário de fundação da Santa Casa, que teve como fontes as atas, correspondências e relatórios dos provedores¹³ da Instituição. Segundo os autores a história da Santa Casa de Misericórdia se confunde com a história da própria sociedade capixaba. Conforme informam:

Escravos e senhores, pobres e ricos, comerciantes e artífices, profissionais liberais, grandes e pequenos funcionários, a igreja, todos envolvidos nas atividades do que, desde o advento da ideologia cristã se convencionou chamar de caridade e atualmente se denomina a nossa assistência social (Schwab e Freire, 1979, p. 6).

De acordo com Piva (2005) a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia se configurava uma das mais relevantes da Província, por beneficiar não apenas os confrades, mas também os pobres que nela não podiam estar inseridos. O destaque à atuação da Santa Casa se dá pela importância da mesma na destinação dos corpos e ao trato aos moribundos. A construção de um hospital público para a caridade de Vitória, sob os cuidados administrativos da Santa Casa, foi decretada pelo rei D. João VI em 30 de maio de 1818. Dentre as diversas ações realizadas pela Irmandade, esta foi a de maior impacto, por ser a única casa de saúde pública de Vitória na segunda metade do século XIX. Antes de sua construção é provável, conforme sugere Piva (2008), que os doentes fossem atendidos apenas pela casa de caridade e ela não fora suficiente para atender à demanda de cuidados médicos. Esta maior necessidade de atendimento decorre das constantes epidemias.

¹³ Seguindo Izabel Maria da Penha Piva: “[...] o provedor era considerado o majoritário da instituição, devendo ser uma pessoa de bons antecedentes, honrada, com envergadura política e social” (Piva, 2005, p. 86).

A ocorrência das doenças mobilizou a assistência aos enfermos e mortos. José Teixeira de Oliveira (2008) aborda a presença do surto epidêmico. De acordo com ele em novembro de 1850 a febre amarela alcança o sul da Província e, rápida, se propaga por todo o território causando a morte de muitos capixabas. O Governo procura reduzir o sofrimento dos doentes, fornecendo-lhes medicamentos gratuitos e assistência médica, porém as condições eram precárias e as proporções da ajuda mostraram-se pequenas diante da gravidade do problema. Além da febre amarela causavam temor a varíola e o cólera. No “Jornal da Victoria” vê-se uma nota a respeito dessa preocupação:

Epidemia: A epidemia de varíola continua fazendo horrorosos estragos em toda a comarca de Itapemirim. Já algumas vidas preciosas foram cortadas pela foice da morte, contando-se entre muitas outras vítimas o major Francisco Gomes Bittencourt, Pedro Dias do Prado Júnior e D. Victoria Barbosa de Carvalho. O flagello de Deos veio na cauda dos conservadores. Passai, flagello de Deos (Jornal da Victoria, 3 de outubro de 1868)¹⁴.

Segundo relata Oliveira (2008) o surto de cólera fez sua aparição na Província em novembro de 1854: “A população foi tomada de justificado pavor e a província conheceu dias trágicos, inclusive porque a doença imobilizou inúmeros braços, acarretando a fome e a miséria” (Oliveira, 2008, p. 369). Os números dos falecimentos provocados pelo cólera são ainda maiores do que os causados pela febre amarela. Segundo os dados mostrados por Oliveira (2008) e provenientes de Relatório do ano de 1856 apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente Pereira de Barros, no período decorrido entre setembro de 1855 e abril de 1856 morreram em decorrência do cólera 1.572 pessoas, sendo 458 em Itapemirim, 375 em Vitória, 177 em Cariacica, 138 em Guarapari, 133 em Benevente, 62 em Piúma, 61 em Viana, 47 em Nova Almeida, 35 em Mangaraí, 29 em Carapina, 28 em Espírito Santo, 24 em Itabapoana, 4 em Santa Cruz e 2 em Queimado. Oliveira (2008) destaca que além destas outras doenças provocavam temor na população. Assim diz:

Numerosos documentos referentes à primeira década da segunda metade do século falam, insistentemente, de febres intermitentes, coqueluche, asma, epidemia de disenteria sangüínea, câmaras de sangue, alguns ofícios consultando a Administração central se podiam ser encaminhados para os hospitais do Rio de

¹⁴ É interessante observar nesse trecho a crítica feita pelo “Jornal da Victoria”, veículo do partido liberal, aos conservadores. O periódico chega a relacionar a ocorrência das epidemias a castigos de Deus por causa das atitudes dos membros do partido conservador.

Janeiro os morféticos existentes na província. Cresciam os núcleos de população, mas o aparelhamento de saúde pública continuava como nos velhos tempos da colônia: praticamente inexistente (Oliveira, 2008, p. 370).

Nos periódicos, em diversas das notícias de falecimentos, observa-se o óbito por esse tipo de enfermidade. Segue exemplo: “Passamento: Falleceu em São Matheus o Sr. Commedador Reginaldo Gomes dos Santos, abastado fazendeiro, e uma das primeiras influencias d'alli. Sua morte foi causada pelas febres perniciosas¹⁵” (Jornal da Victoria, 6 de abril de 1867). Pode-se observar esse aspecto no trecho:

Faleceu, e foi sepultado na freguesia de S. José do Queimado no dia 4 de março corrente, o Sr. Serafim dos Santos Barles [...]. Victima da terrivel febre, chamada – febres podres – que zombou de todos os remedios aplicados para combate-lo, jazeu o Sr. Barles por espaço de 17 dias sobre o leito dos seus soffrimentos sendo sempre tratado com todo o desvello de amigo caridoso pelo Sr. Siqueira, e sua virtuosa esposa, que não pouparão fadigas para salva-lo (Correio da Victoria, 27 de março de 1858).

No “Correio da Victoria” há uma nota versando sobre uma epidemia:

Epidemia: Há dias que grassa nesta cidade uma epidemia que tem atacado a maior parte da população, febre, prostação, inflamação das mucosas nasal, bronchica são os principais symptomas que apresenta. O povo a denominou catharão. Felizmente não tem fallecido ninguem, apezar do grande numero de pessoas que della tem sido acommetidas. Atribui-se à mudança da estação, e as chuvas e frio que ultimamente tem havido. Com os sudorificos tem-se tirado muito proveito segundo somos informados (Correio da Victoria, 10 de abril de 1858).

O periódico “O Espírito-Santense” traz uma notícia referente à febre: “Febres. Na villa de Benevente tem se desenvolvido uma epidemia de febres, que tem levado a cama a maior parte da população. Felizmente não tem feito victimas, sem duvida por haver ali um médico, que faz honra a sciencia que exerce” (O Espírito-Santense, 21 de abril de 1871). No “Correio da Victoria”, no dia 3 de abril de 1858, vê-se uma nota assinada pelo Dr. Carlos Ferreira de Souza Fernandes¹⁶ direcionada ao vice-presidente da Província José Francisco de Andrade e

¹⁵ Segundo verbete do dicionário Luft “pernicioso” é o que produz males irremediáveis, danosos e prejudiciais.

¹⁶ No livro “A Irmandade e a Santa Casa de Misericórdia”, na ata referente à Provedoria de Francisco da Gama Rosa, informa-se que o Dr. Carlos Ferreira de Souza Fernandes era médico e foi admitido consultor do Hospital da Santa Casa no dia 02 de agosto de 1857, exercendo este serviço até o ano de 1860.

Almeida Monjardim:

Tendo recebido o officio de V.Ex datado de 29 de corrente, em que exige que eu informe sobre algumas febres de character epidemico, que consta a V.Ex, tem grassado nesta cidade, tenho de informar a V.Ex, que a unica molestia que tenho observado estar grassando com character epidemico, por isso que quasi todos tem sido atacados, he a inflammação das mucosas nasal e bronchica (vulgarmente catharrão ou defluxão) com um movimento febril maior ou menor, tendo por causa a estação, a inconstância da temperatura e dos ventos (Correio da Victoria, 03 de abril de 1858).

Diante deste quadro de doenças apressaram-se as obras do hospital que contava, até então, com apenas uma enfermaria. As epidemias atingiram também a destinação dos mortos. O cemitério da irmandade, por exemplo, dedicado anteriormente aos confrades da Instituição, foi transformado em público para comportar o aumento na quantidade de falecidos. Na ata referente à Provedoria de 1855 têm-se, inclusive, os valores cobrados nos enterros: a mesa exigia 2\$000 pelo enterramento de escravos e 2\$600 de pessoas que pudessem pagar, salvo se o interessado quisesse abrir as sepulturas, nesse caso os valores seriam respectivamente 1\$000 e 1\$600. É relevante destacar que não apenas os enterros eram pagos, a seguinte passagem, de uma das atas, informa o surgimento de uma nova renda: “[...] cobrar 640 réis pelos dobres de sino, tanto do hospital como da Igreja da Misericórdia, pela morte de qualquer pessoa, desde que a família pagasse” (Schwab e Freire, 1979, p. 81).

A Irmandade da Misericórdia se envolvia nos enterros em aspectos que remetem ao cotidiano da morte. A Santa Casa, conforme afirma Bonicenha (2004), deteve por muito tempo privilégios funerários, chegando a provocar conflitos entre ela e outras irmandades e autoridades eclesiásticas. O tipo de cerimônia variava conforme o status social do indivíduo. Assim descreve:

Todos que podiam pagar a taxa das essas da Misericórdia também podiam pagar os ataúdes. Os pobres eram enterrados envoltos em panos fornecidos pela Misericórdia. Com medo de que seus corpos fossem simplesmente atirados em cova de terra, para proteger-se dessa eventualidade, compravam com suas economias caixões, ou pediam para que seu corpo fosse envolvido em tapetes, redes ou esteiras. Havia também os jazigos em caráter definitivo, adquiridos por indivíduos ou famílias abastadas (Bonicenha, 2004, p. 107).

De acordo com Piva (2005): “[...] a confraria era a única a realizar a locação de esquifes e

adornos para o transporte dos mortos não pertencentes à congregação, como também a permitir, mediante pagamento o repicar dos sinos da igreja anunciando o momento fúnebre” (Piva, 2005, p. 121). Na Provedoria de José Camilo de Oliveira, que durou de 1864 a 1870, pode-se apreender uma discussão sobre a forma de apresentação dos caixões: “Na primeira reunião desta nova mesa em 1864 exposto o mau estado dos caixões de conduzir cadáveres o irmão José da Silva Cabral ofereceu gratuitamente argolas de côvados de bebutina necessários para um” (Schwab e Freire, 1979, p. 92).

Para Piva (2005) o aumento do quantitativo de atingidos pelas epidemias e a consequente mortalidade acentuada começou a transformar o enterro dos falecidos em um transtorno (Piva, 2005). Sobre a situação informa:

Em 18 de março de 1851 a comissão de médicos sanitaristas que avaliavam os cuidados devidos à limpeza da cidade para evitar o alastramento de males infecto-contagiosos, nesse momento liderado por Dr. José Joaquim Rodrigues, pediu que se ordenasse ao vigário paroquial e as igrejas, as ordens religiosas e confrarias, dentre elas a Irmandade da Misericórdia administradora da Santa Casa, que não se permitisse sepultamentos sem o certificado médico com identificações pessoais do falecido, bem como a causa de sua morte. Essa medida tornava-se necessária para a avaliação do quantitativo de mortos com as epidemias e refletia o mesmo procedimento adotado pelos médicos sanitaristas no Rio de Janeiro e na Bahia também atingidos por surtos de doenças (Piva, 2005, p. 108).

No material sobre a Santa Casa percebe-se que as discussões em âmbito nacional sobre a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios estavam sendo debatidas na Província. Assim relatam os autores: “Mediante a subscrição entre alguns irmãos, foi aumentando o número de jazigos no recinto do cemitério do hospital, necessários à vista da proibição de enterramentos no recinto dos templos” (Schwab e Freire, 1979, p. 92). Sobre os enterramentos nas igrejas, bastante comuns na cultura funerária brasileira até meados do século XIX, afirma João José Reis:

A proximidade física entre cadáver e imagens de santos e anjos representavam arranjo premonitório e propiciador da proximidade espiritual entre a alma e os seres divinos do reino celestial. A igreja representava uma espécie de portal do Paraíso. Ao mesmo tempo era o lugar perfeito e desejável para se aguardar a ressurreição no dia do Juízo Final, uma concepção amplamente difundida no mundo católico desde a

Idade Média (Reis, 1997, p. 125).

Com isso, habitavam-se na morte os mesmos locais nos quais se frequentavam em vida. A paróquia e o que ela continha era a referência espacial mais relevante das comunidades e o lugar concebido como o ideal para os enterros (Reis, 1997). Mas, a ascensão da medicina e dos estudos científicos foi modificando essa situação, conforme argumenta Reis:

[...] Depois da Independência, as idéias higienistas¹⁷ européias, sobretudo francesas, capturaram as mentes de nossa elite cultivada. Os doutores se acreditavam representantes do iluminismo dos trópicos, e lutavam, como escreviam incessantemente para elevar o novo país à altura da civilizada Europa. As reformas funerárias que prescreviam objetivavam trazer a civilização ao país (Reis, 1998, p. 133).

Segundo o autor, a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, fundada nos anos 1829, dedicou trabalhos à crítica das práticas funerárias, destacando-se a preocupação com os enterros em locais de aglomerações humanas. Em suas palavras:

O cúmulo da ilustração das teses higienistas da época era a teoria dos miasmas, segundo a qual a decomposição dos cadáveres produziria gases ou eflúvios pestilenciais, que atacavam a saúde dos vivos. Estes deviam se cuidar transferindo os mortos para cemitérios localizados fora do perímetro urbano, em lugares elevados e arejados, cercados de árvores frondosas que ajudassem a limpar o ar, longe de fontes de água potável e fora da rota dos ventos que soprassem sobre a cidade (Reis, 1998, p. 134).

Sobre o tema aborda Jurandir Freire da Costa:

Coincidindo com a ascensão do Estado Nacional, a higiene médica experimentou um significativo progresso em sua expansão. Em 1829 é fundada a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Essa entidade representava o grupo médico que lutava por se impor junto ao poder estatal como elemento essencial à proteção da saúde pública e, por extensão, à ordenação da cidade (Costa, 1989, p. 57).

Na análise da morte em Vitória apreende-se que os funerais estavam no controle da igreja,

¹⁷ Por “higienista” entende-se, seguindo Jurandir Freire da Costa: “[...] profissionais da medicina, que funcionaram como teóricos ou executores da política de higienização das cidades, da população e da família.” (Costa, 1989, p. 36).

mas os cemitérios paulatinamente eram transferidos para o poder público, sob a influência das teses higienistas. O enterro dentro dos templos na capital da Província foi permitido até o ano de 1856, quando foi transferido aos cemitérios devido a questões sanitárias. Têm-se, portanto, dois poderes distintos agindo na regulação da morte. Os ritos, as dores, as lágrimas e tristezas permanecem sob a tutela e proteção da igreja, atuante diante da sensibilidade humana, exercendo sua mediação nas dúvidas, incertezas e buscas de explicações diante da finitude. As características dos enterros, a participação dos padres, os pedidos de oração, dentre outros aspectos, mostram a inserção da religiosidade nesse delicado momento da vida, no qual o ser humano defronta-se com a mortalidade do outro, lembrando-se e assustando-se com a ideia do seu falecimento.

Seguindo os preceitos da igreja católica não seriam todos os agraciados com a vida eterna, pois haveria o julgamento dos mortos no Juízo Final. Nesse julgamento aqueles que não tiveram uma vida digna e correta não teriam direito ao paraíso e passariam pelo purgatório, onde por meio de sofrimentos e provações seriam preparados para a subida ao céu. Aos que praticaram pecados mortais imperdoáveis durante a vida, o destino seria o eterno sofrimento no inferno¹⁸. Com isso, nota-se a importância de se ter uma vida segundo os preceitos da moral e conduta determinados pela igreja¹⁹, pois só assim é possível ter acesso ao paraíso celeste. Para Rodrigues (2005) o sucesso religioso nessa empreitada de controle está relacionado ao fato da proximidade da morte ser ocasião propícia para a Igreja convencer os fiéis a respeito das consequências, após o falecimento, das posturas em vida, utilizando-se, para isso, dos medos e incertezas humanas diante da finitude.

¹⁸ Segundo Sônia Aparecida de Siqueira (1997), no artigo “Ideologia como elemento disciplinador da sociedade”, a noção de inferno surge a partir da Idade Média. O inferno é um dos velhos pesadelos da humanidade e é visto como a situação de sofrimento que um ser tem que suportar por consequência de suas culpas. A condenação é fruto de um juízo soberano de Deus que realiza um balanço quase matemático das ações boas e más. Para a autora, o inferno é a ferramenta utilizada por uma igreja fortalecida para disciplinar as consciências e consequentemente os comportamentos.

¹⁹ Sobre o discurso cristão da finitude da vida tem-se a obra de Agostinho. Seus escritos influenciaram de forma significativa as ideias religiosas que permanecem até a atualidade. De acordo com Agostinho a morte não representa nenhum mal se ela suceder a uma vida santa. A finitude humana acontece para ele em duas etapas: a primeira morte (a morte em si que todos sofrem) e a segunda morte (a morte da alma, apenas sofrida por aqueles que são maus). O autor vê a finitude da vida como algo que deve moldar o comportamento humano, pois ela é inevitável e pode provocar situações terríveis para aqueles que não seguem os caminhos da virtude. Sabendo que a morte acontecerá o ser humano deve evitar a morte segunda, considerada o pior dos males, e isso só é possível por meio do auxílio divino. Nesse tipo de morte não existe a separação da alma e do corpo, mas sim “[...] um eterno abraço de ambos nos tormentos infinitos” (Agostinho, 1991, p. 108). E se os indivíduos não souberem empregar corretamente o livre arbítrio concedido por Deus podem padecer eternamente no abismo da morte segunda. Sendo assim, nota-se a ligação existente entre uma vida moralmente correta e a possibilidade do paraíso. Somente irão para o céu os que tiveram bons comportamentos em vida. Nos periódicos essas ideias são constantemente utilizadas, pois se mostra que os mortos foram personalidades exemplares e seriam premiados com a eternidade.

Em outra vertente tem-se a expansão do poder do Estado, por meio do suporte da medicina e da higiene. Poder este que vai modificando a relação humana com o falecimento, possível pelo controle de ações que antes eram exclusivas do mundo espiritual, dentre elas o local dos enterros e o badalar dos sinos²⁰. De acordo com Costa (1989) a salubridade levantada pela medicina ligou-se de imediato ao interesse do país, pois as epidemias, as febres, os focos de infecção e contágio do ar e da água, sempre foram fantasmas para a administração colonial. Para ele, nessa época, o Governo era impotente para acertar o caos sanitário, uma vez que não havia apoio econômico da metrópole para as obras necessárias à sanidade e nem recursos técnicos. A vinda da corte para o Brasil modifica esse quadro, devido principalmente à pressão populacional e as exigências da nova camada urbana. A medicina, nesse contexto, passou a ser solicitada mais insistentemente.

Segundo Costa foi pretextando salvar os indivíduos do caos em que se encontravam que a higiene insinuou-se na intimidade de suas vidas (Costa, 1989, p. 12). A noção de higiene contribuiu, junto com outras instâncias sociais, para transformar a família na instituição conjugal e nuclear de nossos tempos, sendo ela a responsável pela incorporação da cidade ao campo do saber médico (Costa, 1989). Em suas palavras: “[...] o Estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas” (Costa, 1989, p. 29). Com isso, a medicina tinha o Estado como aliado na sustentação da política de saúde (Costa, 1989). Para Costa:

Enquanto que, na colônia, a visão caritativo-assistencial da religião reduzia a assistência médica a uma atividade social marginal e supérflua, no Império, a ética leiga dos higienistas fez ver que a saúde da população e do Estado coincidiam. A saúde da população inscrevia-se assim na política do Estado (Costa, 1989, p. 30).

Observa-se, desta forma, que: “[...] por meio destas noções e ações a medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder” (Costa, 1989, p. 30). Questão esta percebida na política da cidade de Vitória, pois seguindo os ideais médicos ocorreu a modificação de um costume da população local: a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios. Segundo afirma Costa: “Todo o trabalho de persuasão higiênica desenvolvido no século XIX vai ser notado sobre a ideia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado” (Costa, 1989, p. 57). Sendo assim, percebe-se a

²⁰ De acordo com Reis (1997) o dobre dos sinos era considerado prejudicial à saúde porque lembrava aos vivos, principalmente aos enfermos, a possibilidade da morte. Os médicos atribuíam muitas doenças ao fato de que as pessoas ficavam muito impressionadas quando ouviam o badalar funerário.

ocorrência de atitudes diferentes das que até então eram mantidas com relação à morte e aos cemitérios, ao modo, enfim, como o ser humano organizava a despedida dos seus entes. (Rodrigues, 2005).

No “Correio da Victoria”, de 08 de março de 1858, encontra-se um interessante texto assinado pelo pseudônimo “Alma do Finado” sobre as epidemias e o percurso responsável pela mudança nos locais dos enterramentos. Na abordagem nota-se certa crítica quanto às condições gerais dos cemitérios. Assim começa o relato:

Cemitério: dois annos são decorridos, depois que o terrível flagello do cholera assolou esta cidade, o povo se amedrontou, as autoridades ficarão vacillantes mas para logo se encherão de coragem, e as mais efficazes providencias forao dadas: prohibi-se o toque dos sinos, os enterros nos templos, e foi deesignado o cemiterio da S. Casa para receber os mortos, este para logo fica quasi cheio, e entao um outro cemiterio se estabelece no terrenos de S. Francisco, o qual ficou sendo publico, e o governo da provincia querendo tornal-o digno do fim para que lhe he destinado, tem gasto nelle até hoje alguns 14:000\$, em fazer obras, desfazer obras; e desfazendo obras que não são capazes de fazer outras iguaes [...] (Correio da Victoria, 08 de março de 1858).

Na mesma matéria sugeria o autor que os leitores deveriam estar se questionamento quanto ao interesse do assunto. Respondia, em seguida, a total relação dos indivíduos com o tema discutido, pois os cemitérios são locais sagrados nos quais estão parentes e amigos queridos e aonde certamente todos irão. Diante desses fatos é preciso zelar pelo local, o que para o autor não estava ocorrendo em Vitória, pois conforme argumenta:

[...] o cemitério está servindo de pasto de cavallos! Oh sacrilegios, respeitae o logar onde jazem tantos entes que vos forão charos, onde jazem vossos pais, filhos, e amigos, respeitae aquelle logar sagrado, porque se não respeitares aquelle logar, tambem não respeitae os templos. Em remate pedimos as autoridades a quem competir que prohibão tanta profanação. Alma do finado (Correio da Victoria, 08 de março de 1858).

Por meio do texto, percebe-se a ocorrência no Espírito Santo da transferência dos enterramentos dos templos, por medidas higienistas, para os cemitérios. Segundo Piva (2005):

A cidade de Vitória foi palco da luta entre os sanitaristas e as tradições sócio religiosas e sofreu o processo de conflito entre os vivos na transformação geográfica dos lugares dos mortos. Seus cemitérios, pertencentes a confrarias religiosas, estavam decadentes, inclusive o da Santa Casa de Misericórdia [...]. A situação precária dos cemitérios de Vitória preocupava as autoridades desde a segunda metade do século XIX, quando a cidade sofria epidemias constantes de cólera morbus. (Piva, 2005, p. 120)

Na capital os dois locais mais comuns de enterros, conforme constam na maioria das notícias, eram os cemitérios da Santa Casa de Misericórdia e o de São Francisco da Penitência. Quanto às condições dos mesmos, utilizando-se do relatório do médico Manoel Goulart feito em 1878, Piva (2005) expõe as preocupações com a lotação do cemitério da Misericórdia e a sua localização ruim, pois estava em uma baixada e era muito transitado por moradores da região. O de São Francisco também não possuía boas condições, já que se encontrava em terreno argiloso o que proporcionava, em dias de ventos mais fortes, uma grande difusão de ares malcheirosos pela cidade (Piva, 2005, p. 121). A autora comenta a situação de degradação e desleixo dos outros cemitérios da cidade: o da Ordem da Providência, o da Ordem de Nossa Senhora do Carmo e o da Irmandade do Rosário. Este último era ainda mais precário por se tratar do local de enterramento de escravos. No “Espírito-Santense”, na seção de publicação de atos oficiais, é mostrado o trecho de um relatório no qual se aborda as condições dos cemitérios capixabas. Segue o relato:

Cemitérios: os que a província tem, não merecem este nome. A maior parte dos cemitérios públicos são antes cercados, levantados sem prévia consulta das condições hygienicas, faltos de segurança e em verdadeiro constrante com a veneração devida aos mortos. [...] O da Capital, além de acanhado e mal collocado. Jaz em completo abandono. Suas obras achão-se paradas: elle é hoje o que era talvez há 15 annos! (O Espírito-Santense, 19 de setembro de 1874).

No mesmo texto pode se observar a interferência do Estado nas questões relativas à morte e as preocupações higiênicas. Sobre o cemitério da Santa Casa de Misericórdia é dito: “Julgo necessário a remoção do cemitério desse pio estabelecimento: quase em frente ao hospital e dentro da cidade é elle um foco de peste” (O Espírito-Santense, 19 de setembro de 1874). Quanto à destinação dos mortos na capital e o embate entre a medicina e a religião Piva (2005) discorre que a realização dos enterros nas confrarias religiosas passou a ser motivo de debates entre os médicos, que rejeitavam a prática católica de funerais longos e dispendiosos e

o enterro nos arredores das igrejas; os religiosos e a sociedade.

Encontrar estas discussões nos jornais e nas atas das provedorias demonstra que o Espírito Santo estava inserido no debate e se preocupava com o avanço das doenças, mudando, inclusive, o local dos enterramentos dos templos para cemitérios afastados do centro urbano. Questão esta que, seguindo Costa (1989), vai além de uma simples preocupação com a saúde populacional, envolvendo também embates de poder entre o Estado e a Igreja. Neste capítulo se elaborou uma noção do modo de agir da população de Vitória diante da morte. Tem-se, com isso, um panorama da relevância dos falecimentos no cotidiano da Província e o quanto a religião perpassava as celebrações fúnebres. Neste contexto destacava-se a atuação das irmandades, responsáveis por zelar os seus membros na vida e na morte. Porém, algumas mudanças começam a se delinear, propiciadas pela transferência dos enterros e pela propagação das epidemias. Após essas considerações, passa-se para a próxima etapa: aprofundar a análise dos textos dos jornais, enfatizando as relações de poder nos discursos e a maneira como estes materiais modificavam, ou não, a realidade dos vivos.

CAPÍTULO 03

SENTIMENTOS, LAMENTAÇÕES, TRISTEZA E PODER

Um dos principais pontos de interesse do trabalho é a análise das lamentações fúnebres, inseridas nas diversas partes dos jornais. Segundo Claude Thirdy (1996) na base dessas lamentações observa-se a valorização da biografia pessoal, o dramatismo do passamento e a busca de respostas para as angústias sentidas. Aspectos estes perceptíveis nas notícias de morte. Para o autor as lamentações, apesar de se embasarem em reputações estereotipadas, clichês, ênfases, e se mostrarem, em muitos momentos, uma adulação interesseira constituem: “[...] um discurso tão vivo quanto constante, associado à morte de maneira explícita e muito estreita, um discurso que, de fato, não poderia formular-se sem ela” (Thirdy, 1996, p. 13). Quanto à elaboração das mesmas afirma:

Pelo fato mesmo de ela formular-se depois do acontecimento, e de concentrar-se, por um lado, sobre a lembrança do defunto – para quem a preparação para o fim tornou-se inútil – e, por outro lado, sobre o futuro dos sobreviventes, fincado sobre o futuro imediato, a lamentação torna-se um discurso contra a morte, mais do que sobre a morte. É um discurso de ódio, mais do que de medo, mas de ódio que pouco a pouco se torna militante e descobre seus meios de ação, pondo em movimento uma dinâmica que leva os poetas a ultrapassarem o espetáculo da agonia, a sobrevoar o passamento, a projetar enfim, sua visão mais longe e mais alta. Para ela, elabora-se, em relação à morte, uma contra-ofensiva que transcende a revolta para proclamar uma vitória, a da sobrevivida gloriosa na memória imortal da história (Thirdy, 1996, p. 250).

Essa busca pela “memória imortal”, exposta por Thirdy (1996), perpassa as notícias dos óbitos nos jornais capixabas. Nas notícias se observam momentos de muita angústia, tristeza e desespero, suavizados pela certeza de que os bons feitos não serão enterrados junto com os corpos. Nos textos percebe-se uma constante exaltação das realizações e qualidades dos mortos e a ocultação de seus possíveis problemas e desvios de conduta. Os falecimentos, presentes nos conteúdos dos periódicos, recebiam maior espaço e demonstrações de sentimentos se os mortos fossem considerados relevantes socialmente. Buscava-se revelar o quanto foi grandiosa a passagem do falecido e o tanto que seria sentida a sua falta. Indubitavelmente, as classificações sociais, políticas e econômicas condicionam as notícias de

falecimento nos jornais.

Para Gilberto Freyre (1964) as seções sociais presentes nas folhas brasileiras constituem uma área de particular interesse para os estudiosos. Segundo o autor são nesses espaços que os “aniversários”, os “falecimentos”, os “batizados”, os “casamentos” e os “desembarques” são registrados ou anunciados “[...] com muito florido de frase” (Freyre, 1964, p. 109). Sobre a rebuscada linguagem utilizada argumenta: “[...] Tudo se transforma sob um especialíssimo vocabulário em que os adjetivos são os senhores, reis, os caudilhos; e os substantivos, seus simples acaudilhados” (Freyre, 1964, p. 110). Essa adjetivação exacerbada, citada por Freyre, foi observada em diversas das matérias. Segundo o autor esta forma de escrita não é de forma alguma sincera e ingênua. Conforme argumenta: “O que irrita nesses rococós de linguagem nas notícias dos jornais, é que não são nem ingênuos nem sofisticados – para usar a expressão inglesa. São insinceros. Soam Falsos. Repetem-se sem nenhuma graça. Sem nenhum sal” (Freyre, 1964, p. 113). Freyre (1964) é incisivo em sua crítica e discorre sobre o fato da linguagem ser direcionada apenas a algumas pessoas. Em suas palavras:

O pobre do “pranteado extinto” torna-se às vezes quase um palhaço de casaca ou de hábito de São Francisco, que o noticiarista enfeita de adjetivos ou mais comicamente rococós extraídos de uma macabra terminologia de sovados clichês para falecidos de luxo, de 1ª, 2ª e 3ª classe, já que os de caridade não merecem honras fúnebres em papéis impressos (Freyre, 1964, p. 114).

Portanto, pensar os textos sobre a morte implica em inseri-los nos aspectos históricos nos quais foram elaborados, observando quais são os mortos homenageados e os critérios utilizados nessa escolha. Orlandi (1988) aborda que os discursos não existem em si, mas são determinados pelas posições colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidos. As palavras, portanto, mudam de sentido segundo as intenções e ideias de quem as utilizam. Para Chartier (1988): “Nenhum texto [...] mantém uma relação transparente com a realidade que apreende” (Chartier, 1988, p. 63). Os materiais escritos obedecem, seguindo o autor, a processos de construção onde se investem conceitos e obsessões de seus produtores: “O real assume assim um novo sentido. Aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita” (Chartier, 1988, p. 63).

É necessário, com isso, refletir sobre os sentidos que permeiam os textos dos jornais, pois as abordagens diferenciadas para os mortos possibilitam algumas reflexões. Nos materiais tem-se uma subjetividade exacerbada e uma série de metáforas discutindo o falecimento e a grande tristeza por ele provocada. É interessante notar que as notícias com estas características se assemelham em uma questão principal: elas se referem às pessoas que exerciam diversos cargos políticos e de prestígio em Vitória ou ligadas, de alguma forma, a estes indivíduos. Segundo Michel Foucault (1995), o termo poder designa um modo de ação de alguns sobre outros. Nas palavras do autor:

O exercício do poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita; induz; desvia facilita ou torna difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis. Uma ação sobre as ações (Foucault, 1995, p. 243)

E para que o poder seja exercido são necessárias algumas estratégias, isto é: “[...] conjuntos dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder, constituem os modos de ação sobre a ação possível eventual, suposta dos outro” (Foucault, 1995, p. 248). Podem-se entender os discursos sobre a morte presentes nos periódicos como estratégias de poder, na medida em que são utilizados meios de comunicação, lidos pela população local ou transmitidos de um para outro no “disse-me-disse”, para exaltar de modo positivo a personalidade das pessoas consideradas relevantes na política local. A preocupação do homem público com a família, religião e principalmente a pátria é recorrente nos jornais, reafirmando o quanto esses entes direcionavam suas vidas ao bem comum em detrimento de suas particularidades. Seguindo Regina Abreu, tem-se nos textos sobre a morte um aspecto peculiar: “[...] o das biografias de sujeitos incomuns que sintetizam e representam uma coletividade. Na configuração individualista, esses sujeitos incomuns colocam-se a serviço dessa coletividade, notadamente da nação e da humanidade” (Abreu, 1996, p. 71).

Portanto, é possível indagar: Por que algumas pessoas possuem até três textos diferentes para falar da sua história de vida e qualidades e outras possuem apenas uma pequena nota? Por qual motivo o jornal define o enterro de alguém como “acontecimento extraordinário” e em outro momento informa apenas a morte? A resposta está na importância creditada ao falecido,

ao seu poder político, influência na comunidade local e como pode tornar-se um exemplo para os demais. Para aprofundar o estudo quanto à escrita desses discursos e as pessoas sobre as quais tratam, analisaram-se as matérias de maior emoção e sensibilidade.

3.1 A REPERCUSSÃO DA MORTE DE IGNÁCIO RODRIGUES BERMUDE

Um dos mortos que rendeu diversas páginas repletas de homenagens, sofrimentos e admiração no jornal “Correio da Victoria” foi Ignácio Rodrigues Bermude. A sua morte é descrita como sofrida e dolorosa pelo periódico. Segundo a matéria Bermude era bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas e possuía forte influência na política local. Ele nasceu no Espírito Santo e se mudou para Campos, no Rio de Janeiro. Após, se dirigiu a São Paulo para cursar Direito. Formou-se na referida graduação e voltou a morar na Província. Segundo Daemon (2003) Bermude era um “político extremado”, exercendo um papel de destaque na política local. Ele iniciou sua carreira no início de 1842 quando foi eleito representante do Espírito Santo na Câmara dos Deputados. Foi ainda deputado provincial por oito anos.

Dentre as ações empreendidas por Bermude enquanto exerceu o cargo de deputado estão: a legislação para promover melhorias econômicas devido à situação financeira complicada da Província; a propositura que estruturava a Administração das Rendas Provinciais; a regulamentação para aprimoramento da cobrança da décima de heranças e legados e a normalização das ações empreendidas pelo setor público no emprego da propriedade particular para utilidade pública (Bichara, 1984). Os textos direcionados à morte de Bermude são emotivos e metafóricos e se encontram em duas edições do jornal, um sob o título “Communicado” e outro “Necrologia”. Além destes, o falecimento de Bermude é citado em um artigo sobre os acontecimentos mais relevantes do ano de 1857 e em uma crítica quanto à postura de um morador que “ousou” falar mal do político.

O espaço “Communicado” se inicia comentando os nomes ilustres que passaram pela história do Espírito Santo, pessoas notáveis por seus talentos e virtudes e imortalizadas nas ciências e nas artes devido aos relevantes serviços prestados para a glória do país. E, dentre esses importantes cidadãos, não se podia esquecer de Ignácio Rodrigues Bermude, chamado pelo jornal de “modelo dos ilustrados”. Sobre o sentimento provocado pela morte descreve o periódico: “[...] o Dr. Ignácio Rodrigues Bermude, cuja perda tantas lágrimas nos tem arrancado, e muito tem que sentir esta pátria, que o viu nascer, que o embalou, e que delle

recebeu as mais enérgicas provas de dedicação para vel-a avançar na carreira da prosperidade” (Correio da Victoria, 07 de novembro de 1857). A notícia segue com uma pequena biografia da vida de Bermude. Segundo o periódico, a formação religiosa não foi o bastante diante da ânsia de saber de Ignácio. Diante disso, Bermude se mudou para São Paulo para fazer o Curso Jurídico. No texto, o morto é mostrado acima das tentações terrenas:

[...] Possuído dessa heróica resolução, e esquecido dos passatempos que o pudessem distrahir de suas sérias applicações apenas com a mira em um futuro de glória, que o faria engrandecer diante dos outros homens, o Dr. Bermude corou suas fadigas, obtendo o grao de bacharel em sciencias sociaes e jurídicas a 29 de janeiro de 1810 (Correio da Victoria, 07 de novembro de 1857).

No texto sobre Bermude a defesa da pátria e seu papel de guardião da moral pública são itens constantemente abordados. Nota-se no jornal o intuito de mostrar a exemplaridade do cidadão, identificado com algo maior: a nação brasileira. No material comentam-se as perseguições políticas sofridas, a força e o amor ao Brasil do falecido para superá-las. Nas palavras do redator:

O amor de sua pátria, que o levava a consumir a obra de suas inclinações, e que não o fizera recuar diante de tantas dificuldades, o aconselhava a pretender por vezes a honra de represental-a no parlamento brasileiro... Por abuso mais escandaloso da força e da intriga roubou-se-lhe este tão apreciado florão, enquanto outros sem o prestígio da intelligencia, sem o verdadeiro character patriótico faziao monopólio injusto d’essa honra, e o contrariavão nos seus justos pensamentos! (Correio da Victória, 07 de novembro de 1857).

São diversas as possibilidades de reflexão suscitadas pelo trecho citado. Ele traz o esforço em mostrar a exemplaridade de Bermude e a perseguição sofrida por ele empreendida por quem não possuía a mesma dedicação à nação. Mesmo diante de inúmeras dificuldades, Bermude não titubeou e batalhou com honra e dignidade pelo bem considerado maior, a pátria. O texto segue afirmando que apesar de tantas qualidades, Bermude não teve o justo merecimento, pois sofreu com as divergências partidárias. Conforme afirma:

[...] Todavia na luta dos partidos, no meio das ovações de seus adversários, quando tudo conspirava para proporcionar-lhe a mais completa derrota e roubar-lhe o direito de intervir nos negócios de seu país e tal, bem poucas vezes o D.Bermude deixou de ocupar as cadeiras da Assembléia Provincial e neste exercício deu sempre soberjas provas de seu zelo e interesse pela prosperidade e engrandecimento da Província.

Pelo bem estar dos povos que lhe entregavam seus destinos e n'elle consideravam um athleta destemido, para sustentáculo de suas garantias e propagador de suas instituições (Correio da Victoria, 07 de novembro de 1857).

Bermude é mostrado, portanto, como uma vítima das lutas políticas. Dentre as boas qualidades do falecido, que contribuem na elaboração da exemplaridade da sua memória estão: “[...] bondade sem reboço, caridade sem limites, generoso para com seus amigos, afável e igual para todos; era um filho que afagava com ternura uma mãe septuagenária, era bom irmão e caridoso pai” (Correio da Victoria, 07 de novembro de 1857).

Além de um perfeito indivíduo ele era um exemplo de religiosidade: “[...] reunia em torno de si todas as excelentes qualidades de um prestante cidadão, e as virtudes de um verdadeiro Ministro do Senhor” (Correio da Victoria, 07 de novembro de 1857). No último parágrafo do texto exala-se sensibilidade por aquele que é tido por modelo: “Chore a Província, o distinto propagador de seus direitos. Os pobres o pai comum. Os amigos o symbolo da fidelidade, e a sua família o símbolo da ternura e da sensibilidade [...]” (Correio da Victoria, 07 de novembro de 1857).

Nesse último trecho tem-se um resumo da ideia transmitida no decorrer de toda a escrita: Bermude não era uma pessoa como as outras. Ele reunia em si todas as qualidades que muitos seres humanos se esforçam para ter e quase sempre não conseguem. Ele é descrito sem defeitos e problemas. É o pai, filho e esposo maravilhoso. Bermude, provavelmente, não era tão perfeito, como ninguém o é. Mas, mereceu páginas e páginas discorrendo sobre sua vida e qualidades. Ele é descrito como um “pai comum” para os pobres residentes em Vitória. Com isso, tem-se claramente uma forma de mostrar o poder local do morto e manter este tipo de poder, pois ele não é criticado, pelo contrário, a sua postura de “pai” é exaltada e admirada.

É interessante notar que as afirmações de sua generosidade e caridade não eram opiniões unânimes. No jornal do dia 11 de novembro, sob o título “Represália Christã”, é feita uma crítica quanto à postura de um morador da Província, denominado de “O novo advogado dos presos pobres”. Segundo o jornal:

[...] cruelmente emprestou ao finado Dr. Bermude a qualidade de – descaridozo – na malicioza accepção do seo verbo inculcava, deve reconhecer que foi motivo injusto para com as cinzas desse nobre Capixaba que deichou alem tumulo documentos de

sua philantropia para com os desfalidos que demandavão os recursos de sua advocacia, documentos, que se lhe podem franquear por qualquer modo, se S.S. quizer desistir da conlumacia de continuar a fazer alusões desfavoráveis ao illustre morto (Correio da Victoria, 11 de novembro de 1857).

O periódico, mesmo não sendo seu intuito, nos fornece um indício de que Bermude não era tão perfeito. Ele também tinha divergências, inimizades e as suas ações não eram respeitadas e bem vistas por todos. O jornal mostra-se revoltado diante da postura do “caluniador”. Não foi possível saber os motivos pelos quais o indivíduo teve divergências com Bermude, mas pode-se aferir a não unanimidade da “perfeição” relatada.

Na abordagem contida no texto “Necrologia” a escrita, por sua vez, é bastante emotiva e subjetiva. O material está assinado por J.M.P. de V. Pode-se supor serem as iniciais do deputado provincial, escritor, membro do partido conservador e fundador do periódico “O Espírito-Santense” José Marcelino Pereira de Vasconcellos. Quanto à morte do amigo aborda:

Mais uma lousa se abriu para receber um cadáver; mais um espírito voou aos céos a encontrar-se com o creador dos mundos; - mais um homem prestável desapareceu desta terra. Sim, já não existe mais o Dr. Ignacio Rodrigues Bermude; - delle apenas resta o nome, que morrerá como a corrente dos tempos (Correio da Victoria, 11 de novembro de 1857).

No texto observa-se a repetição de elementos já destacados na seção “Communicado”. O material também descreve a estreita relação com a religião, a família e pátria e traz um pouco da história de vida e as injustiças sofridas por Bermude. Mais uma vez o morto é mostrado exemplar, guardião da moral e extremamente generoso, pois a ele a comunidade recorria em busca de apoio e recursos. Assim afirma:

Já não se ouvirá o retumbar na tribuna essa voz, que com tanto esforço e oratória defendia os interesses de seu paiz e os interesses d’aquelles que tinham sede de justiça; - já não se ouvirá retumbar essa voz que pregava a doutrina pura e santa de Jesus Christo. Já a sua mão não se estenderá ao pobre, que lacrimoso e em desesperança procurará um apoio para mitigar a fome, que o devorava (Correio da Victoria, 11 de novembro de 1857).

Neste trecho tem-se a associação de Bermude aos interesses do país e à sede de justiça.

Destaca-se, de forma positiva, o seu posicionamento político e atuação. Mais do que homenagear o falecido deseja-se reforçar os ideais políticos e o grupo ao qual o morto pertencia. Não se podem considerar esses elogios, portanto, apenas dedicadas manifestações de apreço por alguém com o qual se tinha laços afetivos. Percebe-se que os textos vão além, eles defendem os políticos locais e sua forma de trabalho, creditando, aos que não compartilhavam das mesmas atitudes, a falta de comprometimento com os anseios da nação brasileira.

Na primeira edição do “Correio da Victoria”, no ano de 1858, fez-se um resumo dos principais acontecimentos de 1857. Nele é ressaltada a importância de saudar o novo período, sem reclamar ou praguejar contra o velho. No texto abordou-se as colônias inglesas da Índia e os fatos importantes da Europa abrangendo Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Alemanha. Comentou-se da Áustria, Prússia, Turquia, Rússia, Estados Unidos, Repúblicas do Prata, Paraguai, Chile e Brasil. E sobre a Província?

De acordo com o periódico foram dois os fatos marcantes para o Espírito Santo: a vinda de um administrador enviado pelo Governo Imperial que, segundo o jornal, estava exercendo bem o seu papel e a sentida morte de Ignácio Rodrigues Bermude. Assim, diante de um ano inteiro - e seus conflitos, políticas, cotidianos, mudanças, negócios, nascimentos, casamentos, dentre outros - a morte de Bermude estava dentre os dois principais acontecimentos. Segundo relata o artigo:

Soffremos infelizmente uma grande perda. Um patricio nosso, distincto por sua illustração e por suas virtudes [...] o Dr. Ignacio Rodrigues Bermude faleceu no dia 1º de novembro do ano que findou. Sua morte foi assaz pranteada e a falta que fez à província e a seus numerosos amigos foi immensa (Correio da Victoria, 02 de janeiro de 1858).

O trecho demonstra a comoção diante do falecimento de Bermude. Ele foi compreendido como coisa séria, um acontecimento ímpar, provocando abalos na sociedade e na política. A sua morte foi tão excepcional a ponto de ser considerada um dos dois fatos mais importantes do ano de 1857. Percebe-se, portanto, a extrema valorização do indivíduo, sua vida e feitos em detrimento de outras existências e ações.

3.2 A COMOÇÃO DIRECIONADA A LUIZ DA SILVA ALVES D'AZAMBUJA SUZANO

Dentre a escrita dos três jornais destaca-se pela comoção o texto referente ao falecimento de Luiz da Silva Alves D’Azambuja Suzano. Ele nasceu no Rio de Janeiro em 1791 e morreu em Vitória. Reinaldo Santos Neves, na introdução do livro do próprio Azambuja: “A baixa de matias: ordenaça do conde dos arcos vice-rei do Rio de Janeiro”, traz algumas informações sobre o político. Segundo o autor D’Azambuja estudou no seminário de São Joaquim, mas não seguiu a carreira sacerdotal, empregando-se no Ministério da Fazenda. No Governo Provisório da Província, em 1822, assumiu a Junta.

Neves (1988) afirma que D’Azambuja participou ativamente da vida política, administrativa e cultural do Espírito Santo e exerceu os cargos de deputado, gramático, professor, funcionário público e advogado. Chegou a ser nomeado por D. Pedro II oficial da Ordem da Rosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Kátia Sausen Motta (2010) ressalta que D’Azambuja foi o primeiro Juiz de Paz eleito na cidade de Vitória, no dia 1º de fevereiro de 1829. Ele teve a maioria dos votos. Os juízes de paz eram pessoas leigas, ou seja, não tinham necessariamente formação na área jurídica, e eram escolhidas por meio de eleição. Podiam votar, de acordo com a Constituição Política do Brasil de 1824, os cidadãos maiores de 25 anos, com rendimento anual igual ou superior a cem mil réis. Na capital e nas vilas eram os juízes ordinários e de paz os administradores da justiça.

D’Azambuja seguiu a carreira pública, destacando-se no panorama provincial. O mesmo foi eleito oito vezes deputado da Assembleia. Enquanto concorria à eleição para a função de juiz de paz, se elegeu vereador, não assumindo por não ser permitido o exercício simultâneo dos dois. Em outro momento ele precisou novamente escolher entre dois cargos, pois foi escolhido juiz de órfãos, optando pelo último (Motta, 2010).

Sobre a morte dele discorre o jornal: “Repousa em paz, sombra veneranda! Dorme ao amparo do templo nessa mansão serena dos mortos, onde encontrastes abrigo contra as vicissitudes da ephemora vida, deste tão falloz mundo!” (O Espírito-Santense, 26 de agosto de 1873). Na matéria sobre Luiz da Silva D’Azambuja, mesmo mostrando os diversos cargos de relevância política ocupados por ele, é dito que não possuía luxos na vida privada e pública. Para mostrar a grandiosidade do falecido, o jornal inicia o texto exaltando a excelente família na qual D’Azambuja veio ao mundo, seus pais são tidos exemplares e dignos. Sobre eles afirma:

Eram José da Silva Alves e sua virtuosa esposa D. Clara Maria d Jesus que no seio

da paz domestica viram sua felicidade na educação moral, religiosa e intelectual de seus filhos, felizes frutos de sua abençoada união. Foram eles os progenitores de Luiz da Silva D’Azambuja Suzano, que vio a luz no dia 20 de agosto de anno de 1791, no espetaculo de puras virtudes, em que sua alma inspirou-se” (O Espírito-Santense, 23 de agosto de 1873).

Após ressaltar a boa família na qual nasceu o político, o periódico preocupa-se em relatar a trajetória do finado. Ele iniciou os seus estudos no Seminário de São Joaquim, aonde, segundo o jornal, revelou seu precoce talento e encheu-se de glória. Ao finalizar o aprendizado foi morar em Vitória e assumiu a cadeira de língua latina, exercendo a educação da maioridade. Função esta trocada pela carreira de empregado público ao entrar na Junta da Fazenda, na qual atuou em diversos cargos. No material é informado que ele foi eleitor da Paroquia, juiz de paz e deputado federal. A atuação de D’Azambuja na literatura é destacada. O jornal lista diversas obras do falecido, dentre elas o “Compendio de Ortografia”; o “Guia de processo policial e criminal”; o “Repertório das leis, regulamentos e ordens do Tesouro” e uma “Memória Histórica de Maria Antonieta”.

Quanto ao posicionamento político do falecido o periódico afirma ser ele conservador e monarquista, porém, segundo o jornal, ele soube sempre conciliar a política da autoridade com a da liberdade. Pode-se supor que esta observação serve para mostrar D’Azambuja convivendo harmoniosamente com pensamentos divergentes dos seus enquanto os demais não tinham essa mesma postura e provocavam discórdias e conflitos. Sobre o seu caráter expõe:

Quanto ao seu character, à vista das virtuosas scenas em que por assim dizer foi infaichado logo ao nascer, era de grande asteueridade: deo exemplo de coragem cívica na ocasião da lucta da Independencia; dedicação devota pela causa pública; sem cálculos de interesses pessoais” (O Espírito-Santense, 23 de agosto de 1873).

Um indivíduo entregue à causa pública muito mais do que as suas questões privadas, assim é representado D’Azambuja. Segundo o periódico suas ações são descompromissadas de interesses particulares. No material nota-se a preocupação em exaltar as boas qualidades do político, conforme se lê: “[...] probó a toda prova; sereno nas maiores adversidades; algum tanto duro na franqueza de admitir sua opinião; amigo devotado; bemfazejo; era Luiz da Silva Alves D’Azambuja Suzano que nós brasileiros não soubemos honrar devidamente” (O Espírito-Santense, 23 de agosto de 1873). O falecido é mostrado repleto de virtudes e digno

de admiração. O periódico transmite a ideia do cidadão acima das preocupações cotidianas comuns aos demais seres humanos. Novamente, no texto do jornal, o ente político é considerado um indivíduo injustiçado, não valorizado suficientemente em vida, mas merecedor de homenagens pelos excelentes trabalhos empreendidos.

3.3 JOAQUIM JOSÉ DE ALMEIDA PIRES, O PARTIDO CONSERVADOR E A SUBJETIVIDADE DA ESCRITA DA MORTE

Dentre as mortes de maior repercussão e intensidade emotiva pode-se destacar também a notícia do falecimento de Joaquim José de Almeida Pires. O texto do passamento é repleto de subjetividade e exaltação à personalidade do morto. Segundo informações de Daemon (2003) Almeida Pires faleceu na Vila de Guarapari. Ele era natural da Província da Bahia e foi juiz de Direito de Piancó, na Paraíba do Norte, mas residia, na ocasião da sua morte, no Espírito Santo. Em Guarapari, Almeida Pires foi chefe do partido conservador, juiz municipal e deputado provincial. Para anunciar a morte o jornal afirma:

Cumpram-se os destinos!! Todos estamos certos de que é destinado ao homem morrer. Temos constantemente provas irrefutáveis e avisos sensíveis deste facto. Assim, pois, a mão desoladora da morte rouba os penhores mais queridos, os vultos mais venerandos do seio das famílias, dos amigos puros e leais, e seu fim priva a sociedade de seus membros mais destacados e mais prestimosos. A ninguém é permitido duvidar de que há de chegar a sua vez. Esta é a triste e pungente realidade (O Espírito-Santense, 22 de fevereiro de 1873).

Almeida Pires, assim como os demais, recebeu homenagens por suas qualidades excepcionais e sua relevância na sociedade. Segundo o periódico, o falecimento do político tratava-se de uma dor indescritível, expressada na frase:

É mais um nome apagado no quadro da vida, é mais um motivo para o pranto, ocasião para o gemido! Quando se vê tanta vontade, quando se considera que tantos sacrifícios vão acabar no resfriar da campa – o coração comprime-se de angústia e a alma estala de dor (O Espírito-Santense, 22 de fevereiro de 1873).

Sobre as excelentes qualidades do morto afirma:

Honrado, leal e franco. Almeida Pires era a imagem leal deste tipo nobre e

tradicional que resume a apologia do caráter [...]. O Dr. Almeida Pires, essa pérola da magistratura brasileira, era Juiz de Direito da Comarca de Piancó, da Província da Parahiba; eleito deputado provincial na atual legislatura, desempenhou na última sessão da respectiva assembléia um brilhante papel, onde sua voz se fez ouvir por mais de uma vez em prol dos melhoramentos moraes e materiais da província, era sempre o mais votado, finalmente exerceu com bastante intelligencia, critério e imparcialidade os cargos de Juiz Municipal e de órfãos dos termos reunidos do Benevente e Guarapary (O Espírito-Santense, 22 de fevereiro de 1873).

É importante ressaltar que as homenagens a Almeida Pires, membro do partido conservador, estão sendo feitas em um jornal de cunho político e declaradamente apoiador do referido grupo na Província. Ao afirmar o brilhantismo das ações do falecido pode-se supor o intuito do periódico em reafirmar as suas próprias convicções. Mais do que homenagear alguém se percebe a intenção de fortalecer os posicionamentos que uniam os membros do partido. Mostrar a atuação modelo de Almeida Pires em prol das melhorias materiais e morais do Espírito Santo é uma forma de declarar a exemplaridade do partido e seus demais elementos. Na notícia, o mesmo recurso empregado nos casos anteriores se repete, a generosidade e proteção proporcionadas por Almeida Pires são destacadas, conforme segue: “[...] Basta dizer-se que a sua bolsa esteve sempre aberta aquelles que a elle recorria agitados pela necessidade” (O Espírito-Santense, 22 de fevereiro de 1873). Mais uma vez tem-se a intenção de associar o político local a um “pai comum”, alguém a quem se pode solicitar ajuda e ter imediata atenção.

A relação do morto com o partido conservador é ressaltada no decorrer do texto: “[...] O Partido Conservador também perdeu um dos seus mais distintos ornamentos, um caracter firme e decidido e um propagador inabalável de suas ideas: o illustre finado deixou nas fileiras desse partido um vácuo que nunca será preenchido” (O Espírito-Santense, 22 de fevereiro de 1873). Os problemas pelos quais passou, transpostos segundo o jornal com dignidade e trabalho, são relatados: “[...] Mas ah!... na vida tempestuosa de homem de partido, injuriado todos os dias, cheia de abalos, agitada pelo furor das facções que nada respeitam²¹ [...]” (O Espírito-Santense, 22 de fevereiro de 1873). E continua:

Conservador inabalável de crenças puras, que fazia a glória do seu partido. O Dr.

²¹ Nesse trecho pode-se supor que a crítica se dirige aos membros do partido liberal, identificado como uma facção que nada respeita. O referido grupo é considerado, no texto, provocador de conflitos e abalos, atrapalhando os trabalhos sérios de quem se preocupava verdadeiramente com a pátria.

Pires não divorciou a política da dignidade, da honra e da probidade. Partidarista sincero, foi sempre o homem do bem. Dai nasceu a justa estima que sinceramente tributaram os homens leais, como uma homenagem devida à elevação de seus nobres sentimentos. (O Espírito-Santense, 22 de fevereiro de 1873).

Neste trecho mostra-se reveladora a associação feita entre as boas qualidades do falecido e o seu envolvimento na política partidária. Pode-se supor o intuito do redator de relacionar o partido conservador as boas qualidades, mostrando que o mesmo era diferente do seu opositor ao trabalhar a política associada à “honra”, “dignidade” e “proibidade”. Na frase é feita a associação entre ele ser partidarista e homem de bem. O cidadão é identificado com as excelentes ações em busca de uma Província melhor. Os adjetivos utilizados para comentar a personalidade de Almeida Pires definem, novamente, os homens da política local como modelos acima dos problemas e defeitos dos seres humanos comuns. Política e homenagem se misturam para transmitir ao leitor a informação de que os membros dos partidos políticos, apesar de perseguidos e injustiçados, se sobressaiam pelos bons feitos e teriam o justo reconhecimento no paraíso celeste.

3.4 O SENTIDO ÓBITO DE FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA

No anúncio do falecimento de Francisco Rodrigues Pereira vê-se uma estrutura repleta de subjetividade: “Mais um golpe! Mais uma dor! Mais uma vida! Ainda uma vez. Senhores, o esqualido espectro da morte brandindo sua inexorável foice, acaba de ceifar uma vigorosa planta, uma mimosa flor, que adornava os jardins da humanidade” (O Espírito-Santense, 31 de julho de 1873). Segundo Daemon (2003) Francisco Rodrigues Pereira era renomado comerciante da praça, tenente coronel e a sua morte foi muito sentida e chorada. De acordo com o autor Pereira possuía fortuna sólida e era estimado na Província e fora dela. Daemon (1879) informa que o falecido era um homem empreendedor e prestou relevantes serviços ao Espírito Santo, no qual ocupou diversos cargos de eleição popular e de nomeação do Governo. Ele era um dos membros mais proeminentes do partido conservador. A forte angústia provocada pelo passamento é destacada:

O sombrio phantasma da morte adejando sobre uma família inteira acaba de mergulha-la na mais infinita dor, na mais pungente angustia, uma esposa extremosa, desconsolada lamenta a inesperada perda do esposo bondoso e virtuoso, ao passo que a seu lado, aflitta contempla o quadro indescritível dos innocentes filhinhos, que

lhes perguntão por seu pai, pois que quase todos não compreendem a mudança, que se operou em suas famílias (O Espírito-Santense, 21 de julho de 1873).

No texto é descrita a importância do morto não apenas para a sua família, mas para toda a comunidade, conforme expõe: “[...] a sociedade chora a perda de um de seus ornamentos, lamenta o passamento de um homem honrado, de um negociante, que não transigia com o crime e a deshonra” (O Espírito-Santense, 21 de julho de 1873). Na notícia o periódico se preocupa em provar a grande humildade do falecido, ressaltando que ele não aceitaria ser comparado com os grandes homens das ciências e das artes:

Não era um Byron, um Milton, um Victor Hugo, não era um Archimedes, um Lesseps, não era um Augusto, um Lincoln [...]. Não senhores, seria insultar as cinzas daquele por quem acabamos de orar ao Senhor se o quisermos comparar a esses gigantes inteligentes, a esses titans que tem assombrado a humanidade, com o fruto de suas lucubrações, com o impulso de sua vigorosa imaginação e valente espada. Porém, aquele que de sua vida fez o catálogo de suas virtudes cívicas, de sua família o manancial, o ideal de sua felicidade, de seu coração a arca, onde a honradez tinha constante culto, aquele distinto Espírito Santense, que idolatrava sua pátria e província natal, não deverá merecer homenagem? Decerto e justo (O Espírito-Santense, 31 de julho de 1873).

O homem público é novamente representado repleto de qualidades, respeitador da família e engajado na luta pelo crescimento da província. A sua vida chega a ser comparada, no trecho anterior, a um “catálogo de virtudes cívicas”. Pereira, membro do partido conservador, grupo ao qual o periódico era bastante próximo, é mostrado como cidadão exemplar, honrado e merecedor de inúmeras homenagens. Reforçando, outra vez, mais o ideal político de um grupo de pessoas do que os reais atributos do falecido.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE D’AZAMBUJA, BERMUDE, ALMEIDA PIRES E FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA

Nos quatro exemplos abordados, D’Azambuja, Ignácio Bermude, Almeida Pires e Francisco Rodrigues Pereira, têm-se a preocupação em expor a exemplaridade da ação pública dos indivíduos. A análise constatou a similaridade da estrutura dos materiais, provando o interesse de reafirmar constantemente o respeito à pátria, à religião e à família, itens considerados relevantes para a ordem social. Essa atitude era seguida pelos “grandes homens” e devia servir

de modelo para a conduta dos demais componentes da sociedade.

Para Foucault, o termo “conduta” talvez seja aquele que melhor permite atingir a especificidade das relações de poder. Foucault (1995) entende que o ato de conduzir os outros leva ao estabelecimento de formas de comportamento. Nas palavras do autor: “[...] o exercício do poder consiste em conduzir condutas e em ordenar as possibilidades” (Foucault, 1995, p. 244). Nos jornais, ao abordar a dedicação dos falecidos à manutenção da ordem social os periódicos mostram sua visão quanto às condutas ideais. Sendo assim, pode-se notar a ligação existente entre uma vida moralmente correta e a possibilidade do paraíso. Somente irão para o céu os que tiveram bons comportamentos em vida. Essa ideia é constantemente utilizada para mostrar as grandes qualidades das personalidades dos mortos.

A importância dessas pessoas para a manutenção do patriotismo é uma questão relevante. Segundo Abreu (1996) as biografias de exaltação às qualidades de alguém já falecido buscam ressaltar o afincamento dos indivíduos na proteção dos valores morais. O objetivo é mostrar o cidadão como modelo de homem público, identificado com um “bem maior”, a pátria, enquanto as demais pessoas estariam preocupadas apenas com seus interesses particulares e privados. Nas biografias dos mortos há o esforço de abordá-los como “sujeitos incomuns”, que sintetizam e representam toda a coletividade e colocam-se a serviço da nação e da humanidade.

Para a autora, nestas situações, é estabelecida uma relação hierárquica entre o público e o privado que serve de fio condutor à fabricação do imortal. O privado encontra-se subordinado ao público, pois a relevância desses homens, tal qual observado nos periódicos, está na suposta preocupação com a vida do próximo, a Província e o bom andamento da ordem pública. Abreu (1996) questiona, e concorda-se com ela, que diante de elaborações tão complexas dessas personalidades quase destituídas de humanidade, torna-se difícil compreender a susceptibilidade das mesmas à morte. Assim afirma:

É preciso salvar do esquecimento, do esfumaçamento provocado pela morte, individualidades tão ricamente elaboradas. O sujeito busca então a eternização na memória dos outros sujeitos, guardando e arquivando testemunhos evocativos de suas obras e realizações. Desse modo, acredita-se poder superar, ao mesmo em parte, a tragédia da mortalidade humana (Abreu, 1996, p. 102).

Nas quatro matérias observam-se esses elementos destacados pela autora. D’Azambuja, Bermude, Pereira e Almeida Pires são descritos e homenageados como pessoas acima dos pecados e vaidades. Fato este observado, por exemplo, no seguinte trecho sobre o caráter do primeiro: “[...] deixou sua esposa e filhos na pobreza, mas em pobreza honrosa, legando-lhes o seu nome glorioso, que desponta através do seu túmulo” (O Espírito-Santense, 16 de agosto de 1872). Apesar de mostrar os diversos cargos de relevância política ocupados é dito que ele não possuía luxos na vida privada e pública. Diante da importância e poder exercido pelo morto na política local, é difícil acreditar na pobreza de D’Azambuja, porém afirmar as suas poucas posses é uma forma de reforçar a humildade, característica considerada nobre para a alma, ainda que seja esta, provavelmente, uma humildade mentirosa.

O Correio da Victoria, na seção “Poesia”, traz o seguinte verso de Bocage²²: “O sábio não vai todo à sepultura. Não morre inteiro o justo, o virtuoso. Na memória dos homens brilha e dura” (Bocage in Correio da Victoria, 23 de novembro de 1859). Interessante notar que a mensagem empreendida pelo verso - os feitos e qualidades perpetuam a vida mesmo na morte - perpassam as notícias de falecimentos dos periódicos, mostrando a relação existente entre as ações excepcionais em vida e a imortalidade. Com isso, enquanto permanecerem as lembranças e a memória, a morte não é a vencedora. O morto adquire certa sobrevida enquanto ainda se recordam dele. Sobrevida esta fortalecedora do poder local, pois permite a continuidade de posicionamentos políticos após a morte dos seus principais nomes.

3.6 OUTROS HOMENS PÚBLICOS EXEMPLARES

Outros exemplos similares - com menor eloquência e retórica - podem ser citados. O homem guardião da moral, da família e dos bons costumes é recorrente nos periódicos. Abreu (1996) argumenta que no campo da memória os contornos do sujeito são delimitados fundamentalmente pelas construções póstumas. As máscaras mortuárias, os discursos nos enterros e as biografias são ferramentas para manter viva a existência do indivíduo. As notícias de falecimentos, presentes nos jornais, podem ser consideradas desta forma, pois trazem a história de vida de quem morreu e suas boas qualidades.

Em sua regularidade, os textos informavam a morte, por meio de uma linguagem subjetiva e emotiva. Conforme se observa no primeiro parágrafo da notícia publicada no jornal “O

²² Manuel Maria de Barbosa l’Hedois du Bocage foi um poeta português. Ele nasceu em 1765 e viveu até o ano de 1805.

Espírito-Santense”, por ocasião do óbito do capitão José Ribeiro da Silva Laranja:

A morte, esse phantasma negro e tétrico, roubador das prendas mais queridas da vida, não trepidou com sua foice rápida e certa, ceifar para sempre d’este mundo de illusões efêmeras o sócio e vogal de nosso conselho director o capitão José Ribeiro da Silva Laranja, deixando nossos corações enlutados das mais profundas e melancólicas saudades. Morreu! Não – subiu à mansão celeste, como fragrâncias das flores acalentadas pelo leve reveberar dos tóbios raios de sol de uma linda primavera (O Espírito-Santense, 19 de maio de 1874).

Na abordagem sobre o falecimento de Alexandre Maximo da Costa Vidigal encontra-se outro exemplo de discurso subjetivo:

Mas depois de um sonho de delícias o acordar é sempre triste... O anjo dos sepulchros, por uma dessas fatalidades que não se comprehendem, nem explicação procurou hafejar pallidez de morte em restos de rozas, e pois, o seu hálito destruidor produziu entre vastas agonias a perda de uma alma tenra e pura, intelligente e dócil, baldando esperanças da província e de seus genitores (Correio da Victoria, 7 de abril de 1858).

Na reprodução feita pelo “Jornal da Victoria” do discurso proferido por Odorico José Mululo no sepultamento de Cândido Maria da Silveira tem-se uma escrita repleta de comoção:

Meu Deus o que é a morte? Ó morte que anjo tão mau és tu? Quando te cançarás de fazer victimas? És sempre insaciável [...] Sim Srs. Candido Maria da Silveira era tudo isso, o que mais eloquentemente proclama esta reunião enlutada, que rodea seu cadáver, e na flor da idade, quando ainda não tinha visto de todo desabrochar as flores da existência, eis que o vendaval da desgraça sopra gelado e derriba-o (15 de fevereiro de 1868).

Independente das funções exercidas é afirmada a humildade do falecido. Ressaltava-se a vida difícil e honrada e a ausência de fortunas. Os mortos eram, em sua maioria, representados como estimados e queridos por todos, conforme segue no anúncio da morte do Padre Antônio Pinto Homem de Azevedo:

Ante-hontem a tarde, depois de prolongado padecimento, entregou a alma ao creador o Rvd Padre Antônio Pinto Homem de Azevedo, coadjutor da freguezia desta capital. A morte do Padre e a morte do homem foi igualmente sentida: como homem

não tinha ele um desafeiçoado, pois era inquestionavelmente estimado de todos; como Padre nenhum mais prompto do que elle a levar a consolação à cabeceira do moribundo, e em todos os misteres da igreja nenhum de seus colegas o excedia em zelo e devoção. Deixou essa vida bem moço, contava apenas 45 annos. A terra lhe seja leve (Jornal da Victoria, 25 de setembro de 1867).

A ausência de desafetos também é citada na seguinte notícia: “[...] Negociante honrado, amigo devotado, respeitador das leis, não contava um só inimigo ou desafeiçoado” (O Espírito-Santense, 10 de março de 1871). Ao abordar o falecimento do capitão José Maria Nogueira da Gama recorre-se novamente a esse argumento: “[...] exerceu sempre todas as suas respectivas funções com geral satisfação, tanto que, não deixou senão amigos, e nem um inimigo” (O Espírito-Santense, 17 de dezembro de 1870). Nas matérias, de modo geral, consta uma biografia do falecido com informações sobre os cargos exercidos em vida e a sua importância para a comunidade. No texto a respeito da morte do capitão José Maria Nogueira da Gama, por exemplo, discorre-se quanto às suas funções: “[...] Occupando aqui repetidas vezes todos os empregos d’eleição: professor aposentado d’instrução, collector, e secretario da câmara municipal, exerceu sempre todas as suas respectivas funções com geral satisfação” (O Espírito-Santense, 17 de dezembro de 1870)”.

Nas biografias observa-se a descrição idealizada desses mortos, repletos de grandes qualidades e nenhum defeito. Entre as características atribuídas observaram-se a bondade, a generosidade, a humildade, a inteligência, a honestidade e a pureza da alma. Em muitas edições dos jornais há notícias com estes formatos, nas quais ocorrem intensas demonstrações emotivas e valorização do caráter do falecido. Com isso, os periódicos querem mostrar o distanciamento existente entre os seres humanos comuns e os que são especiais. Esses últimos não cedem ao pecado e estão acima das tentações terrenas. Percebe-se nos jornais o intuito de mostrar o prestígio dos falecidos na sociedade vitoriense, por meio de textos cheios de adjetivos de exaltação ao caráter e personalidade. Na notícia do falecimento do alfares Luciano José de Andrade, por exemplo, o morto é tido chefe de família modelo:

[...] bom esposo, e carinhoso pai e presando o caráter dos homens honestos do passado, e da época, deixou após de si um renome precedido d’essas qualidades, com que a natureza e a religião costumão elevar os seres acima dos vulgares, e dar-lhes o predicamento de virtuoso (Correio da Victoria, 22 de novembro 1857).

A exemplaridade do homem público é mostrada na mesma notícia: “[...] Com estes precedentes o illustre morto gosou sempre a estima publica, e mereceu na sociedade os títulos de honra, com que fora ennobrecido” (Correio da Victoria, 22 de novembro de 1857). A luta pela pátria é abordada na notícia de falecimento de Alexandre Maximo da Costa Vidigal: “[...] Um dia ternos paes saudarão a aurora radiante e bella do primeiro dia de seu filho. A alma desses entes inundou-se de prazer, porque no futuro desse filho querido lerão também uma página de futuro da sua pátria” (Correio da Victoria, 07 de abril de 1858). Sobre o tenente coronel Joaquim da Silva Caldas ressalta-se o cunho patriótico: “[...] É Caldas... patriota, que na vida. Da moral as lições soube expargir. Que colhera de práticas contínuas. Quando da pátria destinou sair” (Correio da Victoria, 02 de dezembro de 1857).

O tenente teve sua morte relatada na seção “Communicado” e em uma poesia. Sobre ele afirma o periódico: “[...] Já não existe o ilustre brasileiro, o distinto Matheusense, o cidadão prestante, o nunca assaz chorado coronel Joaquim da Silva Caldas!!!” (Correio da Victoria, 05 de dezembro de 1857). As inúmeras qualidades do morto também são exaltadas: “[...] protótipo dos amigos, modelos dos bons pais de família [...]. Porque ele teve por timbre ser compadecido sem ostentação, ser religioso sem fanatismo, ser modesto sem aparências” (Correio da Victoria, 05 de dezembro de 1857). Candido Maria da Silveira, de forma semelhante, é representado exemplar pelo periódico “Jornal da Victoria”: “[...] porque buscar exemplos se ante nós temos um bom filho, ottimo irmão, amigo desvellado, e serviçal, catholico fervente propagador das doutrinas do Nazareno promovendo, quanto em si cabia o brilhantismo do culto” (Jornal da Victoria, 15 de fevereiro de 1868).

O texto sobre a morte do Padre Antônio Pinto Homem de Azevedo é envolto em forte subjetividade. Conforme já discorrido os padres da Província se envolviam nos aspectos administrativos locais e eram, muitas vezes, funcionários públicos e deputados. Segundo o periódico o referido padre exercia a função de “coadjutor da freguesia”. Para noticiar o falecimento é dito:

Mais huma vida preciosa acaba de ser ceifada pelo alfange da inexorável e cruel Parca! Mais um nome benquisto foi apagado pela implacável esponja da morte! Mais um nome, em fim, acaba de ser inscrito nas paginas do grande livro dos finados! Sim, já não existe o Padre Antonio Pinto Homem d’Azevedo! (Correio da Victoria, 18 de setembro de 1867).

O periódico destaca o quanto a sua família era importante e bem conhecida na Província e que ele legaria para a posteridade uma vida sem manchas, enobrecedora e um nome digno de memória. Sobre seu caráter afirma: “[...] pureza de costumes, proibidade que jamais falhou, juízo recto e firme, marchando resolutamente para o bem, sem mesquinhas considerações, e amado de seos comprovinciados” (Correio da Victoria, 28 de setembro de 1867).

Tiveram-se, portanto, alguns exemplos provenientes dos periódicos nos quais foi possível apreender a escrita dos jornais no reforço de determinadas ideias. Nos materiais observou-se o intuito recorrente de mostrar os homens públicos capixabas acima dos problemas, frustrações, erros e inimizades dos seres humanos comuns. A eles são direcionadas diversas homenagens de exaltação ao caráter e realizações. Com isso, separam-se os que são importantes e merecedores de palavras elogiosas daqueles cuja morte é relatada em poucas linhas e sem muita sensibilidade. Os primeiros, de modo geral, são os políticos e as pessoas de algum modo ligadas a eles. Os segundos são os indivíduos sem posses ou cargos considerados relevantes pelos periódicos.

3.7 MULHERES DIGNAS DE HOMENAGENS: AS ESPOSAS DOS “GRANDES HOMENS”

Nos materiais analisados notaram-se sentimentos e homenagens direcionados à morte de mulheres. Porém, não eram todos os falecimentos relatados de forma poética e subjetiva. Percebeu-se que apenas as esposas daqueles denominados “grandes homens” possuíam espaço nos jornais. Nas menções aos óbitos de mulheres muito se fala de seus maridos e filhos e os cuidados extremos por eles e praticamente nada se tem a respeito das suas próprias vidas e histórias.

Dentre todos os textos, um dos mais significativos pela linguagem empregada e as demonstrações de sentimentos, foi o material abordando o falecimento de Maria Pinto da Conceição Rezendo. Ela teve seu óbito e feitos relatados em dois longos textos no jornal “Correio da Victoria”, um na seção “Communicado” e outro em “Publicação a Pedido”. O marido de D.Maria era o coronel Dionizyo Álvaro Rezendo, uma das figuras políticas de maior destaque na Província no século XIX. O mesmo atuou no poder legislativo desde a sua instalação em 1835 e exerceu a função de deputado por treze vezes e primeiro secretário da mesa nos biênios 1838/39, 1874/75 e 1876/77. O político foi também membro das Comissões

de Constituição de Poderes e de Contas e Orçamento Provincial e Municipal. Ele elaborou um projeto no qual considerava a data de 23 de maio festa nacional em homenagem à coroação do Imperador D. Pedro II.

Além disso, Dionizyo²³ foi vice-presidente da Província e assumiu em maio de 1865 a administração do Espírito Santo na ausência do presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior. Em 8 de junho de 1874 assume a presidência novamente devido à exoneração do bacharel Luis Antônio Fernandes Pinheiro, ocupando-a até o mês de setembro. Sobre quem foi D. Maria nada se encontra nos livros e documentos, sabe-se apenas o que é dito nos jornais: ela foi uma mãe e esposa exemplar. O jornal representa D. Maria como “digna esposa” do “prestimoso chefe e dedicado amigo” Dionizyo. Para anunciar o seu falecimento o jornal discorre ter sido anulada pela morte uma vida preciosa, assim, um ser especial já não existiria, sumindo para sempre na escuridão do sepulcro. A notícia traz as boas qualidades da personalidade da falecida:

Mas Deos. Esse senhor dos senhores. Esse rei dos reis, não quiz por mais tempo cá na terra, aquella virtuosa senhora, typo de bondade, e de uma formosura d’alma nada vulgar. Destinou-lhe o ceo logar mais sublime. As virtudes de tão estimável senhora erao castas, não conheciao inveja as outras virtudes (diremos com pureza d’alma) não so encontravao n’ellas sympathias, como ate dedicação. Geralmente estimada e respeitada, a Exm^a Sra. D. Maria deixa um vácuo no seu lar doméstico [...]. Em fim, desapareceo da face da terra, uma senhora completa, modelo das esposas que fazia a felicidade de seo dedicado esposo, cujo coração, cercado de lastimosos suspiros e acerba dor, em profunda meditação recorda-se d’aquella que a mão cruel da inexorável parca arrebatou d’entre nós para sempre (Correio da Victoria, 22 de dezembro de 1869).

Nela observa-se a associação dos bons feitos de D. Maria aos seus predicados de “esposa exemplar”, assim como exemplar também o era seu marido, descrito por “dedicado esposo”. A intenção de mostrar a família como modelo a ser seguido pode ser apreendida no seguinte

²³ Um aspecto importante sobre a relação de Rezendo com o jornal “Correio da Victoria” pode ser encontrado no estudo de Terezinha Tristão Bichara (1984). A autora afirma que o periódico, responsável pela publicação dos atos, ordens, ofícios, leis e correspondências do Governo, passou por um período complicado, no qual seu editor, Pedro Antônio de Azeredo, precisou travar uma longa batalha com o legislativo e o executivo para receber o pagamento pelos serviços prestados. Em 1850 o responsável pelo jornal enviou um ofício à Assembleia por ter sido insuficiente a dotação estipulada no orçamento para as publicações. O deputado Dionyzio Álvaro Rezendo apoiou a solicitação do jornal e inseriu no orçamento de 1851 a verba para efetuar o pagamento.

trecho: “[...] sempre amável, sempre affavel, sempre a mesma senhora, que por suas virtudes, por suas maneiras, era o ídolo do esposo que estremecidamente a amava [...]” (Correio da Vitória, 22 de dezembro de 1869). Em outro momento o jornal reforça as suas boas características: “[...] boa filha, melhor amiga, inimitável esposa do até pouco tão feliz e ora tão desolado esposo” (Correio da Victoria, 22 de dezembro de 1869). Mais uma vez, no mesmo texto, o periódico aborda as qualidades da finada:

[...] aquella creatura, tão cheia de virtudes, de dotes physicos e moraes, que durante sua vida, que pareceu um sonho, fez as delicias da família, foi a alma do esposo estremecido, o iman, permitta-se-nos dizer, que a todos atraia, que a todos captivara, que a todos sabia aconselhar e convencer, demovendo muitas vezes de treslocados propósitos das verdadeiras normas de discrição e de prudência (Correio da Victoria, 22 de dezembro de 1869).

É possível supor que esta, como qualquer outra relação familiar, dificilmente poderia ser tão perfeita, formada por uma esposa dedicada e cheia de virtudes e um marido estremecido de amor. Tem-se, portanto, mais um exemplo do esforço do jornal de mostrar sua visão quanto a modelos a seres seguidos, modelos estes oferecidos pelos políticos locais e suas esposas. A condição de pessoa especial e importante para a sociedade, cuja morte provocou abalos profundos, pode ser observada no trecho:

A morte traz, de ordinário, com as victimas que faz, perdas irreparáveis, prejuízos incalculáveis, muita vez o descalabro e a miséria para o seio da família! Mas, todos os males que della provem, nem sempre são os mesmos; muitos delles são de tal alcance, são tão nocivos e geraes em seus effeitos que abalam uma parte da sociedade (Correio da Victoria, 22 de dezembro de 1869).

De acordo com o redator a função de Maria da Conceição Rezendo no mundo “[...] foi a de fazer o bem [...]” (Correio da Victoria, 22 de dezembro de 1869) e sobre o túmulo da finada não iriam ser oferecidas “[...] podres flores de adulação nojenta [...]” (Correio da Victoria, 22 de dezembro de 1869)”, mas sim reais sentimentos. Para ele a finada era digna de homenagem e o seu caráter a credenciava a ocupar um lugar no céu: “[...] e hoje transportada a mansão dos justos, elevada a sublime e ditosa morada que Deus reserva aos que souberam na terra cumprir a risca a sua Lei. Por nós falla o coração, e só elle” (Correio da Victoria, 22 de dezembro de 1869). Céu este reservado aos que se destacam pelas boas obras praticadas: os políticos e suas famílias. Além do texto citado, presente na seção “Comunicado”, D.Maria foi

tema de outra publicação fortemente sentimental no mesmo periódico, na qual se diz:

O túmulo é a idéia fria e descarnada da realidade, é a ironia sarcástica e medonha. É tudo quanto é grande é tudo quanto é bello, e tudo quanto é sorrir. O túmulo é a pedra sinistra que se abre sobre o mundo para nos dizer a toda hora, a cada momento que os bellos raios de intelligencia, que as virtudes de uma espoza, ahi vão sumir-se, que o coração queimado da febre do enthusiasmo, e o mais puro amor ahi vão mirrar-se! E que finalmente os planos mais gigantescos ahi vão quebrar-se (Correio da Victoria, 29 de dezembro de 1869).

O jornal argumenta que a intenção é traçar um esboço sobre a vida da “illustre finada”, muito merecedora de homenagens. Assim como Bermude foi descrito “pai” dos pobres de Vitória, Maria da Conceição Rezendo foi considerada de forma semelhante: “Era uma senhora de muitas virtudes e em quem os pobres e os orphãos, com bom fundamento, depositavão a maior confiança, porque e’la era a maior protetora dos desvallidos” (Correio da Vitória, 25 de dezembro de 1869). Novamente o jornal associa os políticos locais a protetores da população e preocupados com o próximo, de maneira tão intensa, a ponto de serem compreendidos “pais” e “mães”. Nesse segundo texto o jornal reforça o amor incondicional do marido pela esposa e as inúmeras virtudes da mulher. A sua condição exemplar é citada:

[...] Em fim, desapareceo da face da terra, uma senhora completa, modelo das esposas que fazia a felicidade de seo dedicado esposo, cujo coração, cercado de lastimosos suspiros e acerva dor, em profunda meditação recorda-se d’aquella que a mão cruel da inexorável parca arrebatou d’entre nós para sempre! (Correio da Victoria, 25 de dezembro de 1857)

Apesar de o redator ter afirmado o intuito de abordar a vida de Maria, nada é escrito sobre ela que não esteja relacionado às suas qualidades de esposa e mãe. Ao seu marido, por sua vez, é direcionado um discurso elogioso:

Mas ah! O Excelentíssimo senhor coronel Dionyzio A. Rezendo, que sempre tem sabido sufocar as paixões, que tem o dom de não alterar-se com os vai-vens da sorte e que sabe conter-se quando ella sorri, se possuirá de uma resignação cristã, filha da sua boa alma, para resistir a esta trágica ventura; devendo portanto receber com inteira submissão o golpe com que o Grande Deus foi servido ferir-lhe; pos elle dará a força necessária para cicatrizar ferida tão profunda (Correio da Victoria, 25 de dezembro de 1857).

Quanto a Dionyzio A. Rezendo, semelhante aos outros homens citados, destaca-se a proximidade religiosa e o respeito às designações de Deus. Nos dois textos sobre a morte de Maria da Conceição Rezendo tiveram-se indícios sobre o poder exercido por sua família na política local. Considera-se, portanto, a escrita da sua morte como um espaço para reforçar esse poder, pois ela é representada cheia de virtudes e repleta de cuidados aos demais. Nas matérias foram ressaltadas a religiosidade e zelo extremado pela família e a grandiosidade do seu marido diante da adversidade. Apesar de “estremecido de amor” e imerso em indescritível sofrimento ele soube aceitar as decisões divinas e portou-se exemplarmente.

Na abordagem da morte de D. Maria Emillia de Mello Muniz vêm-se características semelhantes. D. Maria Emillia era esposa de Manoel Feliciano Muniz Freire, um dos fundadores e redatores do jornal e expoente destacado do partido liberal na Província. Ao noticiar a morte o jornal afirma: “Terrível dia! Dia formidável, sem dúvida, no qual Maria, pelo som de uma trombeta fatal se viu obrigada a comparecer no Tribunal do Supremo Juiz, para nelle receber a irrevogável sentença de sua eternidade” (Jornal da Victoria, 29 de outubro de 1874). Para descrever as sensações provocadas o periódico utilizada uma linguagem subjetiva, conforme segue: [...] dia de ira e de amarguras, dia de indignação e de furor, dia de terror e de vingança, dia de escuridade e de trevas, dia de confusão” (Jornal da Victoria, 29 de outubro de 1864). Na notícia demonstra-se forte angústia:

Maria Emillia de Mello Muniz Freire, morrêo! Esta é a terrível realidade! Seu corpo baixou para sempre ao abysmo do sepulcro, mas sua alma elevou-se à morada dos anjos, a gozar do premio pelas suas virtudes na terra. Ella obedeceu aos decretos de seu creador: portanto, charo Moniz, não lamentos, não chores! Maria Emillia, vossa esposa, está intacta, e sua alma vive unida a Deos (Jornal da Victoria, 29 de outubro de 1864).

Sobre Maria Emilia ressaltam-se as suas qualidades de “mãe carinhosa”, “esposa virtuosa” e “amiga sincera”, atributos estes que a credenciam a receber um adeus pleno de saudades. Para Florencia Balbina de Amorim também foram rendidas homenagens. Além da notícia de sua morte, ocorrida em Linhares, o jornal “Correio da Victoria” traz na íntegra o discurso proferido pelo amigo da família Rafael Pereira de Carvalho durante os rituais fúnebres. Na notícia sabe-se que Florencia era viúva do tenente João Filippe de Almeida Calmon, um dos primeiros moradores da vila de Linhares, responsável pelo início da ocupação local. Em 1809

o Governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar cedeu a posse a João Filippe da Fazenda Bom Jardim, na qual se dedicou ao cultivo de trigo e do linho, construiu barcas e exportou farinha e açúcar.

Na notícia sobre a morte é relatado o pesar da comunidade linharensense ao receber a notícia do falecimento de Florência. O óbito, seguindo o jornal, encheu de saudades e sentimentos seus filhos, netos e parentes. Segundo a matéria toda a população da vila sentiu-se abalada, pois durante anos foram acostumados a encará-la e reconhecê-la “mãe comum”. É interessante notar este aspecto, uma vez que o seu marido, pelas informações do próprio jornal, começou a pedido do presidente da Província o povoamento da região. Compreendê-la “mãe” de toda a comunidade, recurso observado em outros textos, é um indício do poder e influência do seu marido entre os moradores de Linhares.

De acordo com o periódico o esposo de Florência havia falecido antes dela e devido à enorme estima e consideração que o mesmo gozava e também aos serviços prestados ao país foi concedida, pelo Governo Geral, uma pensão com a qual sua numerosa família viveu por 38 anos. Sobre a tristeza provocada pelo falecimento discorre o periódico: “Agora porem sua alma descansa na paz do Senhor, e a nós nos resta derramar sobre o lugar do seu eterno repouso uma lágrima de amor, saudade e gratidão. A terra lhe seja leve” (Correio da Victoria, 09 de maio de 1857). O texto é assinado por José Maria Nogueira da Gama, primeiro promotor da vila de Linhares. No discurso proferido pelo amigo da falecida tem-se um texto repleto de sentimentalidade, conforme segue:

Senhores! – O lúgubre espectáculo, que se desenrola diante de nossos olhos, é mais um desengano, que recebemos do nada de que fomos feitos, e do nada a que nos tornamos. Sim, Srs, quando vemos que a foice destruidora da humanidade, não respeita poder, sabedoria, nem riqueza, que os grandes da terra, assim como mais pequenos della, que as altas intelligencias, de envolta com a ignorância, que os ricos, da mesma maneira que os pobres, todos, enfim, são tratados com perfeita igualdade; todos estão condenados a pagarem o mesmo tributo [...] (Correio da Victoria, 09 de maio de 1857).

Tem-se, portanto, seguindo o texto, a falta de respeito da morte, pois ela não se compadece de ninguém, todos irão morrer, mesmo se tiverem destaque e poder na comunidade local. Ela iguala os seres com a sua ação, porém são marcantes as diferenças nas homenagens e

demonstrações de sentimentos. Assim afirma o redator:

E se assim não fosse, se alguém pudesse haver privilegiado, superior à lei geral, que marcou os três períodos da carreira da humanidade – nascer, viver e morrer; quem melhores motivos tinha para se fazer exceção da regra, do que a Exm. Sr. D. Florencia Balbina do Amorim (Correio da Victoria, 09 de maio de 1857).

Para o amigo da falecida, Florência era especial, um ser humano incomum, que deveria ter tido outro fim e só não o teve, pois a morte atinge a todos igualmente e não distingue os mais importantes. De acordo com o texto, dentre as “sublimes funções” às quais estão destinadas as mulheres, ninguém as exerceu tão bem quanto a finada:

[...] qual dellas a melhor as compreendeu; qual dellas melhor as desempenhou na longa carreira, que percorreu na sua peregrinação por estes vales de lágrimas? Todos nós senhores, certamente, me respondereis que, por sem dúvida, nem-uma se excedeu a Exm. Sra. D. Florencia Balbina de Amorim (Correio da Victoria, 09 de maio de 1857).

A grande perfeição da morta é destacada no jornal. O mesmo sugere que ela possui qualidades superiores às demais esposas da comunidade. A representação da mulher exemplar para seus esposos e filhos é reforçada:

Mãe de numerosa família, tendo padecido o golpe profundo de perder seu extremoso esposo, ella lhe sobreviveu, ainda muitos annos, para servir a seus queridos filhos, como serve a arvore secular, que cobre com sua sombra os brotos, que do tronco lhe rebentão; ella sobreviveo, ainda, por muitos annos, à seu extremoso esposo, para edificar seus queridos filhos em pratica das virtudes, que lhe fizerão merecer de Deus uma existência, a que ordinariamente poucos o tingem (Correio da Vitoria, 09 de maio de 1857).

O amigo finaliza o discurso refletindo a inevitabilidade da morte:

Mas como tudo se finda como nada existe que seja perdoável, chegou o momento fatal em que o último grão de areia passa na ampulheta da vida²⁴ da Exm. Sra. D.

²⁴ A metáfora utilizada nesse trecho, da morte como “último grão de areia na ampulheta da via”, repete-se em outros textos e foi escolhida para título da dissertação. Vislumbrou-se nessa representação uma forma sensível de compreender o óbito. A expressão traz a idéia do falecimento como um fim, o último grão de existências que, apesar de influentes e relevantes para toda a sociedade, são perenes, igual a todos os demais seres. Resta apenas

Florencia Balbina de Amorim e ella as 2 ½ horas da tarde do dia de hontem (26 de abril de 1857) deo a Deos o que era de Deos, e vae dar à terra o que é da terra: sim, sua alma voou a manção dos justos, onde nós o devemos crer, há de receber a merecida reompensa de suas boas acções; e seu corpo vae ser escondido, para sempre, de nossas vistas, na terra de que foi creado e em que se há de tornar: seja-lhe, pois a terra leve. Amém (Correio da Victoria, 09 de maio de 1857).

A análise dos materiais sobre a morte de mulheres mostrou que todos os textos desenvolvidos em linguagem poética e metafórica eram relacionados às esposas dos chefes políticos da Província. Nas notícias, apesar de citada a grandiosidade da história de vida delas, nada se pode apreender quanto as suas existências além da perfeição das mesmas nos lares. As principais qualidades femininas, de acordo com os jornais, eram serem exemplares nas rotinas domésticas e excelentes esposas de políticos “estremecidos de amor”. A elas são destinados os papéis de mães, filhas e esposas. Com isso, surgem as representações da “verdadeira mulher”, aquela que vive em função da família e a ela dedica sua atenção e tempo, e do “verdadeiro homem”, conforme exposto anteriormente, aquele que zela pela pátria, família e religião.

As qualidades da mulher estavam ligadas principalmente ao parentesco com os homens de destaque na comunidade local; quando não se falava de seu papel de mãe, destacava-se o de esposa, utilizando adjetivos tais quais “digna”, “virtuosa” ou “extremosa”. Pouco, ou praticamente nada - o que era mais comum - falava-se sobre as suas vidas. Não se sabe se estudavam, se realizavam alguma atividade ou quais eram os seus principais anseios. A principal questão ressaltada era o quanto exerciam bem a função de educar e conviver com cidadãos respeitáveis.

3.8 OS FALECIDOS SEM HISTÓRIA

Para os homens e mulheres sem cargos ou posses considerados importantes cabia uma pequena nota informando o falecimento, sem detalhes, exaltações ou linguagem poética. Conforme se lê:

No dia 27 do mês passado pelas 10 horas da manhã, lançou-se ao mar um preto, que foi escravo de João Alvez Machado, de Benevente, e que pertencia agora a outro senhor de Itapemirim. De uma pedra, à praia de Iriry, em frente mesmo à casa do primeiro senhor, lançou-se o ditto escravo cujo cadáver não appareceu (Correio da

aos que ficam esforçarem-se para manter a lembrança dos bons feitos empreendidos de forma que a descida do último grão possa ser, talvez, um pouco mais lenta.

Victoria, 11 de maior de 1859).

Segue outro exemplo: “Fallecimento: No dia 8 deste mez falleceu o sr. Manoel Cardoso da Silva, porteiro da secretaria de polícia, com idade maior de 60 annos. Era um homem inoffensivo (O Espírito-Santense, 16 de agosto de 1871)”. Essas mesmas características podem ser observadas na nota: “Fallecimento: Em oito deste mez, as quatro para as cinco horas da tarde, deu alma ao creador, na Villa de Guarapary, o Sr. Manoel de Salles Neves, um dos bons cidadãos daquele município. Vivia da lavoura e auxiliava muito a seus vizinhos com conselhos e serviços” (O Espírito-Santense, 19 de outubro de 1870). Pode-se destacar ainda o seguinte texto: “Fallecimento: Deu alma ao creador na madrugada de 23 deste mez o sr. Veríssimo Manoel de Aguiar, professor aposentado da 1ª letra desta cidade” (O Espírito-Santense, 19 de outubro de 1870).

No “O Espírito-Santense” havia a seção “Obituário”, espaço no qual eram listadas as mortes ocorridas na cidade no decorrer da semana. Na mesma tinha-se o nome do falecido ou falecida, a idade, estado civil e, em alguns casos, a filiação. A lista era dividida entre livres e escravos, sendo esse, o único local nos três jornais no qual se informava cotidianamente a morte de escravos, embora em pouquíssimas palavras. À grande parte dos indivíduos era dedicada apenas uma pequena nota portando a informação sobre o falecimento, sem poesias ou homenagens. Os mortos aparecem no jornal, em sua maioria, nas notas publicadas pela família e no convite para a presença nos funerais e missas. Sobre quem eram, o que faziam, suas qualidades e defeitos nada é dito ou exaltado. Apenas noticia-se o falecimento, a pedido da família, e os agradecimentos da mesma pelo apoio no momento da perda. Com isso, percebe-se a relação entre o prestígio social dos mortos e a linguagem e emoção empregadas para relatar o passamento. As notícias se diferenciavam de acordo com o poder político e social do morto.

Na obra “O que é a morte?”, de José Luiz de Souza Maranhão (1985), fala-se sobre as diferenças no modo de expressar os sentimentos diante da finitude da vida nos conteúdos veiculados pelos meios de Comunicação Social, tais quais jornais, revistas e a televisão. Para o autor, esses veículos se apoderam de certas mortes e transformam os falecidos em símbolos, pessoas fora do comum por suas virtudes e realizações. Sobre o assunto discorre:

[...] os grandes mortos transformam-se em imaculados santos e impolutos heróis

representando para o povo modelo irretocável de boa conduta. Menos do que homenagear ou aceitar as idéias dos mortos é uma forma de opressão dos vivos: esses grandes mortos “dizem” aos mortais comuns que a história só pode ser feita por gente excepcional (Maranhão, 1985, p. 38).

Vovelle (1996) afirma não haver nada mais diferenciador do que a morte. Isso porque, as representações da finitude humana, assim como as ideias relacionadas a ela, são necessariamente de origem social. Ziegler (1977) também se preocupa em mostrar as atitudes diante do falecimento como um fenômeno social influenciado por diversos fatores; para ele, apesar de ser natural a morte acontece em situações sociais específicas, que lhe dão características próprias. E por ser um fenômeno social a morte sofre profunda influência do momento histórico e político no qual acontece. Portanto, seguindo Chartier, as representações e discursos sobre a morte precisam ser investigados: “[...] como estando colocadas em um campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder” (Chartier, 1988, p. 17), pois assim como na vida econômica e política de uma sociedade, os espaços das práticas culturais e costumes possibilitam a determinação de concepções do mundo social, valores e atitudes.

Para Chartier (1988) as lutas de representação possuem a sua relevância na análise das formas pelas quais um grupo impõe ou tenta impor, maneiras de agir e pensar. Sendo assim, tem-se a importância de refletir a participação dos grupos políticos locais na elaboração dos discursos presentes nos periódicos. Esses indivíduos tinham o objetivo de mostrar as suas qualidades de maneira exaltada e em maior espaço. Os jornais, por meio de ações cotidianas, contribuía para a valorização dos cidadãos atuantes na política da Província, fortalecendo o poder dos mesmos e as suas concepções. Os textos utilizados, conforme se observou, são parecidos em sua estrutura, mostrando a reafirmação constante de uma ideia: a família, a pátria e a religião devem ser respeitadas, itens considerados a base da ordem social. Essa atitude de respeito era seguida pelos “grandes homens” citados pelos periódicos e devia servir de exemplo para a conduta dos demais componentes da sociedade.

3.9 OS AMIGOS E A AUSÊNCIA DA MORTE NO TERRENO DA SAUDADE

Um aspecto que se notou repetir em diversas das matérias é a caracterização da lealdade dos mortos aos amigos. A questão da amizade é instigante para pensar o discurso sobre a morte

nos jornais. As notícias ressaltavam constantemente o quanto o falecido tinha amigos e era considerado especial por eles. Além disso, fala-se que o morto não fazia distinção, ou seja, era amigo de ricos e pobres, grandes e pequenos. Dizia-se ainda da nobreza de caráter, pois em vida eles se ligavam mais aos aspectos afetivos do que aos materiais. Em alguns materiais chega-se a reproduzir na íntegra os discursos proferidos pelos amigos na ocasião do sepultamento, como os já citados discursos ocorridos nos enterros de Florência Balbina de Amorim, publicado no “Correio da Victoria” e de Cândido Maria da Silveira, presente no “Jornal da Victoria”.

Na notícia da morte de D. Maria Pinto da Conceição Rezendo, por exemplo, abordam-se as suas relações de amizade: “[...] o tipo de amizade, da dedicação, da charidade, de que dão solemne testemunho o sem número de pessoas que ella honrava com sua amizade [...]” (Correio da Vitória, 22 de dezembro de 1869). Na mesma notícia a importância da amizade é evocada para o consolo do sofrido marido: “[...] Ao inconsolável esposo hoje resta, confiando na solicitude dos amigos numerosos que se honram de o ser, com elles repartir suas mágoas, desabafar seu coração confrangido e acabrunhado por tão pungente dor [...]” (Correio da Victoria, 22 de dezembro de 1869).

Para falar da morte do capitão Manoel José da Solidade, também se recorre à amizade: “[...] Como amigo e pae de família ninguém o excedeu” (Correio da Victoria, 28 de maio de 1859). A imagem do amigo verdadeiro é exposta na poesia em homenagem ao falecimento de Joaquim Silva Caldas: “[...] Que amigo verdadeiro e sem lisonja. Sabia aos seus doar com terno afago. Com sympathicas palavras, que fazião. Do coração electrizar o amargo” (Correio da Victoria, 02 de dezembro de 1857).

Francisco Ortega, em “Para uma política da Amizade”, faz uma reflexão sobre a amizade enquanto “exercício do político”. Para ele a amizade²⁵ pode se constituir em uma forma de re-criar e re-inventar o político, possibilitando a experimentação de novas formas de sociabilidade e oferecendo modos alternativos de relacionamentos (Ortega, 2000). Segundo Ortega (2000) inserir a amizade no campo de análise é um desafio às formas tradicionais de pensar o político.

²⁵ Segundo o autor a preocupação em estudar a amizade é recente na sociologia e na filosofia e remonta à década de 1970. Os textos anteriores sobre o tema eram voltados ao nível ensaístico do elogio e do culto.

Dentre as discussões empreendidas pelo autor quanto à estreita relação entre a amizade e a política está o que ele denomina de “retórica do epitáfio”. Para ele o discurso do epitáfio representa a possibilidade e compromisso de amar o amigo além da vida e da morte. O autor vê na amizade a possibilidade de cada um ver-se a si próprio exemplar, por ser o amigo, muitas vezes, compreendido como cópia e imagem de nós mesmos. Em suas palavras: “[...] A amizade torna-se o luto político pelo amigo irmão. Não há lembrança sem luto” (Ortega, 2000, p. 69).

Essa esperança da amizade para além da morte pode ser notada no trecho escrito pelo amigo de Ignacio Rodrigues Bermude na ocasião de sua morte: “Perdemos um amigo, de quem sempre recebemos as maiores atenções. Mas no banquete celeste o esperamos ver em breve, porque a candeia de nossas vidas caminha também a passos largos para apagar-se” (Correio da Victoria, 11 de novembro de 1857). Ortega (2000) argumenta que nos discursos do epitáfio o amigo não tem existência própria, somente existe em nós e entre nós. Assim afirma: “[...] O luto reduz o outro, o amigo morto, ao mesmo, sendo interiorizado e transformado em um segundo eu, um eu ampliado, alter ego, um exempla (ao mesmo tempo o original e a cópia multiplicável)” (Ortega, 2000, p. 70). Para o autor é bem possível não existir amizade sem luto, pois o conhecimento antecipada da finitude já o determina de antemão. Os epitáfios evocados no discurso da amizade constituem e fortalecem a identidade dos sobreviventes. Servem, portanto, mais para reforçar o poder dos vivos e mostrar o quanto quem presta o reconhecimento é especial do que para manifestar sinceros sentimentos aos mortos.

Além das relações de amizade, outra forma de manifestação de respeito e admiração chama a atenção nos materiais: a valorização da saudade, conforme se observa na nota sobre a morte do coronel Joaquim Silva Caldas: “[...] não podemos conter nossas lágrimas, verdadeiros testemunhos de nossa mágoa, e de nossa saudade, não podemos ocultar as demonstrações de nossos íntimos sentimentos” (Correio da Victoria, 17 de maio de 1864). Nos textos a saudade é um sentimento de significativa importância e constantemente associado à morte. Fala-se nas notícias o quanto a saudade é dolorosa para os que perdem alguém querido e ressalta-se a eternidade desse sentimento para os que ficam. Na poesia em homenagem a uma falecida, chamada Maria Rosa do Amor Divino Freire, percebe-se a relevância desse sentimento:

Não há Maria, maior dor no mundo. Do que seja a saudade! É dor que não tem fim...
é mal sem cura na flor da mocidade! Filha do amor – é mãe da desventura. Do

pranto e da tristeza! Torna feio o que é bello e o bom, horrível... Transforma a natureza! É mais do que dor... É um suplício infundo peor que a própria morte. Que não finda de uma vez a nossa vida! Dá-lhe somente um corte. Sim Maria, não há maior tormenta na flor da mocidade. O próprio céu... Seria um reino triste. Se houvesse lá saudade (O Espírito-Santense, 30 de março de 1873).

Na abordagem sobre a morte de D. Maria Pinto da Conceição Rezendo há outro exemplo no qual a saudade é citada:

Não: o pezar, a saudade, que tão expressivos se desenhavam no semblante descahido e sulcado de lagrimas de tantos que, parece, ainda hoje duvidam da realidade de tão funesto acontecimento, são a prova mais convincente e significativa das brilhantes qualidades que adornavam aquela alma [...] (Correio da Victoria, 29 de dezembro de 1869).

Pode-se ver esse aspecto também no trecho referente à morte de Alexandre Maximo da Costa Vidigal: “Mas que?! A alma não morre: - a Providência vela; a nossa vida é um contínuo sofrer... Alexandre dorme. Alexandre repousa, não façamos mais ruídos, o seo sono é o dos anjos... Enxugemos o pranto... desfolhemos apenas saudades no seu sepulchro” (Correio da Victoria, 7 de abril de 1858). Na notícia sobre Eugene Biconts há outro exemplo: “[...] deixando em amargo pranto sua esposa e cheio de pungentes saudades os seus numerosos amigos” (O Espírito-Santense, 10 de março de 1871). No texto de “O Espírito-Santense” relaciona-se a visita as sepulturas a manifestações de saudade: “[...] Outrosim, declara, que desde as 4 horas da tarde, até as 8 da noite, estarão abertas as portas de seu cemitério para aquellas pessoas que quizerem visitar os túmulos de seus parentes e amigos, e sobre elles depositarem demonstrações de saudade” (O Espírito-Santense, 1º de novembro de 1873).

A ideia de óbito predominante nos periódicos é a de uma transformação, na qual a morte física não provoca o desaparecimento do indivíduo na consciência dos vivos. Para Ziegler: “O absurdo da finitude humana reside em parte no fato de que a morte física não basta para realizar a morte nas consciências. A lembrança daquele que morreu recentemente continua sendo uma forma de sua presença no mundo” (Ziegler, 1996, p. 29). Seguindo o autor, a consciência não deixa de atribuir, pelo menos durante um período, alguma existência ao falecido.

A morte definitiva, desta forma, não é determinada pela morte natural mais do que pela social. Em suas palavras: “[...] o defunto conserva ainda, por algum tempo, determinados poderes e direitos, mais ou menos duradouros, segundo as diferentes culturas” (Ziegler, 1996, p. 29). Exemplo disso encontra-se na notícia sobre Francisco Rodrigues Pereira na qual se afirma: “[...] não existindo hoje delle senão a recordação e a lapide fria que lhe cobre o corpo, o pó, o nada! [...]” (O Espírito-Santense, 31 de julho de 1873). Assim, apesar dele não estar mais vivo, a recordação ainda se mantém e enquanto ela existir, mesmo que seu corpo seja apenas pó, ainda é possível falar sobre ele, seus feitos e ações, preservando sua memória e divulgando a sua exemplaridade.

Segundo o historiador e filósofo Eduardo Lourenço, em “Mitologia da Saudade”, a saudade, a nostalgia e a melancolia são modalidades e modulações da relação humana com o tempo. Para o autor, por si mesma, a saudade não tem história, mas a têm as suas formas de manifestação, tais quais as observados nos periódicos. A saudade traz em sua formação tanto a nostalgia, definida como algo que se fixa num passado determinado, num lugar, num momento, objeto de desejo fora do alcance, mas ainda real ou imaginariamente recuperável quanto a melancolia, que para ele visa o passado como definitivamente passado e trata-se da primeira e mais aguda expressão da temporalidade. Segundo Lourenço (1999) a saudade participa de uma e de outra e se configura em um enigma para aqueles que a experimentam, sendo um misterioso e precioso sentimento.

Dentre as reflexões do autor considera-se importante a análise da relevância da saudade para a permanência de certa vida após o falecimento, possível pelos sentimentos e lembranças dos vivos. Segundo afirma: “Ninguém morre no país da Saudade. Como nos sonhos” (Lourenço, 1999, p. 15). Para Lourenço por meio da saudade é possível, não apenas recuperar o passado, mas inventá-lo. Em suas palavras: “Sob outros nomes ou sem nomes, a saudade é universal, não apenas como desejo de eternidade, mas como sensação e sentimentos vividos de eternidade” (Lourenço, 1999, p. 15). Tem-se, portanto, que o campo da memória possibilita a imortalização do sujeito; isso se torna possível por meio das homenagens póstumas e dos sentimentos direcionados a ele. Segundo o autor voltar-se ao passado, lembrar-se, não é nunca um ato neutro, assim diz: “[...] Os ‘regressos’ específicos da melancolia, da nostalgia, da saudade são de outra ordem: conferem um sentido ao passado que por meio delas convocamos” (Lourenço, 1999, p. 13).

Sendo assim, a saudade é a portadora da continuidade do morto nos pensamentos e sentimentos dos vivos. Porém, nos periódicos analisados, observou-se a questão posta pelo autor da não neutralidade da lembrança. De modo geral apenas alguns indivíduos tiveram seus feitos recordados e exaltados. A saudade é direcionada a poucos cidadãos. Com isso, percebe-se a associação da saudade à imortalidade das ações, pois o morto permanece no pensamento dos que o conheciam, no afeto dessas pessoas e continuará vivo enquanto sentirem saudades dele. Porém, não é qualquer indivíduo, seguindo os jornais, merecedor desse sentimento, apenas os realmente dignos dele.

O antropólogo Roberto da Matta (1987), ao empreender uma análise sobre a morte na sociedade brasileira, aborda a intensidade das recordações e a relevância da saudade. Para ele, quanto maior a saudade, mais intensa se torna a memória do morto ou do lugar. Segundo o autor, por meio da saudade as pessoas desaparecem, mas as relações ficam. Sobre ela discorre:

Essa temporalidade encantada que nos contamina e, quem sabe, constitui – apesar de tudo – uma das nossas mais fortes razões de viver. Não porque seja a mais adequada ou a mais perfeita, mas simplesmente porque é o nosso modo de ler a perda, a velhice e a nossa inexorável passagem pelo tempo. Essa maravilhosa saudade que permite (re) ligar este mundo com o outro e o passado com o presente (Da Matta, 1993, p. 34).

A saudade e a amizade mostraram-se, portanto, apesar da subjetividade que as cercam, elementos essenciais na idealização das personalidades presentes na escrita dos jornais. As “glórias” dos mortos eram intensificadas se eles possuíam muitos amigos ou se por eles eram manifestadas intensas saudades. Observou-se a parcialidade das demonstrações dos sentimentos, pois os mesmos eram expressados mais fortemente de acordo com o prestígio do falecido na comunidade.

3.10 AS REPRESENTAÇÕES DA MORTE NOS PERIÓDICOS

O falecimento em si é mostrado de maneira subjetiva nos jornais. Os materiais utilizam uma linguagem figurada e poética para representar o modo de sentir e compreender a morte. Na construção dessas representações são usadas matrizes discursivas que se confundem nos textos, ou seja, não se tem um discurso constante ou uma linha de ideias bem definidas. Em algumas notícias, a morte é exaltada, vista positivamente e promotora do encontro da alma

com Deus. Em outro momento, briga-se com ela, não se entende o seu poder destruidor e a sua maldade ao terminar uma vida inocente. A finitude é representada como um personagem, algo real, que usufrui de seus poderes para provocar a tristeza humana.

Pode-se dizer que as noções sobre a morte não surgem do nada, elas sofrem influências das tradições discursivas. Para se chegar ao discurso é necessário passar por duas etapas anteriores: a morte sofrida, ou seja, o fato concreto da morte e a morte vivida, os gestos, rituais e sentimentos que acompanham a morte sofrida, trata-se da sensibilidade presente desde o momento de agonia até o falecimento (Vovelle, 1996). Nota-se nos jornais a certeza da ascensão dos homens e mulheres aos céus, porém o óbito não é aceito com resignação. O discurso realizado por Odorico José Mululo, no sepultamento do cadáver de Candido Maria da Silveira, realizado no Convento de São Francisco possui uma subjetividade marcante e o sofrimento mostra-se presente:

Meu Deus, o que é a morte? Um phantasma companheiro inseparável do soldado e do nauta que não só voa com as azas dos vendavaes, por entre as nuvens das bombardas como também perpassa serena e medonha nos paços e choupanas sempre destruindo, sempre deixando um rastro de crepe, o roído do pranto e entoando hynos da viuvez e da orphandade (Jornal da Victoria, 15 de fevereiro de 1868)

No texto a morte é questionada, vista como um personagem com fortes poderes e que não se furta a atitudes intempestivas e provocadora de dores, ela é chamada de “anjo mau” e “vendaval da desgraça”. Porém, mesmo diante da revolta pela brutalidade, mostra-se a existência da fé, pois a alma pura e brilhante do morto permitirá a ida ao encontro de Deus, restando aos amigos conviverem repletos de saudades, recordações e lembranças. Nesse trecho, portanto, há um aspecto interessante que se sobressai. Apesar de toda a religiosidade envolvida e a crença na destinação humana ao céu; as dúvidas se mostram presentes. Sendo assim, a angústia pode ser maior do que a paz oferecida pelo paraíso e o discurso torna-se ambíguo, pois apesar da fé na vida eterna se tem raiva pela ação destruidora da morte.

Nos demais textos dos jornais essas contradições de sentimentos estão presentes, exemplo disso é que a morte é chamada de: “[...] última areia na ampulheta da vida “[...]” (Correio da Victoria, 09 de maio de 1857); “[...] mão cruel da inexorável parca [...]”²⁶ (Correio da

²⁶ As Parcas eram consideradas divindades do destino na mitologia romana. Elas eram três irmãs fiandeiras, chamadas Nona, Décima e Morta, responsáveis por fiar (nascimento), dobrar (desenrolar da vida) e cortar

Victoria, 25 de dezembro de 1869); “[...]fantasma companheiro inseparável do soldado[...]

(Jornal da Victoria, 15 de fevereiro de 1868); “[...] cruel alfanje²⁷ [...]” (Correio da Victoria, 05 de dezembro de 1857), “[...] implacável esponja [...]” (Correio da Victoria, 28 de setembro de 1867) e “[...] dia de confusão [...]” (Jornal da Victoria, 29 de outubro de 1864).

Nas mesmas notícias citadas, há os contrapontos nos quais se demonstram a certeza da ascensão aos céus dessas pessoas, conforme segue respectivamente: “[...] deo a Deos o que era de Deos [...]” (Correio da Victoria, 09 de maio de 1857); “[...] destinou-lhe o ceo o lugar mais sublime [...]” (Correio da Victoria, 25 de dezembro de 1869); “[...] sua alma pura e brilhante existe no seio de Deus [...]” (Jornal da Victoria, 15 de fevereiro de 1868); “[...] lhe assegure na manção celeste um eterno, e glorioso descanso.” (Correio da Victoria, 05 de dezembro de 1857); “[...] Deos, arbrito supremo dos destinos humanos, foi servido chamar para sua gloria a sua alma!” (Correio da Victoria, 28 de setembro de 1867) e “[...] sua alma vive unida a Deus” (Jornal da Victoria, 29 de outubro de 1864).

É notória a importância da doutrina católica na construção das representações elaboradas pelos editores e colaboradores dos periódicos sobre o que é a morte e os acontecimentos após os falecimentos, destaque este já abordado no trabalho. Porém, a revolta e as dúvidas persistem. A morte era – e talvez sempre será – um mistério, tinha-se apenas a convicção de não ser ela o fim. A perenidade da vida mostra-se surpreendente aos homens e mulheres e uma grande angústia para quem escrevia sobre ela. O falecimento, deste modo, reunia contradições: a segurança de uma nova vida, mas a dúvida se isso realmente acontece; a alegria de saber da subida do falecido ao paraíso celeste e a tristeza pela sua ausência.

(morte) o fio da vida humana. Com isso, tramavam o destino dos mortais, sendo as senhoras da vida e da morte (Kurry, 1992).

²⁷ Segundo verbete do dicionário Luft “alfanje” é uma espada curta e larga. A associação da morte a uma foice é feita devido à comparação do ciclo da vida aos ciclos agrícolas. Assim como a morte atinge a todos a foice também corta as ervas boas e más.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se no período analisado que a morte não era interdita e o moribundo não falecia na solidão. A comunidade participava e apoiava a família enlutada nos momentos anteriores e após o óbito. Os rituais eram solenes e envolvidos nos sons dos sinos e nas lágrimas. A finitude estava inserida no cotidiano e destacava-se como um espaço de sociabilidade dentre os moradores de Vitória. Na pesquisa observaram-se mudanças sutis no dia-a-dia da morte, pois o Estado amplia o seu poder sobre a finitude por meio da transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios e da regulação da higiene. Os funerais, portanto, mantinham-se sob o controle da igreja, mas os cemitérios paulatinamente passavam à responsabilidade do poder público, sob a influência das teses higienistas.

A relevância do óbito pode ser percebida pelo espaço significativo que ele ocupava nos jornais. Em muitas das edições dos periódicos e sob diferentes formas, a finitude humana se faz presente. Ela se encontra desde em pequenas notas, nas quais apenas se informa o passamento de algum membro da comunidade, até em textos longos e subjetivos, repletos de metáforas e muito próximos da poesia. Em um primeiro momento, a beleza da escrita pode nos deixar levar. Sentimos tanto fascínio e encantamento diante da sensibilidade exacerbada que se torna difícil perceber os indícios da existência de algo mais a se observar: essa linguagem subjetiva é direcionada a apenas alguns cidadãos e eles, em sua maioria, são os políticos locais, seus amigos e esposas.

Um importante aspecto a se considerar é que não desacreditamos das demonstrações sinceras de sentimentos e tristezas diante da morte. Na realidade este tipo de angústia se sobressai ao analisar-se o todo dos discursos. Sendo assim, notou-se a ocorrência do sofrimento, da dor, da lamentação e da dúvida. As sensações intensas estão ali, em cada um dos três jornais, para as observarmos e talvez até sentirmos um pouco delas. Porém, a análise das notícias de falecimentos, presentes cotidianamente nas páginas das fontes, instigou alguns questionamentos. Será que as pessoas citadas eram realmente tão humildes, boas de espírito e especiais que mereciam maior consideração e homenagem? Será que se tratam de discursos neutros e simples nos quais se destacam os que possuem as melhores qualidades? As análises mostraram que não. Nos textos uns indivíduos são exaltados, outros têm a morte informada em pequenas notas e ainda, há aqueles, não noticiados. A linguagem metafórica e poética é dedicada a poucos cidadãos que, conforme verificado, eram os políticos locais e as pessoas,

de algum modo, ligadas a eles. Essas questões possuem implicações, significam fidelidade, continuação das hierarquias existentes e o fortalecimento de ideais políticos, pois destacam a exemplaridade dessas pessoas e as consideram modelos irretocáveis de moral e conduta.

Os jornais “Correio da Victoria”, “Jornal da Victoria” e o “Espírito-Santense”, elaborados por pessoas que exerciam e possuíam forte influência na política local e atuavam nos partidos políticos, produziam e reproduziam o poder. O período analisado estava imerso em conflitos partidários e as notícias de falecimentos, ao exaltar os principais nomes da política, representando-os acima do mal, pecados, problemas e tentações, reforçam, na realidade, as convicções dos redatores e colaboradores e dos grupos que os mesmos apoiavam. Nas notícias são ressaltados os bons feitos e a dedicação extrema dos indivíduos à pátria, família e religião, colocando-os como modelos a serem seguidos pelo restante da população e servindo à regulação moral da comunidade. Mais do que homenagear os falecidos deseja-se reafirmar posicionamentos políticos e transmiti-los à sociedade. Nos textos da morte, em diversos momentos, há referências aos partidos políticos, associando os bons feitos dos cidadãos as suas escolhas partidárias. Encontraram-se também críticas aos partidos opositores, observadas nos trechos que abordam as perseguições sofridas por aqueles denominados “bons cidadãos”.

Por meio da exaltação dos sentimentos a apenas alguns indivíduos de significativa participação no cotidiano político da Província, reconstituem-se no discurso sobre a morte as hierarquias da vida e as práticas políticas. Deseja-se dizer com isso que o poder não era exercido apenas nos atos oficiais ou na tribuna da Assembleia, ele se reproduzia por gestos simples, cotidianos, corriqueiros: as notícias de morte. Desse modo, ao trazer nas matérias toda a comoção provocada os periódicos reafirmam o prestígio dessas poucas pessoas e transmitem à comunidade comportamentos exemplares, oferecidos pela conduta dos homens envolvidos na política capixaba.. Os discursos não constituem simples elogios à personalidade do falecido. A preocupação em reabilitar a memória do morto tem como propósito mostrar o quanto eles eram pessoas corretas, boas e respeitáveis, ou seja, o quanto são exemplos a serem seguidos, admirados por suas posturas e superiores aos pecados e defeitos das pessoas comuns. Sendo assim, tornam-se bastante reveladoras as relações de poder traçadas entre os indivíduos e os status sociais atribuídos aos mortos.

Outro aspecto importante se refere à morte de mulheres, a pesquisa constatou que apenas as esposas dos chefes políticos tinham as suas mortes noticiadas por meio de metáforas e

adjetivos de exaltação a suas personalidades. Porém, nas publicações relativas aos óbitos femininos não se falava sobre suas vidas, apenas lamentava-se o falecimento e ressaltava-se o quanto elas tinham sido importantes na educação de homens patrióticos e honrados ou na convivência com eles. Quanto às mulheres o principal a contar era a progenitura e a ligação com os cidadãos de cargos importantes na cidade de Vitória. As informações sobre suas mortes servem mais para reafirmar o poder de seus maridos do que, propriamente, para prestarem sinceros tributos às mortas.

Também nas questões subjetivas, dentre elas as relações de amizade e a saudade, tem-se o fortalecimento das hierarquias, pois esses sentimentos eram direcionados, em sua maioria, a alguns poucos cidadãos. A quantidade de amigos e a intensidade da saudade são elementos que reforçam o destaque dos mortos na Província. As homenagens aos amigos foram compreendidas, nesse sentido, como uma forma de prestar reconhecimento ao próprio redator e/ou proprietário do jornal ou ainda, se for o caso, à pessoa que solicitou a publicação, pois os amigos compartilham com o morto as suas excelentes ações e qualidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ABREU, Regina. **A Fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ACHIAMÉ, Fernando A. M. **Memórias do passado: Vitória através de meio século.** Vitória: Flor&cultura, 1999.

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus.** 3 ed. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias.** Tradução por Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

_____. **O homem diante da morte.** Tradução de Luiza Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 2v.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo impresso e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (Orgs). **Comunicação, Memória e Acontecimento.** São Paulo: Intercom, 2005. p. 102-111.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. A imprensa periódica no Espírito Santo. In: BRITES, J. G. (Org.). **Aspectos históricos da imprensa capixaba.** Vitória: Edufes, 2010, p. 45-60.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

BICHARA, Terezinha Tristão. **História do Poder Legislativo do Espírito Santo.** Vitória: Leoprint, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e Modernização: O Espírito Santo no século XIX.** Vitória: Editora Vitória, 1998.

BONICENHA, Wallace; JÚNIOR, Carlos Bonavides; SOARES, Suely Carvalho. **Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994.

BONICENHA, Wallace. **Devoção e caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória-ES.** Vitória: Multiplicidade, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: **Passados Recompuestos: campos e canteiros da história**. BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia (orgs). Tradução de Marcella Mortara e Annamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora FGV e Editora da UFRJ, 1998.

CHALLOUB, Sidney. **A cidade febril: cortiços e epidemias da corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary del Priore. 2 ed. Brasília: UnB, 1998.

CHIAVENATTO, Julio Jose. **A morte: uma abordagem sociocultural**. São Paulo: Moderna, 1998.

CHIFFOLEAU, Jacques. O que fez a morte mudar na Região de Avinhão no Fim da Idade Média. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (orgs). **A morte na Idade Média**. Tradução de Heitor Megale, Yara Frateschi Vieira e Maria Carmem Cescato. São Paulo: Edusc, 1996. p. 117-130.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003.

DELUMEAU, Jean. **O que sobrou do paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos Moribundos seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: IJSN, 1986.

_____. **Velhos templos de Vitória e outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

FREIRE, Mário Aristides; SCHAWAB, Affonso. **A Irmandade e a Santa Casa de Misericórdia**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 31 ed. São Paulo: Record, 1996.

_____. **Retalhos de Jornais Velhos**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS Hubert L; RABINOW Paul. **Michael Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995.

GIACCOIA JÚNIOR, Oswaldo. A visão da morte ao longo do tempo. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 38, n.1, p.13-19, 2005.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal; PRADO Maria Emilia (orgs). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas.** Rio de Janeiro: Ervan, 2001. p. 103-126.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil>. Acesso em: 15 jul. 2010.

_____. IBGE Cidades: Linhares-ES. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.html>>. Acesso em: 02 de janeiro 2011.

KURRY, Mário da Gama. **Dicionário da mitologia greco romana.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório.** Tradução de Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da Saudade: seguido de Portugal como destino.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **A História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARANHAO, José Luiz de Souza. **O que é a morte?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **A História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1983.

MARTINUZZO, José Antônio (Org). **Impressões Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

_____. **Quase 200: a imprensa na história capixaba.** Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2008.

MATTEDI, José Carlos. A imprensa capixaba no século XIX. In: BRITES, J. G. (Org.). **Aspectos históricos da imprensa capixaba.** Vitória: Edufes, 2010, p. 24-43

- _____. **História da imprensa oficial no Espírito Santo**. Vitória: GSA, 2005.
- MEIRELLES, Juliana Gesueli. **Imprensa e Poder na corte Joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOTTA, Kátia Sausen da. **Relatório de pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica**. Vitória: UFES, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas (1820-2823). In: GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal; PRADO Maria Emilia (org). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Ervan, 2001. p. 73-102.
- NEVES, Reinaldo dos Santos. Prefácio. In: SUZANO, Luiz Da Silva Alves D'Azambuja. **A baixa de Matias: ordenança do Conde dos Arcos, vice-rei do Rio de Janeiro**. 3. ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1988.
- PACHECO, Renato. Prefácio. In: BICHARA, Terezinha Tristão. **História do Poder Legislativo do Espírito Santo**. Vitória: Leoprint, 1984.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou Conservadores? In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO Maria Emilia (orgs). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Ervan, 2001. p. 11-30.
- PEREIRA, Heráclito Amâncio. **A imprensa no Espírito Santo por Amâncio Filho**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, n. 3, 1922.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise do discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- PIVA, Izabel Maria da Penha. **Sob o estigma da pobreza: criação da Irmandade no atendimento à pobreza em Vitória (1850-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**. Campinas: Pontes, 2000.

ORTEGA, Francisco. **Por uma política da amizade**. Rio de Janeiro: Dumará, 2000.

OEXLE, Otto Gerhard. A presença dos mortos. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (Orgs). **A morte na Idade Média**. Tradução de Heitor Megale, Yara Frateschi Vieira e Maria Carmem Cescato. São Paulo: Edusc, 1996. p. 11-25.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideais de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)**. 2009. 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1995.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. 14 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 - 1998. p. 96-141. 2v.

_____. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Prefácio. In: RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

_____. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SALLETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo**. Vitória: Editora Edufes, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Edurj, 2007.

SIQUEIRA, Karulliny Silveira. “O Futuro há de ser o nosso vingador”: O Partido Liberal capixaba e as denúncias de perseguição política, 1868-1870. **Revista Ágora**. Vitória: Ufes, nº9, 2009.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida. Ideologia como elemento disciplinador da sociedade. In: WEHLING Arno; WHELING Maria José. (orgs). **Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Editora da Unirio, 1997.

SOARES, Geraldo Antônio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. In: **Dimensões - Revista de História da UFES**. Vitória: UFES/CCHN, nº16, 2004.

_____. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol.26, nº52, 2006.

_____. Quando os escravos fugiam: província do Espírito Santo, últimas décadas da escravidão. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, v XXIX, n.1, 2003.

THIRDY, Claude. Da morte madrasta à morte vencida. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (Org). **A morte na Idade Média**. Tradução de Heitor Megale, Yara Frateschi Vieira, Maria Carmem Cescato. São Paulo: Edusc, 1996. p. 249- 270.

VOVELLE, Michel. A história dos homens no espelho da morte. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (Org). **A morte na idade Média**. Tradução de Heitor Megale, Yara Frateschi Vieira, Maria Carmem Cescato. São Paulo: Edusc, 1996. p. 11-25.

_____. **Ideologias e Mentalidades**. Tradução de Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ZADHAFT, Sérgio. **A morte e a formação médica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990.

ZIEGLER, Jean. **Os vivos e a morte**: uma "sociologia da morte" no Ocidente e na diáspora africana no Brasil e seus mecanismos culturais. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

4. FONTES

4.1 CORREIO DA VICTORIA

Soneto. **Correio da Victoria**, Vitória, 4 fev. 1857

GAMA, José Maria Nogueira da. Necrologia. **Correio da Victoria**, Vitória, 11 fev. 1857

Notícias Diversas. **Correio da Victoria**, Vitória, 11 fev. 1857

Noticias Diversas: Febre Amarella. **Correio da Victoria**, Vitória, 18 fev. 1857

Rio de Janeiro. **Correio da Victoria**, Vitória, 18 fev. 1857

Annuncios. **Correio da Victoria**, Vitória, 25 fev. 1857

Publicação a pedido: Soneto. **Correio da Victoria**, Vitória, 25 fev. 1857

TRACOL, I. M. Receita contra a febre amarella, a cholera-morbus e as mais moléstias pestilenciais. **Correio da Victoria**, Vitória, 25 abr. 1857

Febre Amarella. **Correio da Victoria**, Vitória, 9 mai. 1857

ANDRADE, J. B. da Silva. Interior: O templo e o Cemitério. **Correio da Victoria**, Vitória, 13 jun. 1857

O fim do mundo. **Correio da Victoria**, Vitória, 13 jun. 1857

Avareza. **Correio da Victoria**, Vitória, 20 jun. 1857

Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 5 set. 1857

Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 23 set. 1857

Assassinato horroroso. **Correio da Victoria**, Vitória, 23 set. 1857

FARIAS, José Gomes da Silva. Necrologia. **Correio da Victoria**, Vitória, 30 set. de 1857

Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 7 out. 1857

Comunicado. **Correio da Victoria**, Vitória, 7 nov. 1857

Villa da Serra. **Correio da Victoria**, Vitória, 7 nov. 1857

V, J. M. P. Necrologia. **Correio da Victoria**, Vitória, 4 nov. 1857

- Pergunta Innocente. **Correio da Victoria**, Vitória, 14 nov. 1857
- Represalia Christã. **Correio da Victoria**, Vitória, 14 nov. 1857
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 2 dez. 1857
- Notícias Diversas. **Correio da Victoria**, Vitória, 2 dez. 1857
- SARMENTO, J. F. C. Poesia. **Correio da Victoria**, Vitória, 2 dez. 1857
- Annuncios. **Correio da Victoria**, Vitória, 5 dez. 1857
- C, M. F. dos. Publicação a Pedido. **Correio da Victoria**, Vitória, 5 dez. 1857
- Requiesent em pace. **Correio da Victoria**, Vitória, 5 dez. 1857
- Annuncios. **Correio da Victoria**, Vitória, 10 fev. 1858
- Assassinato e tentativa de homicídio. **Correio da Victoria**, Vitória, 20 fev. 1858
- Cemitério. **Correio da Victoria**, Vitória, 8 mar 1858
- Fallecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 10 mar. 1858
- FERNANDES, Carlos Ferreira de Souza Fernandes. **Correio da Victoria**, Vitória, 15 mar. 1858
- Variedades. **Correio da Victoria**, Vitória, 17 mar. 1858
- Fallecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 27 mar. 1858
- Fallecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 2 abr. 1859
- Variedades. **Correio da Victoria**, Vitória, 13 abr. 1859
- Necrologia. **Correio da Victoria**, Vitória, 7 abr. 1858
- Notícias Diversas: epidemia. **Correio da Victoria**, Vitória, 10 abr. 1858
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 5 mai. 1858
- COMERCINI, Do. Variedades. **Correio da Victoria**, Vitória, 8 mai. 1858
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 9 mar. 1859
- Morte no Mar. **Correio da Victoria**, Vitória, 11 mai. 1859
- Fallecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 28 mai. 1859

- Notícias Diversas. **Correio da Victoria**, Vitória, 04 jun. 1859
- Necrologia. **Correio da Victoria**, Vitória, 2 jul. 1859
- Notícias Diversas. **Correio da Victoria**, Vitória, 13 jul. 1859
- Falecimentos. **Correio da Victoria**, Vitória, 20 jul 1859
- Desastre. **Correio da Victoria**, Vitória, 30 jul. 1859
- Noticias Diversas: Falecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 3 de out.1859
- Publicação a Pedido. **Correio da Victoria**, Vitória, 15 out. 1859
- Ainda uma lágrima. **Correio da Victoria**, Vitória, 22 out. 1859
- Poesias. **Correio da Victoria**, Vitória, 23 nov. 1859
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 3 dez. 1859
- Notícias Diversas. **Correio da Victoria**, Vitória, 10 fev. 1864
- União Capichaba. **Correio da Victoria**, Vitória, 10 fev. 1864
- Variedades. **Correio da Victoria**, Vitória, 10 fev. 1864
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 11 jan. 1869
- Fallecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 11 jan. 1869
- Fallecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 11 jan. 1869
- MACHADO, Tito da Silva. Suffragio. **Correio da Victoria**, Vitória, 11 jan. 1869
- SANTOS, A. A. Palhares. Irmandade do Senhor dos Passos. **Correio da Victoria**, Vitória, 11 jan. 1869
- Necrologia. **Correio da Victoria**, Vitória, 31 mar. 1869
- Litteratura. **Correio da Victoria**, Vitória, 31 mar. 1869
- Fallecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 14 abr. 1869
- Fallecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 21 abr. 1869
- Variedades. **Correio da Victoria**, Vitória, 21 abr. 1869
- Annuncios. **Correio da Victoria**, Vitória, 1 mai. 1869

- Missa Fúnebre. **Correio da Victoria**, Vitória, 1 mai. 1869
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 1 mai. 1869
- Publicações Sollicitadas. **Correio da Victoria**, Vitória, 30 mai. 1869
- Últimos Momentos de Lamartine. **Correio da Victoria**, Vitória, 30 mai. 1869
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 9 jun. 1869
- Annuncios. **Correio da Victoria**, Vitória, 3 jul. 1869
- Morte do Barão de Souza. **Correio da Victoria**, Vitória, 3 jul. 1869
- Fallecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 2 out. 1869
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 17 nov. 1869
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 29 nov. 1869
- Agradecimento. **Correio da Victoria**, Vitória, 8 dez. 1869
- Agradecimento de Coração. **Correio da Victoria**, Vitória, 8 dez. 1869
- Necrologia. **Correio da Victoria**, Vitória, 22 dez. 1869
- Annuncios. **Correio da Victoria**, Vitória, 25 dez. 1869
- AZEVEDO, J. P. H. A Pedido. **Correio da Victoria**, Vitória, 25 dez. 1869

4.2 JORNAL DA VICTORIA

- Variedades: os enterros precipitados. **Jornal da Victoria**, Vitória, 2 abr. 1864
- Variedades: os enterros precipitados. **Jornal da Victoria**, Vitória, 24 ago. 1864
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 3 set. 1864
- SILVA, D. F. M. Publicação a Pedido: Necrologia. **Jornal da Victoria**, Vitória, 29 out. 1864
- Publicação Pedida. **Jornal da Victoria**, Vitória, 2 nov. 1864
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 31 dez. 1864
- Requiescat in pae. **Jornal da Victoria**, Vitória, 4 jan. 1867

- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 16 jan. 1867
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 19 jan. 1867
- Missa Fúnebre. **Jornal da Victoria**, Vitória, 19 jan. 1867
- Fallecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 26 jan. 1867
- MACHADO, Joaquim Fereira. Requiescat in pae. **Jornal da Victoria**, Vitória, 26 jan. 1867
- Repellido da morte. **Jornal da Victoria**, Vitória, 30 jan. 1867
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 9 fev. 1867
- Assassinatos. **Jornal da Victoria**, Vitória, 16 fev. 1867
- Noticiário: Fallecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 16 fev. 1867
- Outro Fallecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 16 fev. 1867
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 20 fev. 1867
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 9 mar. 1867
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 13 mar. 1867
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 23 mar. 1867
- Litteratura: A alma Penada. **Jornal da Victoria**, Vitória, 27 mar. 1867
- Alma Penada. **Jornal da Victoria**, Vitória, 30 mar. 1867
- Passamento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 6 abr. 1867
- TEIXEIRA. Manuel do Couto. **Jornal da Victoria**, Vitória, 27 abr. 1867
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 5 mai. 1867
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 8 mai. 1867
- SILVA, José Ignacio da. Publicação a Pedido. **Jornal da Victoria**, Vitória, 8 mai. 1867
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 11 mai. 1867
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 18 mai. 1867
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 22 mai. 1867
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 15 jun. 1867

- CARDIAL, Benedicto de Souza. **Jornal da Victoria**, Vitória, 19 jun. 1867
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 29 jun. 1867
- Noticiário: Falecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 29 jun. 1867
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 3 jul. 1867
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 9 jul. 1867
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 11 jul. 1867
- Publicações a pedido. **Jornal da Victoria**, Vitória, 20 jul. 1867
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 21 jul. 1867
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 4 set. 1867
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 18 set. 1867
- Falecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 25 set. 1867
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 28 set. 1867
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 28 set. 1867
- Publicação a Pedido. **Jornal da Victoria**, Vitória, 28 set. 1867
- DIAS, Hilario Augusto. Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 9 out. 1867
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 30 out. 1867
- Suicídio. **Jornal da Victoria**, Vitória, 2 nov. 1867
- TEIXEIRA, João Alberto do Couto. Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 2 nov. 1867
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 30 nov. 1867
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 7 dez 1867
- Variedades: O Cemitério de Montevidéo. **Jornal da Victoria**, Vitória, 28 dez. 1867
- Suicídio Singular. **Jornal da Victoria**, Vitória, 7 jan. 1868
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 11 jan. 1868
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 18 jan. 1868
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 1 fev. 1868

- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 5 fev. 1868
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 15 fev. 1868
- Noticiário: Passamento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 15 fev. 1868
- Publicação a Pedido. **Jornal da Victoria**, Vitória, 15 fev. 1868
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 22 fev. 1868
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 7 mar. 1868
- Assassinato. **Jornal da Victoria**, Vitória, 14 mar. 1868
- Fallecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 25 mar. 1868
- Testamento Célebre. **Jornal da Victoria**, Vitória, 17 abr. 1868
- Publicação a Pedido: Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 25 abr. 1868
- Variedades: Testamento Simples. **Jornal da Victoria**, Vitória, 16 mai. 1868
- SANTOS, Souza. Litteratura: No cemitério. **Jornal da Victoria**, Vitória, 20 mai. 1868
- Litteratura. **Jornal da Victoria**, Vitória, 23 mai. 1868
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 27 mai. 1868
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 6 jun. 1868
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 6 jun. 1868
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 1 jul. 1868
- Publicação a Pedido. **Jornal da Victoria**, Vitória, 1 jul. 1868
- Noticiário: crime horroroso. **Jornal da Victoria**, Vitória, 8 jul. 1868
- Annuncios. **Jornal da Victoria**, Vitória, 18 jul. 1868
- Agradecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 22 ago. 1868
- Epidemia. **Jornal da Victoria**, Vitória, 3 out. 1868
- Fallecimento. **Jornal da Victoria**, Vitória, 7 out. 1868
- Convite. **Jornal da Victoria**, Vitória, 29 out. 1868
- Publicações a Pedido. **Jornal da Victoria**, Vitória, 13 nov. 1868

4.3 O ESPÍRITO-SANTENSE

Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 set. 1870

Deshumanidade. **O Espírito-Santense**, Vitória, 25 set. 1870

Falecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 30 set. 1870

Suicídio. **O Espírito-Santense**, Vitória, 30 set. 1870

Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 4 out, 1870

Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 4 out. 1870

Suicídio. **O Espírito-Santense**, Vitória, 4 out. 1870

Falecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 19 out. 1870

Biographia. **O Espírito-Santense**, Vitória, 19 out. 1870

Falecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 22 out. 1870

Suicídio. **O Espírito-Santense**, Vitória, 22 out. 1870

Falecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 26 out. 1870

Falecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 29 out. 1870

Transcrição: o túmulo de um poeta. **O Espírito-Santense**, Vitória, 29 out. 1870

Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 1 nov. 1870

Falecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 1 nov. 1870

Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 1 nov. 1870

Missa Fúnebre. **O Espírito-Santense**, Vitória, 1 nov. 1870

Publicação Pedida. **O Espírito-Santense**, Vitória, 17 nov. 1870

Falecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 19 nov. 1870

Falecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 24 nov. 1870

Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 27 nov. 1870

Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 7 jan. 1871

- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 27 jan. 1871
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 10 fev. 1871
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 10 fev. 1871
- Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 10 mar. 1871
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 23 mar. 1871
- Tentativa de suicídio. **O Espírito-Santense**, Vitória, 23 mar. 1871
- Febres. **O Espírito-Santense**, Vitória, 21 abr. 1871
- Prematuro Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 21 abr. 1871
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 18 mai. 1871
- Febres em Guarapary. **O Espírito-Santense**, Vitória, 18 mai. 1871
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 1 jun. 1871
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 4 nov. 1871
- Os mortos e os vivos. **O Espírito-Santense**, Vitória, 7 nov. 1871
- Uma lágrima de saudade em memória daquele que foi sempre virtuoso. **O Espírito-Santense**, Vitória, 23 mar. 1872
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 27 mar. 1872
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 20 abr. 1872
- Transcrições: O mausoléu de Aninha. **O Espírito-Santense**, Vitória, 1 mai. 1872
- Annuncio. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 mai. 1872
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 10 mai. 1872
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 20 mai. 1872
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 22 mai. 1872
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 27 mai. 1872
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 21 jun. 1872
- Annuncios. **O Espírito-Santense**, Vitória, 21 jun. 1872

- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 24 jun. 1872
- Poesia: Crença e martyrio. **O Espírito-Santense**, Vitória, 26 jun. 1873
- Annuncios. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 jul. 1872
- A superstição. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 jul. 1872
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 jul. 1872
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 jul. 1872
- Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 jul. 1872
- Um cemitério dos indígenas. **O Espírito-Santense**, Vitória, 10 jul. 1872
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 15 jul. 1872
- Modos de contar. **O Espírito-Santense**, Vitória, 15 jul. 1872
- Fallecimentos. **O Espírito-Santense**, Vitória, 17 jul. 1872
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 22 jul. 1872
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 22 jul. 1872
- Variedades: A Alma. **O Espírito-Santense**, Vitória, 26 ago. 1872
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 1 nov. 1872
- Testamentos. **O Espírito-Santense**, Vitória, 10 jan. 1873
- Horríveis assassinatos e ferimentos. **O Espírito-Santense**, Vitória, 23 jan. 1873
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 11 fev. 1873
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 18 fev. 1873
- Publicação Pedida: Necrologia. **O Espírito-Santense**, Vitória, 22 fev. 1873
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 25 fev. 1873
- Secção Noticiosa. **O Espírito-Santense**, Vitória, 25 fev. 1873
- Poesias. **O Espírito-Santense**, Vitória, 25 fev. 1873
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 mar. 1873
- Secção Noticiosa. **O Espírito-Santense**, Vitória, 6 mar. 1873

- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 13 mar. 1873
- Secção Noticiosa. **O Espírito-Santense**, Vitória, 23 mar. 1873
- Litteratura: O inferno. **O Espírito-Santense**, Vitória, 1 abr. 1873
- Publicação Pedida: Saudade. **O Espírito-Santense**, Vitória, 22 abr. 1873
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 21 jun. 1873
- Annuncios. **O Espírito-Santense**, Vitória, 21 jun. 1873
- BORGES, Godofredo. Poesia: Instantes de meditação. **O Espírito-Santense**, Vitória, 21 jun. 1873
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 24 jun. 1873
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 jul. 1873
- Vida não vivida. **O Espírito-Santense**, Vitória, 10 jul 1873
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 12 jul. 1873
- A sentida morte de Francisco Rodrigues Pereira. **O Espírito-Santense**, Vitória, 24 jul. 1873
- Poesia: Imitação. **O Espírito-Santense**, Vitória, 24 jul. 1873
- Família que sabe viver. **O Espírito-Santense**, Vitória, 26 jul. 1873
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 2 ago. 1873
- Morte de um poeta. **O Espírito-Santense**, Vitória, 11 ago. 1873
- Agradecimentos. **O Espírito-Santense**, Vitória, 19 ago. 1873
- Annuncios. **O Espírito-Santense**, Vitória, 19 ago. 1873
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 23 ago. 1873
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 23 ago. 1873
- M, J. J. F. Publicação Pedida. **O Espírito-Santense**, Vitória, 23 ago. 1873
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 11 set. 1873
- Annuncios. **O Espírito-Santense**, Vitória, 18 set. 1873
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 28 out. 1873

- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 18 dez. 1873
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 23 dez. 1873
- Annuncios: Agradecimentos. **O Espírito-Santense**, Vitória, 30 dez. 1873
- Noivado do sepulchro. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 jan. 1874
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 21 jan. 1874
- Febre Amarella. **O Espírito-Santense**, Vitória, 21 jan. 1874
- Transcripções. A nódoa de sangue. **O Espírito-Santense**, Vitória, 22 jan. 1874
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 4 fev. 1874
- Enterramentos. **O Espírito-Santense**, Vitória, 4 fev. 1874
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 4 fev. 1874
- O Amor. **O Espírito-Santense**, Vitória, 4 fev. 1874
- Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 4 fev. 1874
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 7 fev. 1874
- Cadáveres conservados. **O Espírito-Santense**, Vitória, 25 fev. 1874
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 3 mar. 1874
- A morte de Lavigne. **O Espírito-Santense**, Vitória, 17 mar. 1874
- Morte dos irmãos siamezes. **O Espírito-Santense**, Vitória, 17 de mar. 1874
- Testamento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 26 mar. 1874
- Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 7 abr. 1874
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 7 abr. 1874
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 7 abr. 1874
- Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 jun. 1874
- Como está Deus no céu. **O Espírito-Santense**, Vitória, 15 jun. 1874
- O que he a alma. **O Espírito-Santense**, Vitória, 15 jun. 1874
- Suicídio. **O Espírito-Santense**, Vitória, 2 ago. 1874

- Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 9 ago. 1874
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 16 ago. 1874
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 set. 1874
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 set. 1874
- Obituário. **O Espírito-Santense**, Vitória, 8 set. 1874
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 11 set. 1874
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 14 set. 1874
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 27 set. 1874
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 12 out. 1874
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 19 out. 1874
- Convite. **O Espírito-Santense**, Vitória, 20 out. 1874
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 20 out. 1874
- Fallecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 20 out. 1874
- Agradecimento. **O Espírito-Santense**, Vitória, 26 nov. 1874